



SÍNTESE DOS PLANOS DE ORDENAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Síntese dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas Transfronteiriças

Proposta Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica



RESERVA DA
BIOSFERA
TRANSFRONTEIRIÇA
MESETA IBÉRICA

Candidatura à UNESCO, Programa MAB - Man and Biosphere
ZASNET - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial



Índice

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1. ZASNET - AECT e o Projecto Biosfera Transfronteiriça “Meseta Ibérica”	5
1.2. Espaços protegidos transfronteiriços	6
Espaços naturais / Áreas protegidas incluídas.....	6
Espaços incluídos na REDE NATURA 2000.....	8
2. PLANEAMENTO NOS ESPAÇOS NATURAIS	11
2.1. Planos de Ordenamento de Espaços Naturais Protegidos e Áreas Protegidas	16
A. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural	
Arribes del Duero.....	17
1. Introdução	17
1.1. Localização.....	17
1.2. Usos do solo.....	19
2. Finalidade e objectivos do Parque Natural Arribes del Duero	20
3. Figura de protecção e ano de declaração.....	21
4. Acções e actividades a promover	21
5. Zonamento	23
6. Espécies de flora, fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da	
conservação presentes no Parque Natural Arribes del Duero	26
6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção.....	27
6.2. Habitats de interesse comunitário	30
7. Património cultural da área.....	33
B. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural Lago	
de Sanabria y alrededores.....	37
1. Introdução	38
1.1. Localização.....	38
1.2. Usos do solo.....	40
2. Finalidade e objectivos do Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores	41
3. Figura de protecção e ano de declaração	41
4. Acções e actividades a promover	42
5. Zonamento	43
6. Espécies de flora, fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da	
conservação presentes no Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores	46
6.1. Lista de flora e fauna e categoria de protecção.....	47

6.2. Habitats de interesse comunitário	50
7. Património cultural da área.....	53
C. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais da Reserva Natural de Lagunas de Villafáfila.....	57
1. Introdução	57
2. Finalidade e objectivos da Reserva Natural das Lagunas de Villafáfila	60
3. Figura de protecção e ano de declaração.....	60
4. Acções e actividades a promover	61
5. Zonamento	63
6. Espécies de flora, fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da conservação presentes na Reserva Natural das Lagunas de Villafáfila.....	66
6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção.....	67
6.2. Habitats de interesse comunitário	69
7. Património cultural da área.....	70
D. Síntese do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.....	72
1. Introdução	72
1.1. Localização.....	72
1.2. Usos do solo.....	74
2. Finalidade e objectivos do Parque Natural de Montesinho	74
3. Figura de protecção e ano de declaração.....	75
4. Acções e actividades a promover	75
5. Zonamento	78
6. Espécies de fauna e flora e habitats mais importantes do ponto de vista da conservação presentes no Parque Natural de Montesinho.....	81
6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção.....	82
6.2. Habitats de interesse	85
7. Património cultural da área.....	87
E. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural do Douro Internacional	90
1. Introdução	90
1.1 Localização.....	90
1.2 Usos do solo	92
2. Finalidade e objectivos do Parque Natural Douro Internacional.....	92
3. Figura de protecção e ano de declaração.....	93
4. Acções e actividades a promover	93
5. Zonamento	95

6. Espécies de flora e fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da conservação presentes no Parque Natural Douro Internacional	98
6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção.....	99
6.2. Habitats prioritários de interesse comunitário.....	101
7. Património cultural da área.....	103
8. O caso do Parque Natural do Douro Internacional e Parque Natural Arribes del Duero	108
3. ESTUDO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA EXISTENTE	126
3.1. Introdução	126
3.2. Tipos de actividades turísticas.....	134
Turismo de natureza.....	134
Turismo cultural	139
Turismo religioso	141
3.3. Serviços turísticos existentes na área da candidatura	142
Empresas de turismo activo.....	145
Centros de interpretação e turismo	149
3.4. Avaliação da qualidade turística e repercussões sobre o meio.....	154
3.5. Análise da oferta turística dos espaços naturais no âmbito da garantia de qualidade do ponto de vista da sustentabilidade	157
Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas em Portugal.....	157
Carta Europeia de Turismo Sustentável nos Espaços Naturais Protegidos de Espanha	158
Origens.....	160
Objectivos.....	161
Signatários.....	161
Benefícios.....	161
Estratégias.....	163
Rede da Carta Europeia de Turismo Sustentável de Espanha e Portugal	165
4. BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA	166

1. INTRODUÇÃO

1.1. ZASNET - AECT e o Projecto Biosfera Transfronteiriça “Meseta Ibérica”



Zasnet é um agrupamento europeu de cooperação territorial formada por instituições portuguesas e espanholas, que pretende promover as relações de cooperação transfronteiriça nas vertentes ambiental, de turismo, da cultura e do desenvolvimento empresarial no conjunto da superfície sobre a qual actua. Um dos seus objectivos é o de articular a gestão do espaço comum e as relações transfronteiriças entre os seus membros em domínios tradicionais de cooperação como o ambiente, o turismo, a cultura e o desenvolvimento empresarial, assim como implementar a cooperação territorial transfronteiriça nas políticas locais existentes.

Com este propósito o agrupamento Zasnet apresentou um projecto na segunda convocatória do Programa POCTEP (Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) denominada “Biosfera Transfronteiriça”, a qual foi aprovada, e cujo objectivo é a elaboração e apresentação de uma candidatura à UNESCO, no âmbito do programa Homem e Biosfera (MaB - Man and Biosphere), para propor que a área territorial ZASNET seja declarada como Reserva da Biosfera pelo citado organismo.

O estabelecimento de uma Reserva da Biosfera transfronteiriça enquadra-se perfeitamente nas intenções da iniciativa ZASNET, possibilitando a criação de uma “marca de qualidade” do território que promova o comércio e o emprego sustentável nas áreas do ambiente, cultura e turismo. Trata-se de reconhecer e dar mais valor e visibilidade a um território, cujo potencial de criar valor e emprego tem ainda bastante margem de progressão.

A Reserva da Biosfera proposta compreende uma superfície de 1 504 195 ha. Desta superfície, 332 972 ha (22.1%) estão integrados na Rede Natura 2000, correspondendo a espaços naturais classificados e/ou protegidos de Portugal e Espanha.

A Rede Natura 2000 é o elemento central da política de Conservação da Natureza e Biodiversidade da União Europeia, que assim cumpre uma das suas obrigações no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica. Consiste numa rede europeia de áreas de conservação da natureza constituídas de acordo com as Directivas Europeias 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio («Directiva Habitats», Sítios de Importância Comunitária – SIC) e 79/409/CEE do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Novembro («Directiva Aves», Zonas de Protecção Especial – ZPE), cujo objectivo é o de permitir a sobrevivência a longo prazo das espécies e habitats mais ameaçados e valiosos existente na Europa. Nos territórios da Rede Natura 2000 são permitidas actividades humanas, devendo ser assegurada a sustentabilidade ecológica e económica destes territórios.

1.2.Espaços protegidos transfronteiriços

Em concreto integram o território da Reserva da Biosfera proposta seis Áreas Protegidas / *Espacios Naturales Protegidos* (três em Portugal, três em Espanha), 24 Sítios de Importância Comunitária (sete em Portugal e 17 em Espanha) e nove Zonas de Protecção Especial (quatro em Portugal e cinco em Espanha).

Espaços naturais / Áreas protegidas incluídas

Denominação				País	Superfície (ha)
Parque Natural	Arribes del	Duero		Espanha	106.105
Parque Natural do Douro Internacional				Portugal	85.150
Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores				Espanha	22.365
Parque Natural Montesinho				Portugal	74. 229
Reserva Natural Lagunas de Villafáfila				Espanha	32.682
TOTAL					320.531

6



Figura 1. Estepe cerealífera em Lagunas de Villafáfila. Autor: Antonio Sà.



Figura 2. Áreas Protegidas/Espaços Naturais Protegidos presentes na área de estudo.

Espaços incluídos na REDE NATURA 2000

Denominação ¹	Classificação REDE NATURA 2000		País
	ZPE	SIC	
Lagunas de Villafáfila y alrededores	☒	☒	Espanha
Sierra de la Culebra	☐	☒	Espanha
Arribes del Duero	☒	☒	Espanha
Douro Internacional	☒	☒	Portugal
Lago de Sanabria y alrededores	☒	☒	Espanha
Minas de Sto. Adrião	☐	☒	Portugal
Montesinho-Nogueira	☒	☒	Portugal
Morais	☐	☒	Portugal
Rios Sabor e Maçãs	☒	☒	Portugal
Romeu	☐	☒	Portugal
Samil	☐	☒	Portugal
Campo de Aliste	☒	☒	Espanha
Cañones del Duero	☒	☒	Espanha
Lagunas de Tera y Vidriales	☐	☒	Espanha
Riberas de los Ríos Huebra, Yeltes, Uces y afluentes	☐	☒	Espanha
Riberas del Río Águeda	☐	☒	Espanha
Riberas del Río Aliste y afluentes	☐	☒	Espanha
Riberas del Río Duero y afluentes	☐	☒	Espanha
Riberas del Río Tera y afluentes	☐	☒	Espanha
Riberas del Río Tuela y afluentes	☐	☒	Espanha
Tejedelo	☐	☒	Espanha
Riberas del Río Esla y afluentes	☐	☒	Espanha
Riberas del Río Manzanas y afluentes	☐	☒	Espanha
Sierra de la Cabrera	☐	☒	Espanha

8

Ocorrem na área proposta para a Reserva da Biosfera 33 espécies incluídas no Anexo II da Directiva Habitats, 35 espécies incluídas no Anexo IV da Directiva Habitats, 11

¹ A denominação corresponde ao nome oficial que consta nas fichas e formulários Rede Natura.

espécies incluídas no Anexo V da Directiva Habitats, 50 espécies incluídas no Anexo I da Directiva Aves, 2 espécies incluídas no Anexo II da Directiva Aves, 7 espécies incluídas no Anexo D da Directiva Aves e 50 habitats incluídos no Anexo I da Directiva Habitats.



9

Figura 3. Águia-calçada (*Aquila pennata*), espécie incluída no Anexo I da Directiva Aves. Autor: José Antonio Hernández.

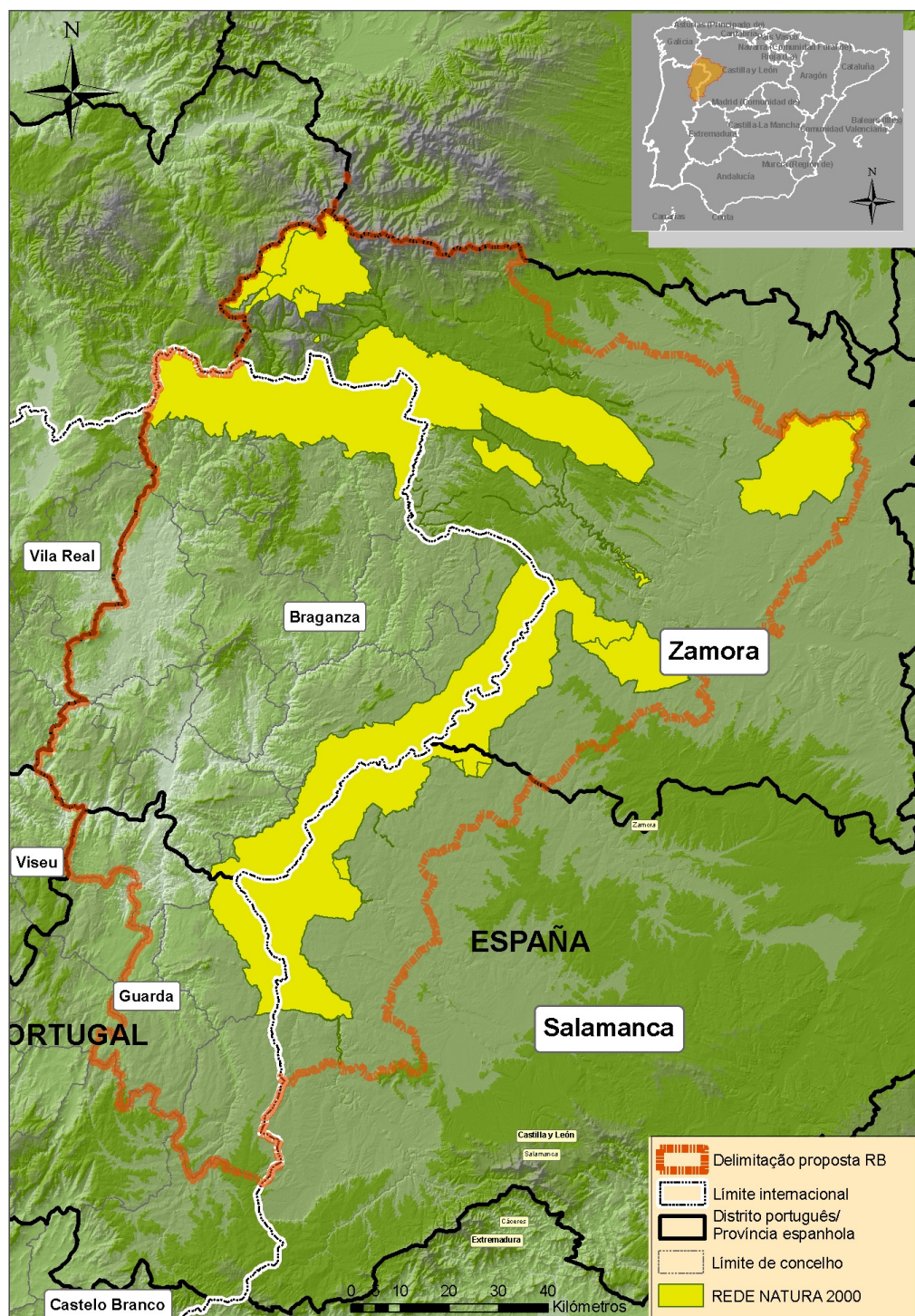


Figura 4. Delimitação da área proposta como Reserva da Biosfera, com indicação da área incluída na REDE NATURA 2000.

2. PLANEAMENTO NOS ESPAÇOS NATURAIS

O planeamento dos espaços naturais protegidos ou áreas protegidas é sintetizada nesta secção em função do papel que desempenha cada plano, programa dentro da hierarquia do território de cada país e função dos diferentes objectivos a que se pretende atingir com estes planeamentos. É o que se designa como “planeamento em cascata”². Neste tipo de planeamento considera-se que cada um dos instrumentos de planeamento estão integrados em um sistema hierárquico ou de prevalência, desde os documentos mais gerais (Constituição de ambos os países) até aos mais concretos (neste caso, os Planos de Ordenamento de cada espaço natural/área protegida). Mediante este sistema o escalão superior deve contemplar, mas não substituir, a carência que pode existir nos níveis inferiores. Os níveis inferiores tratados nesta síntese, desenvolvem os objectivos estabelecidos em cada plano de cada um dos locais designados como espaço natural/área protegida e, em certa medida, proporcionam informação para reformular ou ampliar a informação dos níveis superiores ou mais gerais. Este tipo de planeamento permite desenvolver modelos de gestão integrados em diferentes escalas: autónomas, regionais ou locais.



Figura 5. Biodiversidade nas Áreas Protegidas da candidatura.

Uma vez analisados os instrumentos existentes em ambos os países, Espanha e Portugal, sobre ordenamento do território poderíamos resumir um sistema em cascata na tabela seguinte, partindo de um escalão muito superior como seria a Constituição de ambos os países e a legislação nacional, e seria a partir do nível autónomo (na segunda linha) onde começará o verdadeiro planeamento em cascata existente na área:

² EUROPARC – Espanha. 2008 Planificar para gestionar los espacios naturales protegidos. Ed. Fundación interuniversitaria Fernando González Bernáldez para los espacios naturales. Madrid. 120 páginas.

PORTUGAL	ESPANHA
CONSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO
Constituição 1976 Art. 9, 65 e 66. Promove um correcto ordenamento do território. Urbanismo Art. 9 e 66. O meio ambiente é ecologicamente equilibrado. Valorização da paisagem Art. 93. Política agrícola Art. 95. Redimensionamento dos latifúndios	Constituição 1978 Art.148. As Comunidades Autónomas possuem autonomia em diversas matérias Art. 45. Meio ambiente adequado
INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	DIRECTRIZES DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE CASTILLA-LEÓN
Programa Nacional Política de Ordenamento do Território PNPOT Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) PIOT de Alto Douro Vinhateiro RCM 150/2003	Lei 10/1998, de 5 de Dezembro, de Ordenamento do Território da Comunidade de Castilla-León
INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO TERRITORIAL	DIRECTRIZES DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE ÂMBITO SUBREGIONAL
Plano Director Municipal PDM ▪ PDM de Bragança DR ▪ PDM de Vinhais RCM 10/2000 ▪ PDM de Vimioso RCM 94/95 ▪ PDM de Miranda do Douro RCM 104/95 ▪ PDM de Mogadouro AVISO 10312/2011	Directrizes Essenciais de Ordenamento de Castilla-León. Aprovado por Lei 3/2008, de 17 de Junho (B.O.CyL de 24 de Junho de 2008) Instruções Técnicas Urbanísticas de Castilla-León Existem figuras de planeamento municipal NUM Normas Urbanísticas Municipais NS Normas Subsidiárias de Planeamento Municipal

PORTUGAL	ESPAÑA
▪ PDM de Macedo de Cavaleiros AVISO 8971/201 ▪ PDM de Mirandela RCM 98/2010 ▪ PDM de Alfândega da Fé AVISO 6338/2011 ▪ PDM de Vila Flor RCM 98/2010 ▪ PDM de Carrazeda de Ansiães RCM 98/2010 ▪ PDM Torre de Moncorvo AVISO 10999/2011 ▪ PDM Vila Nova de Foz Côa RCM 2/95 Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) Plano de Bacia Hidrográfica do Douro DR 19/2001	PGOU Plano General de Ordenamento Urbano DSU Delimitação do Solo Urbano
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA SECTORIAL	PLANOS REGIONAIS (PLANEAMENTO SECTORIAL)
Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) ▪ PROF do Douro PORT 62/2011 ▪ PROF do Nordeste DR 272007 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) PSRN2000 RCM 115-A/2000	Plano Regional Sectorial de Estradas 2008-2020. Aprovado por Decreto 24/2009, de 26 de Março (B.O.CyL de 6 de Abril de 2009) PRAT Plano Regional “Zamora-Duero” PRAT Plano Regional de Âmbito Territorial “Valle del Duero” PRAS Plano Regional de Âmbito Sectorial de Bioenergia de Castilla-León
INSTRUMENTOS DE NATUREZA ESPECIAL	PROGRAMAS DE ACTUAÇÃO
Planos de Ordenamento de Albufeiras e Águas Públicas (POAAP) ▪ POAPP de Régua e de Carrapatelo RCM 98/2010 ▪ POAPP de Albufeira do Azibo DESP.CONJ.	Planos de Ordenamento dos Recursos Naturais (P.O.R.N.) ▪ P.O.R.N. de Arribes del Duero: Data de BOCYL: Quarta-feira, 13 de Junho de 2001. Nº de BOCYL: 114. DECRETO 164/2001, de 7 de Junho, no qual se aprova o Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Espaço Natural de Arribes

PORTUGAL	ESPANHA
(SEALOT/SERN) Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP) - POAP Parque Natural de Douro Internacional RCM 120/2005 - POAP Parque Natural de Montesinho RCM 179/2008 REDE NATURA 2000 - ZPE Douro Internacional do Vale do Águeda PTZPE0038 - ZPE Montesinho-Nogueira PTCON0002 - ZPE Morais PTCON00023 - SIC Douro Internacional PTCON0022 - SIC Romeu PTCON0043 - SIC Montesinho PTCON0002 - SIC Sabor e Maças PTCON0021	del Duero (Salamanca-Zamora). - P.O.R.N. Lago de Sanabria e arredores Ordem MAM/509/2008, de 17 de Março de 2008, no qual se acorda o início do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Espaço Natural Lago de Sanabria y alrededores, na província de Zamora. BOCYL de 1-04-2008 - P.O.R.N. Lagunas de Villafáfila: DECRETO 7/2005, de 13 de Janeiro, no qual se aprova o Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais de Lagunas de Villafáfila (Zamora). - Início P.O.R.N. Sierra de la Culebra y alrededores: Ordem de 27 de Abril de 1995 no qual se inicia o Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais de Sierra de la Culebra REDE NATURA 2000 - Lagunas de Villafáfila e arredores - Sierra de la Culebra - Arribes del Duero - Lago de Sanabria e arredores - Campo de Aliste - Cañones del Duero - Lagunas de Tera e Vidriales - Ribeiras dos Rios Huebra, Yeltes, Uces e afluentes - Ribeiras do Rio Águeda - Ribeiras do Rio Aliste e afluentes - Ribeiras do Rio Douro e afluentes - Ribeiras do Rio Tera e afluentes

PORTUGAL	ESPANHA
	▪ Ribeiras do Rio Tuela e afluentes ▪ Tejedelo ▪ Ribeiras do Rio Esla e afluentes
CONVÉNIOS	
Convénio de Albufeira 1998. Aguas.	

2.1. Planos de Ordenamento de Espaços Naturais Protegidos e Áreas Protegidas

[A. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural Arribes del Duero.](#)

[B. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores.](#)

[C. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais de Lagunas de Villafáfila.](#)

[D. Síntese do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.](#)

[E. Síntese do Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional.](#)

A. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural Arribes del Duero

1. Introdução

1.1. Localização

O Parque Natural Arribes del Duero encontra-se na franja da fronteira portuguesa do noroeste de Salamanca e sudoeste de Zamora.

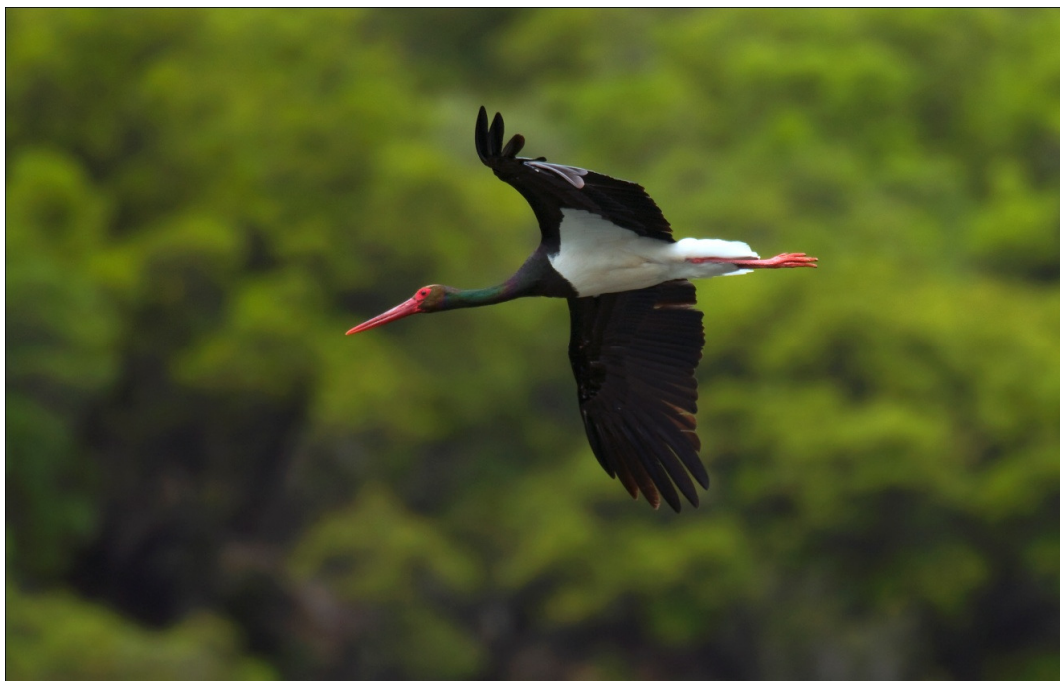
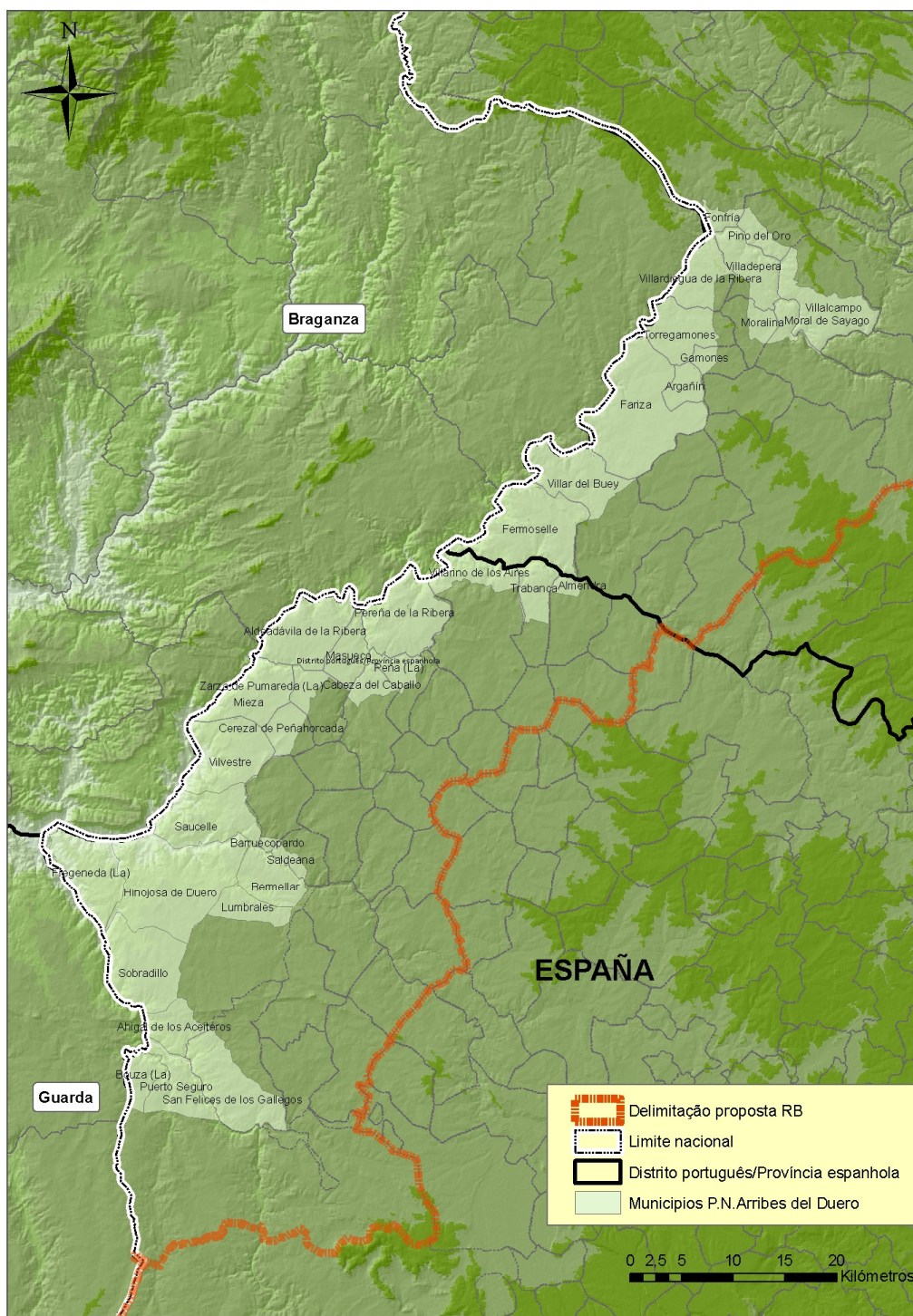


Figura 6. Cegonha preta presente em Arribes del Duero. Autor: João Cosme.

Na figura seguinte incluem-se os términos municipais abrangidos pelo Parque Natural Arribes del Duero e, como tal, total ou parcialmente afectados pelo seu Plano de Ordenamento.



18

Figura 7. Municípios incluídos no Espaço Natural Arribes del Duero.

1.2. Usos do solo

As características naturais fizeram das Arribes del Duero um local de desenvolvimento de múltiplas actividades para o aproveitamento dos seus recursos naturais. A evolução dos usos do solo ao longo da sua história mais recente pode ser dividida em três épocas:

Séculos XVI-XVIII. As actividades e usos preferenciais são a pecuária e a agricultura. Em áreas abertas, instalaram-se extensas culturas de cereais e gado. O microclima favorável nos cortes rochosos favorece outro tipo de cultivos em socalcos de vinhas, olivais e árvores de frutos que sustentam a economia e provocam uma sobrepopulação na área durante esta época.

Séculos XIX-XX. A abertura ao comércio exterior, a revolução industrial e várias pragas da videira provocaram alterações nos tipos de cultivos. As amendoeiras aumentaram a sua superfície relativamente às oliveiras por levarem menos anos a frutificar e serem mais produtivas. A mecanização da actividade agrícola e a intensificação da mesma provocam o abandono dos terraços e a emigração. As empresas hidroeléctricas e mineiras obtêm as suas fontes de produção nas Arribes del Duero e arredores, ao serem descobertos uns compartimentos geológicos peculiares para obter a matéria-prima de minerais para as suas produções (Cabero e Sánchez, 1994).

Actualidade (Séc. XXI) Os usos do passado condicionam a situação actual das Arribes del Duero em um espaço com um grande património natural, cultural e etnográfico. A declaração como Parque Natural, como passo prévio ao plano director de uso e gestão, após a sua declaração em 2002, tem em conta as directrizes baseadas em um plano de ordenamento que mostra os aspectos naturais mais relevantes a ter em conta.

2. Finalidade e objectivos do Parque Natural Arribes del Duero

A finalidade deste Plano de Ordenamento é estabelecer as medidas necessárias que assegurem a protecção, conservação, melhoria e utilização racional do Espaço Natural de Arribes del Duero.

Os objectivos gerais constantes do Plano de Ordenamento de Arribes del Duero são os seguintes:

1. Como prioritário, **conservar e proteger os recursos naturais, sua vegetação, flora, fauna e paisagem**, preservando a sua biodiversidade e mantendo a dinâmica e estrutura dos seus ecossistemas, especialmente aqueles ligados aos vales do rio Douro e afluentes (Esla, Tormes, Uces, Huebra e Águeda), que acolhem uma fauna rica, bem como interessantes exemplos de vegetação mediterrânica.
2. **Restaurar**, dentro do possível, **os ecossistemas e valores do Espaço Natural que tenham sido deteriorados**.
3. **Garantir a conservação de espécies de flora e fauna ameaçadas**, com especial atenção à cegonha-negra (*Ciconia nigra*) e outras rapinas de grande interesse como a águia de Bonelli (*Aquila fasciata*), águia-real (*Aquila chrysaetos*), abutre (*Neophron percnopterus*), ...
4. **Promover o desenvolvimento socioeconómico das populações do Espaço Natural**, baseado no uso sustentável dos recursos naturais e melhorar a sua qualidade de vida, de forma compatível com a conservação dos seus valores, bem como regularizar o desenvolvimento de certas actividades fortemente impactantes, prevendo e controlando os seus possíveis efeitos negativos.
5. **Promover o conhecimento e usufruto dos seus valores naturais e culturais**, do ponto de vista educativo, científico, recreativo e turístico, fomentando um uso público ordenado, dentro do mais consciencioso respeito dos valores que se pretende proteger.

3. Figura de protecção e ano de declaração

A análise dos valores naturais realizada na zona, que em parte pode ser consultada na Ficha 1 Parque Natural Arribes del Duero, em comparação com os requisitos estabelecidos pela Lei de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León (Art. 11), para que a área possa ser declarada Espaço Natural Protegido, cumprem os requisitos estabelecidos tendo sido declarado Parque Natural a 11 de Abril de 2002.

4. Acções e actividades a promover

Para facilitar a consecução destes objectivos nas Arribes del Duero, o Plano de Ordenamento conta com uma série de directrizes que marcam umas linhas de actuação gerais e outras divididas por sectores ou tipos de recursos presentes.

Assim, para a gestão dos recursos naturais, em geral procurar-se-á o bom conhecimento de todos os recursos naturais e a participação das populações locais imprescindível para a conservação do lugar, entre outras.

Entre os recursos naturais, determinam-se directrizes para a atmosfera, água, geologia e geomorfologia, solo, vegetação, fauna e paisagem. Estas destinam-se a preservar a boa qualidade destes elementos, evitando a sua degradação e os impactos que possam ser negativos para estes.

Especial menção para a água pelo seu protagonismo no espaço natural, sobre a qual necessita regular o seu uso, controlar os aproveitamentos hidráulicos já existentes e a monitorização do caudal e qualidade do mesmo.

Na vegetação, a conservação deve prestar especial atenção aos bosques de carvalhos, zimbrais, sobreirais e carvalho cerquinho dos escarpados fluviais, bem como algumas formações singulares que aparecem nas Arribes del Duero como o lódão-bastardo (*Celtis australis*), freixo comum (*Fraxinus angustifolia*) ou bosquetes de ácer (*Acer monspeliensis*).

Para a fauna, tal como na vegetação, prioriza-se a conservação dos biótopos ou habitats fundamentais para espécies mais significativas, algumas já citadas no objectivo 3, como as aves cegonha-negra (*Ciconia nigra*), águia-real (*Aquila chrysaetos*), britango (*Neophron percnopterus*), águia de Bonelli (*Aquila fasciata*), bufo-real (*Bubo bubo*), falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) e andorinhão-real (*Tachymarptis melba*). Também são importantes espécies vinculadas ao meio aquático, uma vez que o espaço apresenta importantes populações de bordalo (*Iberocypris alburnoides*), boga-de-boca-arqueada (*Pseudochondrostoma lemmingii*) ou enguia (*Anguilla anguilla*). Em relação aos mamíferos, a lontra e os quirópteros encontram-se entre os que serão prioritários nestas directrizes.

A gestão de uso público tratará de impulsionar em todo o Espaço Natural de forma a favorecer o desenvolvimento socioeconómico dirigindo-o para zonas menos sensíveis

e promovendo as actividades menos destrutivas ou impactantes. De uma forma geral, tentar-se-á recuperar ou reabilitar infraestruturas (edifícios, trilhas, etc.) já existentes ao invés da nova construção e favorecerá especialmente aquelas que sigam em consonância com a arquitectura popular e tradicional do local.

O aproveitamento dos recursos agrícolas, pecuários, florestais e cinegético-piscícolas encontram-se reflectidos nestas directrizes, favorecendo principalmente práticas que conservem a diversidade biológica procurando reduzir a utilização de fitossanitários e actividades extensivas e o uso de espécies autóctones ou locais mais adaptadas ao meio. A gestão das espécies de caça e pesca tratará de garantir a protecção de espécies e espaços assim como os visitantes mediante os correctos planos de ordenamento.

Em termos do ordenamento do território e dos recursos naturais inclui-se a necessidade de elaborar um plano de ordenamento urbanístico dos municípios inseridos no Parque Natural, que garanta um uso óptimo do território evitando a formação de novos núcleos urbanos não integrados nas zonas tradicionais que possam terminar em um impacto negativo principalmente nas zonas de maior valor ecológico, logo, mais sensíveis.

O património histórico, artístico e cultural tem nas Arribes del Duero uma representação riquíssima. Para tal tenta-se promover o seu conhecimento tanto na população local como externa mediante actividades de melhoria e a sua utilização como recurso para uso público.



Figura 8. Amiais de Mieza entre rochas. Autor: Froilán Sevilla / JCYL-CESEFOR.

5. Zonamento

Para o correcto planeamento e ordenamento dos recursos e actividades torna-se necessário estabelecer uma série de usos para cada zona do Parque Natural em função das suas características, fragilidade e valores distintos que apresenta.

Desta maneira, não consiste em proibir, mas sim em ordenar estes usos para que se compaginem os objectivos de conservação e protecção com o uso público, usos agrícolas e pecuários tradicionais e o desenvolvimento socioeconómico sustentável.

O Artigo 30 da Lei de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León, indica uma tipologia básica de zonas de acordo com a seguinte classificação:

- A – ZONAS DE RESERVA
- B – ZONAS DE USO LIMITADO
- C – ZONAS DE USO COMPATÍVEL
- D – ZONAS DE USO GERAL

Neste caso, no Parque Natural encontramos **Zonas de Uso Limitado (Z.U.L.)** onde o meio natural mantém uma elevada qualidade, mas as suas características permitem um moderado uso público, que não requeiram instalações permanentes³ nos seguintes lugares que podem observar-se no plano:

Z.U.L.1. Zona de Uso Limitado do rio Douro
Z.U.L.2. Zona de Uso Limitado do rio Esla
Z.U.L.3. Zona de Uso Limitado do rio Tormes
Z.U.L.4. Zona de Uso Limitado do rio Uces.
Z.U.L.5. Zona de Uso Limitado dos rios Huebra e Camaces
Z.U.L.6. Zona de Uso Limitado do rio Águeda
Z.U.L.7. Zona de Uso Limitado do rio Turones e Rivera de Dos Casas
Z.U.L.8. Zona de Uso Limitado do Arroyo de Santa Olalla

23

As **Zonas de Uso Compatível (Z.U.C)** são aquelas áreas em que as características do meio natural permitem a compatibilização da sua conservação com as actividades educativas e recreativas, permitindo um moderado desenvolvimento de serviços com finalidades de uso público ou de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da zona⁴.

Dentro destas zonas podem-se diferenciar dois tipos básicos:

Zonas de Uso Compatível do Meio Natural: compreendem os espaços contínuos de certa extensão ocupados por vegetação natural relativamente bem conservada, quer seja herbácea, arbustiva ou arbórea, frequentes nos litossolos, com aproveitamento predominantemente pecuário ou florestal, incluindo-se em todo o caso, neste tipo de zonas os Espaços de Utilidade Pública existentes no Espaço Natural.

³ Conforme a Lei 8/1991 de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León.

⁴ Conforme a Lei 8/1991 de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León.

Zonas de Uso Compatível Agropecuário: nesta categoria incluem-se as restantes zonas do Parque que não estão incluídas na categoria anterior nem nas Zonas de Uso Geral que serão descritas de seguida. Correspondem em grande parte a terrenos de uso de aproveitamento agro-pecuário, com grande variedade paisagística e de usos do solo.

Zonas de Uso Geral (Z.U.G.): Incluem-se nesta categoria todas as áreas urbanas e sua envolvente mais próxima classificado como urbano ou urbanizável.

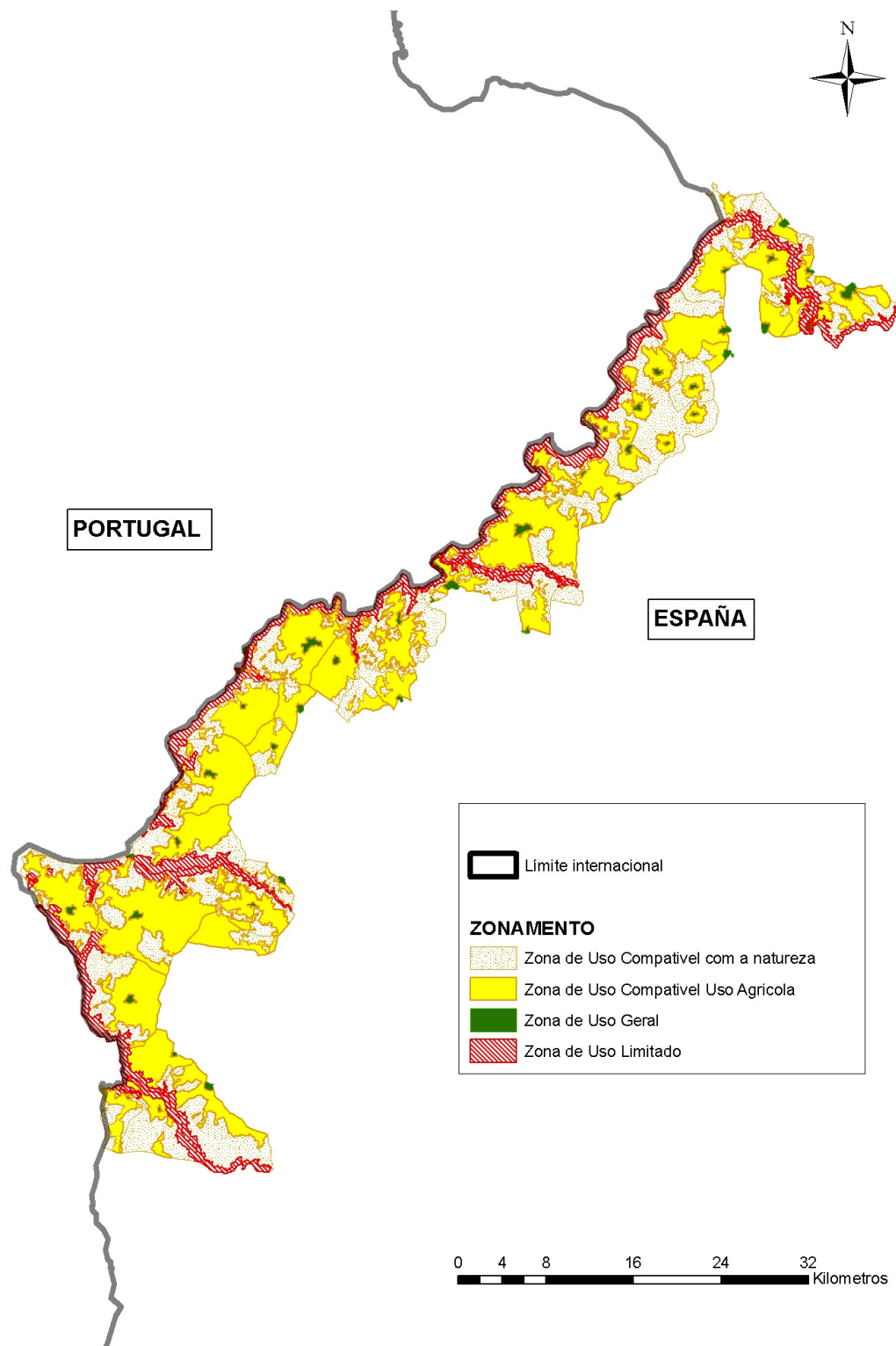


Figura 9. Zonamento do Parque Natural Arribes del Duero.

6. Espécies de flora, fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da conservação presentes no Parque Natural Arribes del Duero

O Espaço Natural declarado como Parque Natural Arribes del Duero apresenta um conjunto de valores naturais importantíssimo que facilitou dita declaração. Entre eles, destaca-se a nível faunístico a variedade de espécies de aves e espécies vinculadas ao meio aquático.

Para facilitar a compreensão do seu valor, de seguida apresenta-se uma lista das espécies de fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da conservação presentes no Parque Natural.



Figura 10. Lontra (*Lutra lutra*). Fonte: CENEAM-OAPN – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.

6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Flora			
-	<i>Festuca elegans</i>	Anexo II	
-	<i>Holcus setiglumis ssp. duriensis</i> = <i>Holcus annuus ssp. duriensis</i>	Anexo II	
Anfibios e répteis			
Lagarto-de-água	<i>Lacerta schreiberi</i>	Anexo II	
Rã-de-focinho-pontiagudo	<i>Discoglossus galganoi</i>	Anexo II	
Cágado-de-carapaça-estriada	<i>Emys orbicularis</i>	Anexo II	
Cágado-mediterrânico	<i>Mauremys leprosa</i>	Anexo II	
Peixes			
Boga-de-boca-arqueada	<i>Pseudochondrostoma lemmingii</i>	Anexo II	
Bordalo	<i>Iberocypris alburnoides</i>	Anexo II	
Panjorca	<i>Pseudochondrostoma arcasii</i>	Anexo II	
Boga-comum	<i>Pseudochondrostoma polylepis</i>	Anexo II	
Aves			
Rolieiro	<i>Coracias garrulus</i>		Anexo I
Cegonha branca	<i>Ciconia ciconia</i>		Anexo I
Milhafre-preto	<i>Milvus migrans</i>		Anexo I
Milhafre-real	<i>Milvus milvus</i>		Anexo I
Abutre do Egipto	<i>Neophron percnopterus</i>		Anexo I
Grifo	<i>Gyps fulvus</i>		Anexo I
Águia-cobreira	<i>Circaetus gallicus</i>		Anexo I
Tartaranhão-caçador	<i>Circus pygargus</i>		Anexo I
Águia-real	<i>Aquila chrysaetos</i>		Anexo I
Águia-calçada	<i>Aquila pennata</i>		Anexo I
Águia-de-Bonelli	<i>Aquila fasciata</i>		Anexo I
Francelho	<i>Falco naumanni</i>		Anexo I

Falcão-peregrino	<i>Falco peregrinus</i>	Anexo I
Alcaravão	<i>Burhinus oedicephalus</i>	Anexo I
Cegonha-negra	<i>Ciconia nigra</i>	Anexo I
Chasco-preto	<i>Oenanthe leucura</i>	Anexo I
Sombria	<i>Emberiza hortulana</i>	Anexo I
Esmerilhão	<i>Falco columbarius</i>	Anexo I
Bútio vespeiro	<i>Pernis apivorus</i>	Anexo I
Águia-pesqueira	<i>Pandion haliaetus</i>	Anexo I
Tartaranhão-azulado	<i>Circus cyaneus</i>	Anexo I
Bufo-real	<i>Bubo bubo</i>	Anexo I
Peneireiro-cinzento	<i>Elanus caeruleus</i>	Anexo I
Guarda-rios	<i>Alcedo atthis</i>	Anexo I
Petinha-dos-campos	<i>Anthus campestris</i>	Anexo I
Calhandra-de-Dupont	<i>Chersophilus duponti</i>	Anexo I
Cotovia-arbórea	<i>Lullula arborea</i>	Anexo I
Cotovia-montesina	<i>Galerida theklae</i>	Anexo I
Calhandra-real	<i>Melanocorypha calandra</i>	Anexo I
Gralha-de-bico-vermelho	<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>	Anexo I
Toutinegra-do-mato	<i>Sylvia undata</i>	Anexo I
Rabirruivo-de-testa-branca	<i>Phoenicurus phoenicurus</i>	
Melro-azul	<i>Monticola solitarius</i>	
Andorinha-dáurica	<i>Hirundo daurica</i>	
Pica-pau-galego	<i>Dendrocopos minor</i>	
Andorinhão-real	<i>Apus melba</i>	
Cuco-rabilongo	<i>Clamator glandarius</i>	
Borrelho-pequeno-de-coleira	<i>Charadrius dubius</i>	
Noitibó-de-nuca-vermelha	<i>Caprimulgus ruficollis</i>	
Ógea	<i>Falco subbuteo</i>	

Gavião-da-Europa	<i>Acciper nisus</i>	
Corvo-marinho	<i>Phalacrocorax carbo</i>	
Mamíferos		
Lobo	<i>Canis lupus</i>	Anexo II
Morcego-pequeno-de-ferradura	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Anexo II
Morcego-de-peluche	<i>Miniopterus schreibersi</i>	Anexo II
Lontra	<i>Lutra lutra</i>	Anexo II
Morcego-rato-grande	<i>Myotis myotis</i>	Anexo II
Morcego-rato-pequeno	<i>Myotis blythii</i>	Anexo II
Morcego-grande-de-ferradura	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Anexo II
Morcego-de-ferradura-Mediterrânico	<i>Rhinolophus euryale</i>	Anexo II
Rato-de-Cabrera	<i>Microtus cabrerae</i>	Anexo II

6.2. Habitats de interesse comunitário

3170* Charcos temporários mediterrânicos

Este tipo de habitat devido à sua natureza pontual ocorre em muitas áreas da nossa proposta disseminados ao longo do território. Incluem-se os habitats de água doce no ponto 31. Remansos.

Trata-se de zonas húmidas tipicamente mediterrânicas, superficiais, desenvolvidas em zonas planas com solos pouco permeáveis, alimentados basicamente por precipitações e de carácter sazonal já que mantêm a água desde o final do Outono ao início da Primavera e perdem, total ou parcialmente, normalmente de forma progressiva por evaporação, quando aumentam as temperaturas na Primavera e o calor.



30

Figura 11. Charco temporário mediterrânico. Autor: José Antonio Hernández.

4020* Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*

Pertence ao grupo das charnecas e matagal de zonas temperadas.

Charnecas de pequeno tamanho dominado geralmente por *Erica tetralix* e em menor grau por *E. ciliaris* desenvolvidos sobre solos ácidos com drenagem deficientes e, portanto, constantemente húmidos e muitas vezes inundadas. Para além destas urzes, surgem algumas genístas debilitadas ou de pequeno tamanho como *Genista anglica* e *G. micrantha*. Este habitat surge normalmente associado a turfeiras, situando-se na periferia destas.

6220* Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea

Este habitat encontra-se distribuído por toda a superfície das Arribes del Duero e arredores, embora com maior prevalência em território português. Dentro das formações herbáceas naturais e seminaturais, encontra-se o grupo 62 de Formações herbáceas secas seminaturais e fâcies de matagal.

Pastagens de pequenas dimensões de carácter mediterrânico, dominadas por plantas anuais ou pequenas gramíneas perenes, que podem ocupar desde pequenos fragmentos a enormes extensões no âmbito de zonas tradicionalmente dedicadas a pecuária em regime extensivo.

31

91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)

Presente na maioria da superfície mas sempre ligada aos cursos fluviais dos espaços naturais e áreas protegidas assim como locais de interesse comunitário. Nas florestas está enquadrado o grupo 91 Florestas da Europa temperada.

Florestas ribeirinhas dominadas por amieiros (*Alnus glutinosa*) que se desenvolvem nas margens dos cursos fluviais, também em águas paradas oligotróficas, sobre substratos de silício e calcário muito aluviados, tanto em territórios atlânticos do oeste peninsular como nos mediterrânicos.



Figura 12. Florestas aluviais. Autor: Antonio Sà.

7. Património cultural da área

Na área de estudo localizam-se 13 bens de interesse cultural declarados com base na Lei 12/2002, de 11 de Julho, do Património Cultural de Castilla-León, e Decreto 37/2007, de 19 de Abril, no qual se aprova o Regulamento para a Protecção do Património Cultural de Castilla-León, onde estão reunidos todos os bens que foram seleccionados, abertos e declarados desde o início do século XX. Este catálogo considera os seguintes tipos de bens:

- Monumento
- Jardim histórico
- Conjunto histórico
- Sítio histórico
- Zona arqueológica
- Conjunto etnológico:
- Via histórica

A tipologia dos bens catalogados nas Arribes del Duero pode ser resumida na tabela que se segue:

33

Tipo de bem	Província	
	Salamanca	Zamora
Monumento⁵	5	1
Jardim histórico	-	-
Conjunto histórico	1	1
Sítio histórico	-	-
Zona arqueológica⁶	5	-
Conjunto etnológico	-	-
Via histórica	-	-
TOTAL PROVINCIAL	11	2

⁵ Inclui castelos e pelourinhos

⁶ Inclui arte rupestre

Na tabela seguinte apresentam-se os bens culturais catalogados na área correspondente a este Espaço Natural, assinalando tanto a sua localização como as datas de iniciação e declaração do bem, de acordo com a legislação vigente.

Província	Tipo de bem	Nome do bem	Término municipal	Localidade	Data de iniciação em Boletim Oficial	Data de declaração
Salamanca	Zona Arqueológica	Despoblado Castillo de Moncalvo	Hinojosa de Duero	Hinojosa de Duero	03/06/1931	04/06/1931
Salamanca	Zona Arqueológica	Despoblado Castro de Las Merchanas	Lumbrales	Lumbrales	03/06/1931	04/06/1931
Salamanca	Arte Rupestre	La Palla Rubia (Pozo de Los Humos)	Pereña de La Ribera	Pereña	29/06/1985	
Salamanca	Zona Arqueológica	Despoblado - Castillo	Saldeana	Saldeana	03/06/1931	04/06/1931
Salamanca	Conjunto Histórico	La Villa	San Felices de Los Gallegos	San Felices de Los Gallegos	18/01/1966	04/06/1931
Salamanca	Castelos	Castillo de San Felices de Los Gallegos	San Felices de Los Gallegos	San Felices de Los Gallegos	05/05/1949	18/01/1966
Salamanca	Castelos	Castillo de Sobradillo	Sobradillo	Sobradillo	05/05/1949	
Salamanca	Pelourinhos	Rollo de Justicia	Vilvestre	Vilvestre	30/03/1963	
Salamanca	Castelos	Castillo de Vilvestre	Vilvestre	Vilvestre	05/05/1949	
Salamanca	Arte Rupestre	Monumento Rupestre	Vilvestre	Vilvestre	29/06/1985	

Província	Tipo de bem	Nome do bem	Término municipal	Localidade	Data de iniciação em Boletim Oficial	Data de declaração
Zamora	Castelos	Castillo de Feroselle	Feroselle	Feroselle	22/04/1949	05/05/1949
Zamora	Conjunto Histórico	La Villa	Feroselle	Feroselle	24/10/1974	14/11/1974



Figura 1. Vista do Douro do miradouro Castillo de Vilvestre. Autor: Luitxo eta Marije. Creative Commons.

B. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores

1. Introdução

1.1. Localização

O Espaço Natural designado Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores localiza-se no extremo noroeste da província de Zamora, fazendo fronteira a oeste com a província de Ourense e a norte com a de León.

No seguinte plano incluem-se os términos municipais abrangidos pelo Parque Natural e, como tal, total ou parcialmente afectados pelo seu Plano de Ordenamento.



38

Figura 14. Lago de Sanabria y alrededores. Fonte: Antonio Sà.

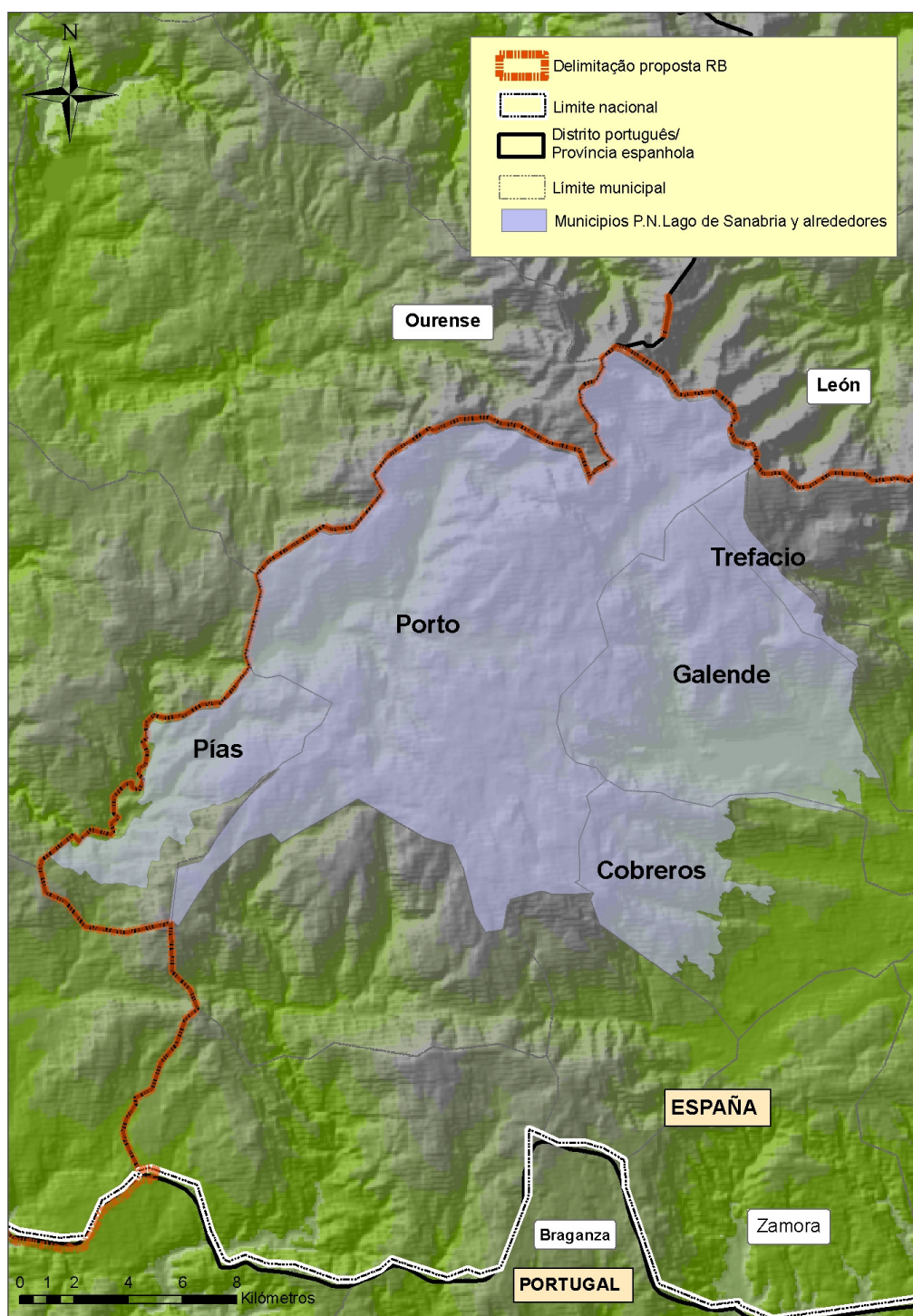


Figura 15. Municípios incluídos no Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores.

1.2. Usos do solo

Esta comarca está essencialmente associada à actividade pecuária e florestal. As classes de uso do solo predominantes são as áreas cobertas por matos, as pastagens permanentes e as massas florestais, sendo muito reduzidas as áreas dedicadas exclusivamente à agricultura. Para além disso, em termos gerais, a superfície agrícola tem vindo a diminuir nas últimas décadas. Pelo contrário a superfície de área não agrícola, como sejam os prados e as pradarias, tem vindo a aumentar devido ao abandono das terras de cultivo de pior qualidade.

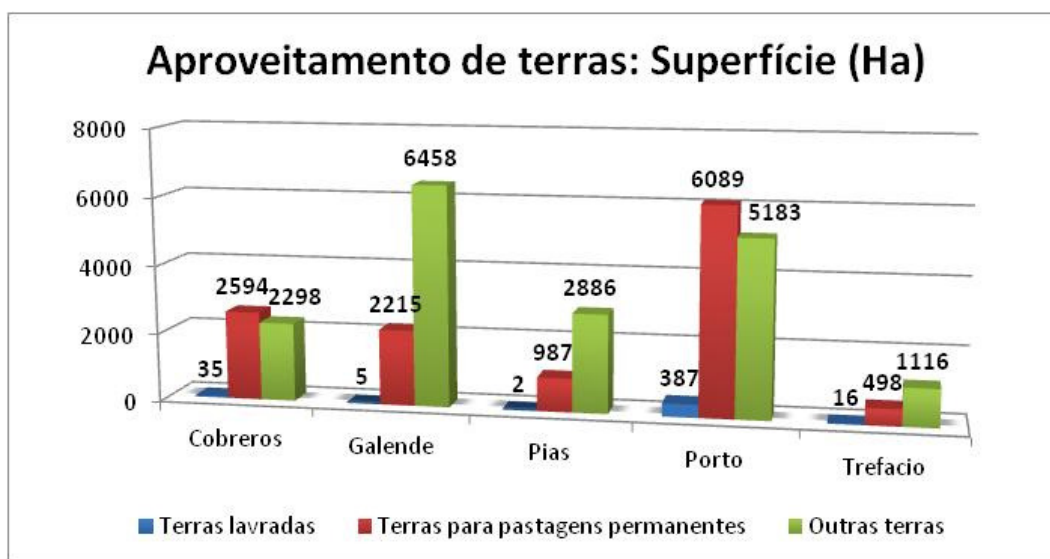


Figura 16. Usos do solo predominantes nos vários términos municipais incluídos no Parque Natural Sanabria y alrededores. Fonte: Censo agrário nacional 2009.

Trata-se, de uma forma geral, de uma área de média e alta montanha, com vales que por vezes formam canhões fluviais. Nas zonas mais altas surgem afloramentos rochosos e planaltos extensos cobertos por pastagens e matos montanos. Nas encostas e zonas mais baixas predominam os carvalhais de *Quercus pyrenaica* e diferentes tipos de formações arbustivas. Existem igualmente outras formações arbóreas de menor extensão, como azevinhais, teixiais e soutos de castanheiros, mas de grande importância em termos de conservação.

Nas margens de alguns rios podem encontra-se também bosques rupícolas, amiais etc., bem conservados. De igual modo resultam interessantes do ponto de vista da conservação as lagoas, as turfeiras e pastagens alpinas de origem glaciária, principalmente o Lago de Sanabria, que dão lugar a um dos conjuntos lagunares de origem glaciária mais importantes da Península Ibérica.

2. Finalidade e objectivos do Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores

Os objectivos gerais que o Parque Natural se propõe a cumprir são os seguintes:

- Será **objectivo prioritário** conservar e proteger os seus valores naturais, habitats, flora, fauna, geomorfologia, processos ecológicos e paisagem, preservando a sua biodiversidade e mantendo ou optimizando a dinâmica e estrutura dos seus ecossistemas, entre os quais se destaca os seus singulares ecossistemas aquáticos relacionados com o fenómeno glacial de alta montanha, como é o caso das lagoas ou turfeiras, os complexos rochosos, as zonas rochosas típicas dos cumes mais elevados, os circos de origem glacial e outras formações periglaciares, os seus diversos e muito bem conservados bosques como carvalhais, amiais, azevinhais, teixiais ou outras massas florestais mistas, as suas interessantes formações arbustivas e as pastagens típicas das áreas de alta montanha de solos siliciosos.

Para além disso são assinalados objectivos **complementares** ao prioritário:

- 1º. Restaurar, na medida do possível, os ecossistemas e valores do Espaço Natural que tenham sido deteriorados.
- 2º. Promover o conhecimento e o usufruto dos valores naturais e culturais do Espaço Natural, desde os pontos de vista educativo, científico, recreativo e turístico, fomentando um uso público ordenado, dentro do mais escrupuloso respeito pelos valores que se pretende proteger.
- 3º. Promover o desenvolvimento sócio-económico das populações da Zona de Influência Sócio-económica do Espaço Natural, definida no artigo 41 da Lei 8/1991, de 10 de Maio, com base no uso sustentável dos recursos naturais, e melhorar a sua qualidade de vida, de forma compatível com a conservação dos valores naturais e culturais em presença.
- 4º. Preservar, manter e fomentar os conhecimentos e usos tradicionais do território que sejam compatíveis com o objectivo de conservação do património natural e da biodiversidade, utilizando os benefícios dessas práticas na gestão do Espaço Natural.

41

3. Figura de proteção e ano de declaração

Os valores naturais presentes na zona, que em parte podem ser consultados na Ficha 3 Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores, cumprem os requisitos estabelecidos na Lei de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla e León (Art.11) para a criação de um Espaço Natural Protegido.

Tal como no caso dos Arribes del Duero, a figura de protecção mais adequada para atribuição a este conjunto foi a de Parque Natural. Esta área foi assim declarada como tal a 27 de outubro de 1978 pelo R.D. 3061/1978, tendo os seus limites sido modificados posteriormente, a 12 de setembro de 1985 (Decreto 122/1985).

4. Acções e actividades a promover

Para facilitar a concretização destes objectivos neste Parque Natural, enumeram-se no Plano de Ordenamento deste Espaço Protegido uma série de Directrizes que apontam as linhas de actuação para essa concretização. Abaixo apresentam-se resumidamente algumas das principais linhas de acção previstas:

Gestão dos recursos naturais: Serão promovidas acções tendo em vista o aumento do conhecimento sobre os recursos naturais presentes, assim como acções de gestão para a conservação dos mesmos. Tirando partido dos instrumentos financeiros existentes procurar-se-á aumentar a proporção de território de domínio público nas Zonas de Reserva e de Uso Limitado existentes.

Neste Espaço Natural o elemento *água* reveste-se de grande importância. Deverão por isso ser preservadas todas as margens de rios e ribeiras, evitando a sua dissecação ou qualquer outro impacto negativo. A *geomorfologia* da área é outro elemento de especial relevância neste Parque, pelo que se procurará preservar as formações mais relevantes minimizando ou limitando as actividades mineiras ou extractivas. As linhas de actuação relativamente à vegetação consistem, no geral, em preservar os habitats prioritários e em promover acções de restauro ecológico para regenerar as áreas mais degradadas.

Gestão de uso público: Será fomentado um programa de voluntariado neste Espaço Protegido. As instalações e infra-estruturas *recreativas* como parques de campismo, albergues, etc., deverão localizar-se nas Zonas de Uso Geral, Zonas de Uso Compatível e, excepcionalmente, nas Zonas de Uso Limitado. Poderá fixar-se um número máximo de embarcações comerciais e recreativas que podem utilizar a área para preservação dos respectivos valores naturais.

Utilização dos recursos do Espaço Natural: As práticas agro-silvo-pastoris tradicionais podem ser boas aliadas da conservação da biodiversidade do Espaço Natural, pelo que se procurará manter, por exemplo, os sistemas de prados e pradarias de sequeiro. A prática ordenada do pastoreio, fomentando o ordenamento das pastagens é um instrumento que pode garantir a utilização dos recursos sem os afectar. As raças autóctones melhor adaptadas a este ambiente podem favorecer a diversidade faunística e por isso será promovida a utilização de gado bovino da raça alitano sanabresa, o burro zamorano-

leonês, o galo de pluma, a ovelha castellana, os cães de guarda e as coudelarias locais.



Figura 17. Burro zamorano-leonês. Autor: Antonio Sà.

5. Zonamento

O zonamento é um instrumento fundamental para o planeamento dos usos e actividades a realizar em cada zona do Espaço Natural, que dependem das suas características e valores em presença.

O artigo 30 da Lei de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León refere uma tipologia básica de zonas, estabelecendo a seguinte classificação.

- A. ZONAS DE RESERVA
- B. ZONAS DE USO LIMITADO
- C. ZONAS DE USO COMPATÍVEL
- D. ZONAS DE USO GERAL

As **Zonas de Reserva (ZR)** estão integradas nos terrenos que apresentam valores naturais excepcionais do ponto de vista geomorfológico, florístico, faunístico ou paisagístico e que por este motivo se torna necessário um maior grau de protecção relativamente a possíveis ameaças. Foram delimitadas neste Espaço Natural ZR em torno das formações geomorfológicas de origem glacial mais importantes, das áreas críticas para a sobrevivência das espécies de fauna consideradas de interesse, e de áreas onde ocorre flora ameaçada ou endémica ou mesmo raridades biogeográficas (e.g.: formações de turfeiras). Esta zona (“Cumbres de Trevinca, Moncalvo y Río Pedro, nacimientos de los ríos Tera y Bibey, Lacillo”) situa-se acima dos 1.500 metros de altitude e é na sua maioria constituída por terreno público.

As **Zonas de Uso Limitado (Z.U.L.)** incluem a maior parte dos terrenos do Espaço Natural com uma vegetação bem conservada, riqueza faunística (cobre a maioria das áreas tradicionais de cria da perdiz-cinzenta) e grande parte dos pontos de interesse geológico (formações geológicas de origem glaciária). Predominam nesta zona os usos agrários tradicionais de pequena extensão. Inclui algumas propriedades pertencentes à Junta de Castilla-León.

Zona de Uso Limitado de Interesse Especial (ZULIE): São áreas de especial valor pelo excelente estado de conservação de alguns dos seus habitats naturais, ao abrigo da Lei 42/2007, de 13 de dezembro, ou pela presença de habitats ou comunidades vegetais de grande destaque.

- ZULIE 1. Bidual y Valdesirgas.
- ZULIE 2. Acebedas de Bibey.
- ZULIE 3. Montouto.
- ZULIE 4. Cabecera del Tera
- ZULIE 5. Cañón del Tera
- ZULIE 6. Lagunas y turberas de Valdeinfierno, Cárdenas y Segundera.
- ZULIE 7. Turberas y Lagunas de Sotillo y Valdecasares.
- ZULIE 8. Bosque de los Valles del Sotillo y Avedillo.
- ZULIE 9. Senda de los Frailes.
- ZULIE 10. Bosques de umbría del Lago.
- ZULIE 11. Cañales.
- ZULIE 12. Robledales de Villanueva y Pías.
- ZULIE 13. Bosques de Cárdena y Segundera.
- ZULIE 14. Vega de arriba de Galende o “Llamelendre”
- ZULIE 15. Ribera de Bibey.
- ZULIE 16. Ribera de Forcadura.
- ZULIE 17. Arroyo de Valdeinfierno.
- ZULIE 18. Laguna de Sanguijuelas.
- ZULIE 19. Tera y Forcadura.

Zonas de Uso Compatível (Z.U.C.): Terrenos ocupados principalmente por hortas, pequenos cultivos e pastagens na proximidade dos núcleos populacionais sendo, em geral, propriedade privada. O seu uso principal é agrícola e pecuário, estando pontualmente associado ao sector dos serviços turísticos ou recreativos.

Zonas de Uso Compatível de Paisagem Tradicional: Incluem-se nesta classe habitats de interesse comunitário muito associados aos usos agro-pecuários tradicionais como prados de sequeiro com mosaicos de sebes naturais na proximidade dos núcleos populacionais e as plantações naturalizadas de castanheiros. Incluem-se igualmente zonas de grande valor de cultura tradicional e de arquitectura popular.

Zonas de Uso Geral (Z.U.G.): Incluem-se nesta classe as zonas ocupadas pelos perímetros urbanos e sua envolvente imediata, classificadas como *urbanas* ou *urbanizáveis*.

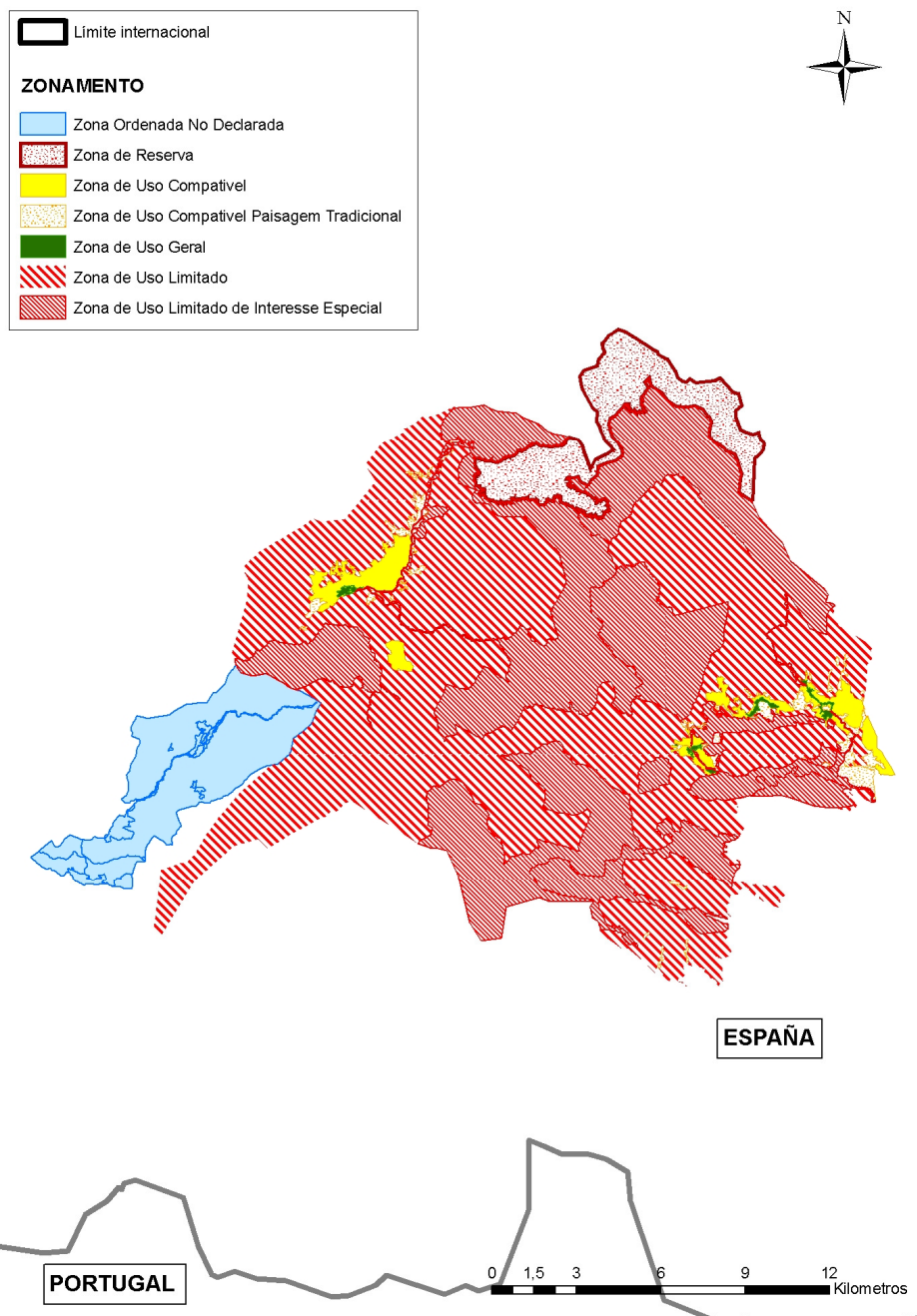


Figura 18. Zonamento do Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores.

6. Espécies de flora, fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da conservação presentes no Parque Natural Lago de Sanabria y alrededores

Este Espaço Natural é uma área de média e alta montanha com grande parte da sua superfície acima dos 1.500 metros de altitude. Esta área conta com vários vales profundos que por vezes formam cânhões fluviais. Nas zonas mais altas surgem áreas rochosas e grandes extensões de pastagens e de formações arbustivas montanas. Este Espaço Natural conta com um elevado número de espécies ameaçadas de fauna e flora e de habitats de interesse comunitário que se resumem em seguida:



Figura 19. Perdiz cinzenta (*Perdix perdix hispaniensis*). Fonte: CENEAM-OAPN – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.

6.1. Lista de flora e fauna e categoria de protecção

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Flora			
-	<i>Actea spicata</i>		
-	<i>Armeria bigarrensensis</i>		
-	<i>Arnica montana</i> subsp. <i>atlantica</i>		
-	<i>Carex furva</i>		
-	<i>Doronicum carpetanum</i>		
-	<i>Narcissus pseudonarcissus</i> subsp. <i>primigenius</i>		
-	<i>Paris quadrifolia</i>		
-	<i>Pedicularis mixta</i>		
-	<i>Pedicularis schizocalyx</i>		
-	<i>Potentilla palustris</i>		
-	<i>Ranunculus carlittensis</i>		
-	<i>Silene foetida</i> subsp. <i>gayana</i>		
-	<i>Streptopus amplexifolius</i>		
-	<i>Trollius europaeus</i>		
-	<i>Ulmus glabra</i>		
-	<i>Festuca elegans</i>		
-	<i>Eryngium viviparum</i>		
-	<i>Santolina semidentata</i>		
-	<i>Narcissus asturiensis</i>		
-	<i>Narcissus pseudonarcissus</i> <i>nobilis</i>		
Invertebrados			
	<i>Callimorpha quadripunctaria</i>	Anexo II	
Mexilhão-de-rio	<i>Margaritifera margaritifera</i>	Anexo II	
Lesma	<i>Geomalacus maculosus</i>	Anexo II	

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Cabra-loura	<i>Lucanus cervus</i>	Anexo II	
-	<i>Euphydryas aurinia</i>	Anexo II	
-	<i>Coenagrion mercuriale</i>	Anexo II	
Anfíbios e répteis			
Rã-de-focinho-ponteagudo	<i>Discoglossus galganoi</i>	Anexo II	
Lagarto-de-água	<i>Lacerta schreiberi</i>	Anexo II	
Lagartixa-de-montanha	<i>Lacerta monticola</i>	Anexo II	
Peixes			
Panjorca	<i>Pseudochondrostoma arcasii</i>	Anexo II	
Boga-comum	<i>Pseudochondrostoma polylepis</i>	Anexo II	
Aves			
Águia-pesqueira	<i>Pandion haliaetus</i>		Anexo I
Milhafre-preto	<i>Milvus migrans</i>		Anexo I
Milhafre-real	<i>Milvus milvus</i>		Anexo I
Águia-cobreira	<i>Circus gallicus</i>		Anexo I
Águia-calçada	<i>Aquila pennata</i>		Anexo I
Noitibó-europeu	<i>Caprimulgus europaeus</i>		Anexo I
Guarda-rios	<i>Alcedo atthis</i>		Anexo I
Cotovia-arbórea	<i>Lullula arborea</i>		Anexo I
Felosa-do-mato	<i>Sylvia undata</i>		Anexo I
Perdiz-cinzenta	<i>Perdix perdix hispaniensis</i>		Anexo I
Abutre-do-Egipto	<i>Neophron percnopterus</i>		Anexo I
Cegonha-branca	<i>Ciconia ciconia</i>		Anexo I
Águia real	<i>Aquila chrysaetos</i>		Anexo I
Tartaranhão-azulado	<i>Circus cyaneus</i>		Anexo I
Bufo real	<i>Bubo bubo</i>		Anexo I
Esmerilhão	<i>Falco columbarius</i>		Anexo I

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Borrelho-ruivo	<i>Charadrius morinellus</i>		Anexo I
Pisco-de-peito-azul	<i>Luscinia svecica</i>		Anexo I
Picanço-de-dorso-ruivo	<i>Lanius collurio</i>		Anexo I
Gralha-de-bico-vermelho	<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>		Anexo I
Sombria	<i>Emberiza hortulana</i>		Anexo I
Bútio-vespeiro	<i>Pernis apivorus</i>		Anexo I
Peneireiro-cinzento	<i>Elanus caeruleus</i>		Anexo I
Falcão-peregrino	<i>Falco peregrinus</i>		Anexo I
Tartaranhão-caçador	<i>Aguilucho cenizo</i>		Anexo I
Rabirruivo-de-testa-branca	<i>Phoenicurus phoenicurus</i>		
Melro-das-rochas	<i>Monticola saxatilis</i>		
Andorinha-dáurica	<i>Hirundo daurica</i>		
Galinholha	<i>Scolopax rusticola</i>		
Ògea	<i>Falco subbuteo</i>		
Gavião	<i>Accipiter nisus</i>		
Mamíferos			
Morcego-pequeno-de-ferradura	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Anexo II	
Morcego-rato-pequeno	<i>Myotis blythii</i>	Anexo II	
Morcego-de-peluche	<i>Miniopterus schreibersi</i>	Anexo II	
Morcego-negro	<i>Barbastella barbastelus</i>	Anexo II	
Lontra	<i>Lutra lutra</i>	Anexo II	
Toupeira-de-água	<i>Galemys pyrenaicus</i>	Anexo II	

6.2. Habitats de interesse comunitário

De seguida descrevem-se os habitats de interesse comunitário prioritários⁷ para a conservação presentes neste Espaço Natural, bem como outros que se consideram relevantes sobretudo pela superfície que ocupam nesta área.

3110 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas (*Littorelletalia uniflorae*)

Pertence ao grupo de habitats de água doce. São pradarias de plantas aquáticas que crescem ao longo dos lagos e lagoas de montanha de origem glaciária, que existem neste Parque Natural.

Nestes locais ocorrem uma série de circunstâncias que permitem o seu desenvolvimento. A água fria e pobre em nutrientes evita o crescimento excessivo em biomassa do fitoplâncton. Isto permite que a água tenha uma turbidez mínima, permitindo que a luz alcance até 2 metros de profundidade. É nestes fundos que crescem estas plantas, que chegam a criar um anel ao longo da margem de toda a lagoa. São comunidades pobres em espécies e com elementos muito especializados neste tipo de condições.



Figura 2. Lago de Sanabria. Autor: Antonio Sà.

⁷ Segundo a Directiva 92/43/CEE

6230* Formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos silicosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)

Está classificado no grupo das formações herbáceas naturais e semi-naturais, incluídas no grupo 62 “Formações herbáceas secas semi-naturais e fâcies de matos”.

As formações principais deste habitat, os cervunais, identificam-se pela dominância de uma gramínea – o cervum (*Nardus stricta*). Em geral constituem pastagens que são mantidas pelos herbívoros selvagens ou pelo gado tradicional. No caso do Lago de Sanabria, como estão situadas em zona de montanha, geram elevados níveis de produtividade, que tem sido aproveitada deste tempos ancestrais para o pastoreio extensivo associado à transumância.

7110* Turfeiras altas activas

As turfeiras caracterizam-se pelas elevadas taxas de produção de matéria orgânica, que é superior à sua velocidade de degradação, decomposição e mineralização, o que determina uma acumulação de matéria orgânica não decomposta, denominada turfa. Estas formações turfosas dominadas por *Sphagnum* desenvolvem-se em zonas com águas frias não carbonatadas.

Em Castilla-León cobrem uma escassa superfície pelo que constituem um bom indicador da originalidade do habitat e do seu interesse de conservação. Para além disso constitui um refúgio para espécies florísticas adaptadas a estas condições extremas e de outras com distribuição mais setentrional.

51



Figura 3. Detalhe de turfeira. Autor: Froilán de Lillo. JCYL- CESEFOR.

De igual forma podemos encontrar outros ecossistemas já descritos no Espaço Natural de Arribes del Duero:

3170* Charcos temporários mediterrânicos

Charcas e depressões húmidas temporalmente encharcadas.

4020* Charnecas húmidas atlânticas de zonas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*

91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Pandion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)

Apresenta amiais bem conservados ao longo dos cursos fluviais que percorrem o Espaço Natural.

7. Património cultural da área

Na área de estudo localizam-se 8 bens de interesse cultural declarados com base na Lei 12/2002, de 11 de Julho, do Património Cultural de Castilla-León, e Decreto 37/2007, de 19 de Abril, no qual se aprova o Regulamento para a Protecção do Património Cultural de Castilla-León, onde estão reunidos todos os bens que foram seleccionados, abertos e declarados desde o início do século XX. Este catálogo considera os seguintes tipos de bens:

- Monumento
- Jardim histórico
- Conjunto histórico
- Sítio histórico
- Zona arqueológica
- Conjunto etnológico:
- Via histórica

A tipologia dos bens catalogados no Lago de Sanabria y alrededores pode resumir-se da seguinte forma:

53

Tipo de bem	Província
	Zamora
Monumento ⁸	5
Jardim histórico	
Conjunto histórico	1
Sítio histórico	1
Zona arqueológica ⁹	1
Conjunto etnológico	
Via histórica	
TOTAL PROVINCIAL	8

⁸ Inclui castelos e pelourinhos

⁹ Inclui arte rupestre

Na tabela seguinte apresentam-se os bens culturais catalogados na área correspondente a este Espaço Natural, assim como nos términos municipais limítrofes de Lubián y Puebla de Sanabria¹⁰, assinalando tanto a sua localização como as datas de iniciação e declaração do bem, de acordo com a legislação vigente.

¹⁰ Incluem-se estes términos municipais pelo seu importante património cultural e proximidade ao Espaço Natural do Lago Sanabria y alrededores.

Província	Tipo de bem	Nome do bem	Término municipal	Localidade	Data de iniciação em Boletim Oficial	Data de declaração
Zamora	Sítio Histórico	Lago de Sanabria y Montes que lo rodean	Galende	San Martín de Castañeda	23/10/1953	12/11/1953
Zamora	Monumento	Monasterio de San Martín de Castañeda	Galende	San Martín de Castañeda	21/06/2007	03/06/2008
Zamora	Conjunto Histórico	La Villa	Puebla de Sanabria	Puebla de Sanabria	08/07/1993	15/04/1994
Zamora	Monumento	Castillo de Los Condes de Benavente	Puebla de Sanabria	Puebla de Sanabria	13/09/1983	
Zamora	Monumento	Iglesia de Santa María del Azogue	Puebla de Sanabria	Puebla de Sanabria	13/09/1983	
Zamora	Monumento	Ayuntamiento	Puebla de Sanabria	Puebla de Sanabria	27/08/1983	
Zamora	Zona Arqueológica	Castro de "As Muradellas"	Lubián	Lubián	26/01/1981	03/01/1995
Zamora	Monumento	Santuario de La Tuiza	Lubián	Lubián	15/04/1994	28/10/1995



Figura 4. Mosteiro de San Martín de Castañeda. Autor: M. Peinado. Creative Commons.

C. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais da Reserva Natural de Lagunas de Villafáfila

1. Introdução

1.1. Localização

O Espaço Natural de Lagunas de Villafáfila localiza-se na comarca conhecida como Tierra de Campos a nordeste da província de Zamora.

No seguinte plano incluem-se os términos municipais incluídos na Reserva Natural de Lagunas de Villafáfila, encontrando-se por esse motivo total ou parcialmente afectados pelo Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais.



Figura 5. Bando de gansos nas Lagunas de Villafáfila. Autor: Antonio Sà.



Figura 24. Términos municipais incluídos na Reserva Natural de Lagunas de Villafáfila.

1.2. Usos do solo

Os usos do solo em Villafáfila estiveram logicamente condicionados pelas características particulares da zona.

Por um lado, o conjunto de lagunas salinas que alberga grande diversidade de avifauna aquática, tem sido utilizado desde a antiguidade para a extração de salmoura por povos primitivos até ao início da Idade Média.

Por outro lado a paisagem de Tierra de Campos, onde se integra Villafáfila, é de origem claramente antrópica, resultante de uma actividade agrícola intensiva. Esta paisagem seria inicialmente formada por prados naturais nas áreas mais planas e por bosques de azinheira e pinhais nas zonas mais elevadas.

As culturas agrícolas presentes actualmente são, na sua maioria, de sequeiro. A variação da superfície ocupada pelos vários tipos de cultivos nas últimas décadas é apresentada abaixo:

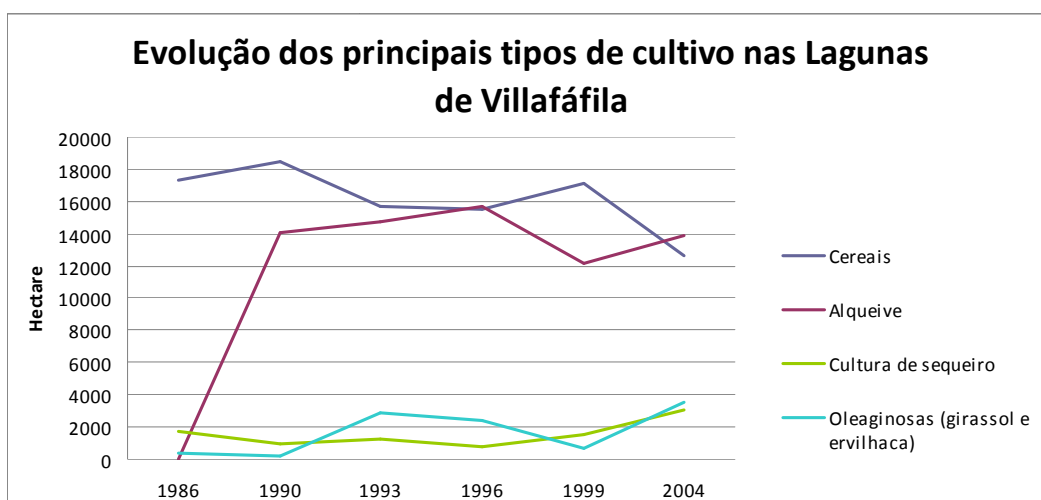


Figura 25. Evolução dos principais tipos de cultivo nas Lagunas de Villafáfila.

2. Finalidade e objectivos da Reserva Natural das Lagunas de Villafáfila

A finalidade última deste Plano de Ordenamento é a de estabelecer as medidas necessárias que assegurem a protecção, conservação, melhoria e utilização racional das Lagunas de Villafáfila.

1. Conservar e proteger os valores naturais deste espaço, mantendo a dinâmica e estrutura de seus ecossistemas e garantindo a conservação da biodiversidade, que se caracteriza neste espaço pela coexistência de aves estepárias, concentrações de aves invernantes e habitats salinos, ostentando também esta área a classificação de Zona Húmida de Importância Internacional.
2. Proteger o património histórico, cultural e paisagístico deste espaço natural.
3. Promover o desenvolvimento socio-económico das populações da área e melhorar a sua qualidade de vida, mediante o ordenamento da utilização dos recursos naturais de forma a que seja compatível com o cumprimento dos objectivos anteriores. Devem merecer especial atenção as utilizações agro-pecuárias tradicionais e as utilizações para fins turísticos.
4. Ordenar e promover o uso público e a educação ambiental, promovendo actividades de investigação, de informação, de interpretação, de educação ambiental e de reconhecimento do património natural e cultural, que contribuam para o cumprimento dos objetivos de conservação.

60

3. Figura de protecção e ano de declaração

Os valores naturais presentes na zona, que em parte podem ser consultados na Ficha 3 Reserva Natural Lagunas de Villafáfila, cumprem os requisitos estabelecidos na Lei de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León (Art.11) para a criação de um Espaço Natural Protegido.

Neste caso concreto, a figura de protecção que foi definida foi a de Reserva Natural, por ser aquela que mais se adapta à realidade e problemáticas ambientais das Lagunas de Villafáfila. A declaração desta Reserva data de 5 de Julho de 2006.

4. Acções e actividades a promover

Para facilitar a concretização destes objectivos na Lagunas de Villafáfila, enumeram-se no Plano de Ordenamento deste Espaço Protegido uma série de Directrizes que apontam as linhas de actuação para essa concretização. Abaixo apresentam-se resumidamente algumas das principais linhas de acção previstas:

Gestão dos recursos naturais, protecção, conservação e restauro dos espaços naturais. Serão realizadas actividades que promovam a conservação e a manutenção dos valores naturais, assim como o seu conhecimento e a participação dos cidadãos.

Nesta área o factor *água* deve ser vigiado, controlando o uso excessivo de fertilizantes que poderia contaminar o aquífero superior e a depuração das águas que vertem para o rio Salado. As linhas de actuação relativamente à fauna baseiam-se na elaboração de Planos Especiais de Gestão para espécies como a abetarda (*Otis tarda*), os gansos (*Anser* sp.) e o francelho (*Falco naumanni*) e na coordenação da gestão de espécies migradoras com outros espaços naturais em que estas ocorram (fundamentalmente os gansos).

Gestão de uso público. O uso público (actividades turísticas, recreativas, educativas...) estará subordinado à conservação e manutenção do espaço natural. Para tal será adequadamente programada a capacidade de visitaçao do local, bem como fomentadas as actividades menos impactantes: caminhada, bicicleta, fotografia, rotas a cavalo (preferencialmente sobre as vias tradicionais existentes). As áreas recreativas serão concentradas nas Zonas de Uso Geral e de Uso Compatível B. Na Casa do Parque "El Palomar" será proporcionada a informação e os meios necessários para os visitantes relativamente aos recursos do Espaço Natural.

61



Figura 6. Casa do Parque "El Palomar". Autor: Rodelar. Creative Commons.

Utilização dos recursos do Espaço Natural: A importância da actividade agro-pecuária neste território leva à necessidade da existência de linhas de actuação mais profundas neste tema. Assim fomentar-se-á a vinculação dos agricultores e proprietários a estas tarefas de conservação, bem como a sua participação nos órgãos consultivos do Espaço Natural, dotando-os de maior representação do que aquela que lhes foi inicialmente conferida pela Lei 8/1991. Neste sentido será promovida a continuidade dos Programas Agro-ambientais existentes, ou mesmo o estabelecimento de outros para a concretização dos seguintes objectivos:

- Compensar os agricultores pela utilização de práticas agrícolas compatíveis com a conservação do meio estepário;
- Evitar o cultivo na margem das lagoas para preservar e fomentar o habitat prioritário de pastagens salinas de margens de lagoas;
- Contribuir para a manutenção da biodiversidade do Espaço Natural.

Na medida do possível será fomentada a manutenção do mosaico de cultivos herbáceos do Espaço Natural com o objectivo de manter assim a sua biodiversidade faunística.

Ordenamento territorial e recursos culturais: a arquitectura popular e tradicional resulta num atractivo a fomentar, por isso tanto as novas construções como as já existentes que se encontram em processo de restauro deverão seguir este tipo de arquitectura para se alterar ao mínimo a arquitectura tradicional típica destes núcleos urbanos.

5. Zonamento

O zonamento fixa uma série de usos para cada área em função das suas características e valores naturais, bem como da sua fragilidade e vulnerabilidade.

Assim, o objectivo não é apenas o de proibir mas sim o de ordenar esses usos, nomeadamente os usos públicos, agrícola e pecuário tradicionais e o desenvolvimento sócio-económico, de forma a que estejam intimamente ligados aos objectivos de conservação e protecção da natureza.

O artigo 30 da Lei de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León refere uma tipologia básica de zonas, estabelecendo a seguinte classificação.

- A – ZONAS DE RESERVA
- B – ZONAS DE USO LIMITADO
- C – ZONAS DE USO COMPATÍVEL
- D – ZONAS DE USO GERAL

Na área compreendida dentro da Reserva Natural encontram-se **Zonas de Reserva (ZR)** constituídas pelas áreas dos Espaços Naturais Protegidos com maior qualidade biológica, ou que contenham no seu interior os elementos bióticos mais frágeis, ameaçados ou representativos. A estas zonas não se poderá aceder livremente¹¹. No caso presente corresponde ao habitat lagunar e perilagunar onde se podem encontrar numerosas espécies de aves aquáticas únicas na Europa.

As **Zonas de Reserva (Z.R)** abarcam toda a superfície lagunar e uma superfície que supera em 50 metros a linha que define a máxima inundação da lâmina de água. As lagunas incluídas são as seguintes:

- Laguna de Barrillos,
- Laguna Grande,
- Laguna de Las Salinas,
- Laguna de la Rosa,
- Laguna de la Fuente,
- Laguna de la Rual (o Molino Sanchón),
- Laguna de la Vega,
- Laguna Parva,
- Laguna Arbellina,
- Laguna de Villardón,
- Laguna de San Pedro (o de Villarín)
- Salina Pequeña.

Zonas de Uso Limitado (Z.U.L.) onde o meio natural mantém uma alta qualidade, mas as suas características permitem um moderado uso público, que não requerem instalações permanentes¹². Foram seleccionadas as áreas sensíveis que rodeiam as

¹¹ Conforme a Lei 8/1991 de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León

¹² Conforme a Lei 8/1991 de Espaços Naturais da Comunidade de Castilla-León.

anteriormente descritas como Zonas de Reserva, dada a fragilidade dos sistemas perilagunares.

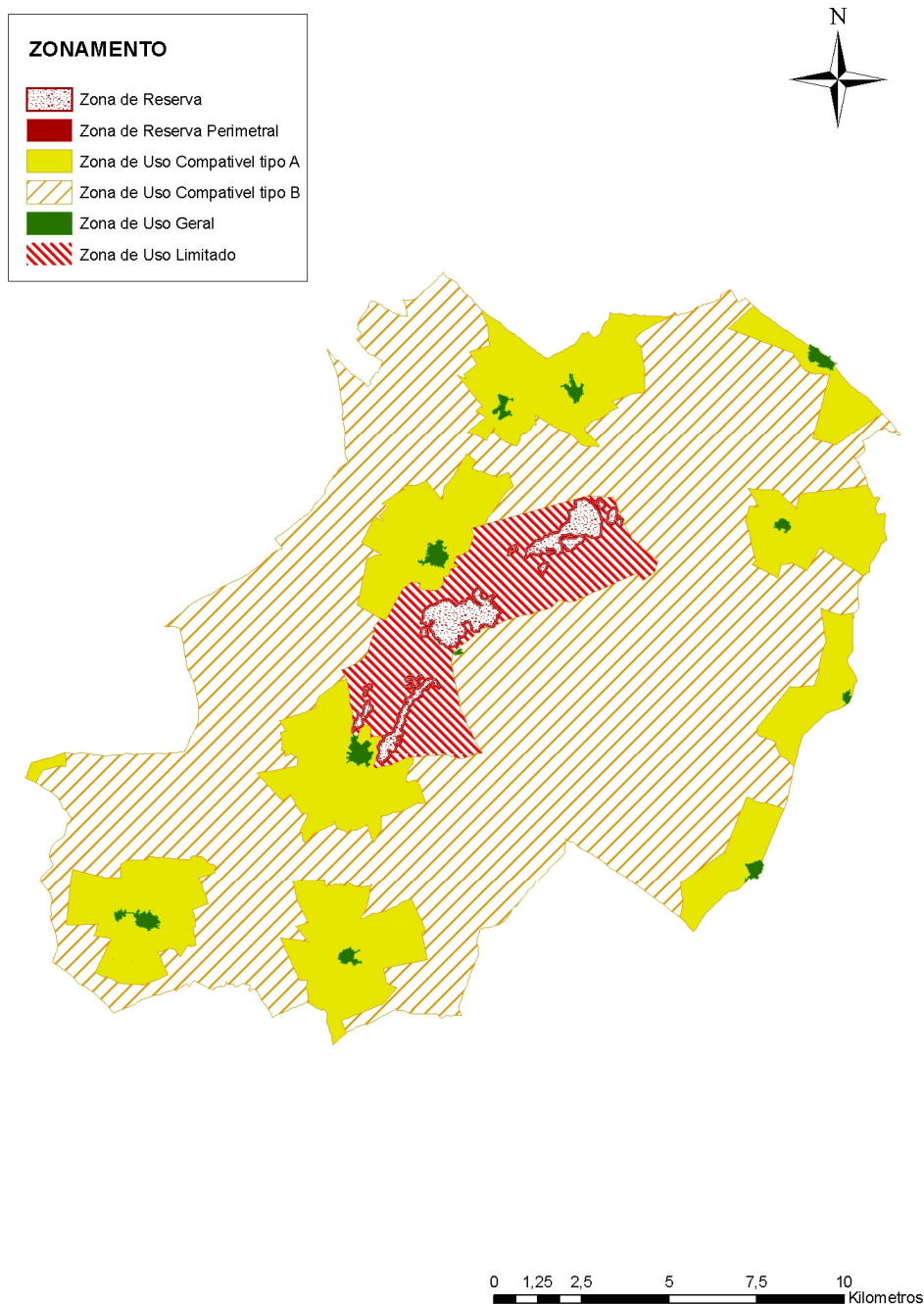
Zonas de Uso Compatível (Z.U.C.) são aquelas áreas em que o nível de exploração dos recursos naturais tal como se tem desenvolvido até à data de classificação são compatíveis com a sua conservação. Em geral podem definir-se como aquelas não incluídas nas Zonas de Reserva, Zonas de Uso Limitado e Zonas de Uso Geral.

Para a sua delimitação distinguem-se duas subcategorias:

Zonas de Uso Compatível A: Inclui as zonas mais remotas dos povoados e suas áreas de influência socioeconómica. São locais com maior qualidade paisagística, ecológica e natural nas quais se deve minimizar tanto quanto possível os impactos que possam causar as actividades humanas.

Zonas de Uso Compatível B: São as zonas mais próximas dos municípios com um considerável desenvolvimento agrícola e pecuário e onde se encontram as infraestruturas e instalações para estas actividades.

Zona de uso geral (Z.U.G.): Incluem-se dentro de esta zona todas as áreas urbanas e sua envolvente mais próxima classificada como urbana ou urbanizável.



65

Figura 27. Zonamento da Reserva Natural Lagunas de Villafáfila.

6. Espécies de flora, fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da conservação presentes na Reserva Natural das Lagunas de Villafáfila

Estão presentes duas comunidades bem diferenciadas: a estepe cerealífera e a zona lacustre, que conferem as condições propícias para a presença de uma apreciável diversidade de aves associadas a estes ecossistemas. Seguidamente apresentam-se as principais espécies faunísticas e os habitats mais importantes, com a indicação das Directivas europeias que os abrangem.



Figura 28. Abetarda (*Otis tarda*). Fonte: CENEAM-OAPN – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.

6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Flora			
-	<i>Aeluropus litoralis</i>		
-	<i>Pholiurus pannonicus</i>		
-	<i>Salicornia ramosissima</i>		
-	<i>Salsola soda</i>		
-	<i>Suaeda splendens</i>		
-	<i>Scirpus maritimus</i>		
-	<i>Scirpus litoralis</i>		
-	<i>Scirpus lacustris</i>		
Anfíbios e répteis			
Cágado-mediterrânico	<i>Mauremys leprosa</i>	Anexo II	
Cágado-de-carapaça-estriada	<i>Emys orbicularis</i>	Anexo II	
Rã-de-focinho-pontiagudo	<i>Discoglossus galganoi</i>	Anexo II	
Peixes			
Panjorca	<i>Achondrostoma arcasii</i>	Anexo II	
Aves			
Garçote	<i>Ixobrychus minutus</i>		Anexo I
Esmerilhão	<i>Falco columbarius</i>		Anexo I
Águia-pesqueira	<i>Pandion haliaetus</i>		Anexo I
Águia-cobreira	<i>Circaetus gallicus</i>		Anexo I
Milhafre-preto	<i>Milvus migrans</i>		Anexo I
Abetarda	<i>Otis tarda</i>		Anexo I
Alfaiate	<i>Recurvirostra avosetta</i>		Anexo I
Cegonha-preta	<i>Ciconia ciconia</i>		Anexo I
Colhereiro	<i>Platalea leucorodia</i>		Anexo I
Sisão	<i>Tetrax tetrax</i>		Anexo I
Grou	<i>Grus grus</i>		Anexo I

Tartaranhão-ruivo-dos-pauis	<i>Circus aeruginosus</i>	Anexo I
Tartaranhão-caçador	<i>Circus pygargus</i>	Anexo I
Francelho	<i>Falco naumanni</i>	Anexo I
Peneireiro-cinzento	<i>Elanus caeruleus</i>	Anexo I
Toutinegra-do-mato	<i>Sylvia undata</i>	Anexo I
Pisco-de-peito-azul	<i>Luscinia svecica</i>	Anexo I
Petinha-dos-campos	<i>Anthus campestris</i>	Anexo I
Cotovia-dos-bosques	<i>Lullula arborea</i>	Anexo I
Cotovia-escura	<i>Galerida theklae</i>	Anexo I
Calhadrinha-galucha	<i>Calandrella brachydactyla</i>	Anexo I
Rolieiro	<i>Coracias garrulus</i>	Anexo I
Guada-rios	<i>Alcedo atthis</i>	Anexo I
Perna-longa	<i>Himantopus himantopus</i>	Anexo I
Coruja-do-nabal	<i>Asio flammeus</i>	Anexo I
Alcaravão	<i>Burhinus oedicnemus</i>	Anexo I
Gaivina-de-bico-preto	<i>Gelochelidon nilotica</i>	Anexo I
Combatente	<i>Philomachus pugnax</i>	Anexo I
Tarambola-dourada	<i>Pluvialis apricaria</i>	Anexo I
Sombria	<i>Emberiza hortulana</i>	Anexo I
Noitibó-cinzento	<i>Caprimulgus europaeus</i>	Anexo I

6.2. Habitats de interesse comunitário

Pela sua extensão e importância na área destacam-se os seguintes:

1410 Prados salgados mediterrânicos (*Juncetalia maritim*).

Habitat não prioritário mas importante pela sua extensão, que representa cerca de 15%. Pertence ao grupo dos habitats costeiros e vegetação halofítica. Apesar disso, neste caso encontra-se no interior do continente, o que constitui uma raridade, albergando populações pequenas e fragmentadas.

Desenvolve-se em solos com elevado teor salino, na envolvência das lagoas, o que lhe dá um aspecto de pradaria onde crescem grandes juncos.



69

Figura 7. Pastagens ao redor de laguna salina. Autor: Håkan Svensson. Creative Commons.

1510 * Estepes salinas mediterrânicas (*Limonietalia*)

Este habitat é constituído principalmente por plantas anuais com escasso tempo de permanência associadas aos ecossistemas salinos que abundam em Villafáfila e que geralmente se caracterizam pela presença de espécies do Género *Limonium*.

Geralmente são comunidades pobres com uma ou duas espécies características de plantas anuais de pequeno porte e cobertura que aparecem conjuntamente com outras espécies halófilas generalistas. O seu pico de crescimento ocorre na primavera e também em outonos de temperaturas favoráveis.

7. Património cultural da área

Na área que compreende as Lagunas de Villafáfila não há referência de Bens de Interesse Cultural declarados¹³, contudo as povoações datam de épocas muito remotas; por este motivo destacam-se os seguintes valores culturais:

Província	Tipo de bem	Nome do bem	Término municipal	Localidade
Zamora	Estação arqueológica	Indicios industria achelense	Villárdiga, San Martín de Valderaduey y Cañizo	Villárdiga, San Martín de Valderaduey y Cañizo
Zamora	Estação arqueológico	Cinceles de cubo del 800 a.C.	Otero de Sariegos	Villafáfila
Zamora	Vestígios arqueológicos	Viviendas del tipo Soto de Medinilla 700-133 a.C.	Revellinos	Revellinos
Zamora	Monumento	Puente Romano	Villafáfila	Villafáfila
Zamora	Vestígios arqueológicos	Tesorillo de Villafáfila visigodo	Villafáfila	Villafáfila.
Zamora	Vestígios arqueológicos	Aldeas de las Salinas	Toda la comarca	Toda la comarca
Zamora	Construção histórica	Real Fábrica de Salitre	Villafáfila	Villafáfila
Zamora	Arquitectura tradicional	Palomares tradicionales	Toda la comarca	Toda la comarca

70

¹³ Com base na Lei 12/2002, de 11 de julho, do Património Cultural de Castilla - León, e no Decreto 37/2007, de 19 de abril, pelo qual se aprova o Regulamento para a Protecção do Património Cultural de Castilla - León, onde se listam todos os bens que seleccionados, em análise e declarados desde o início do séc. XX



Figura 30. Pombal tradicional. Autor: Antonio Sà.

D. Síntese do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho

1. Introdução

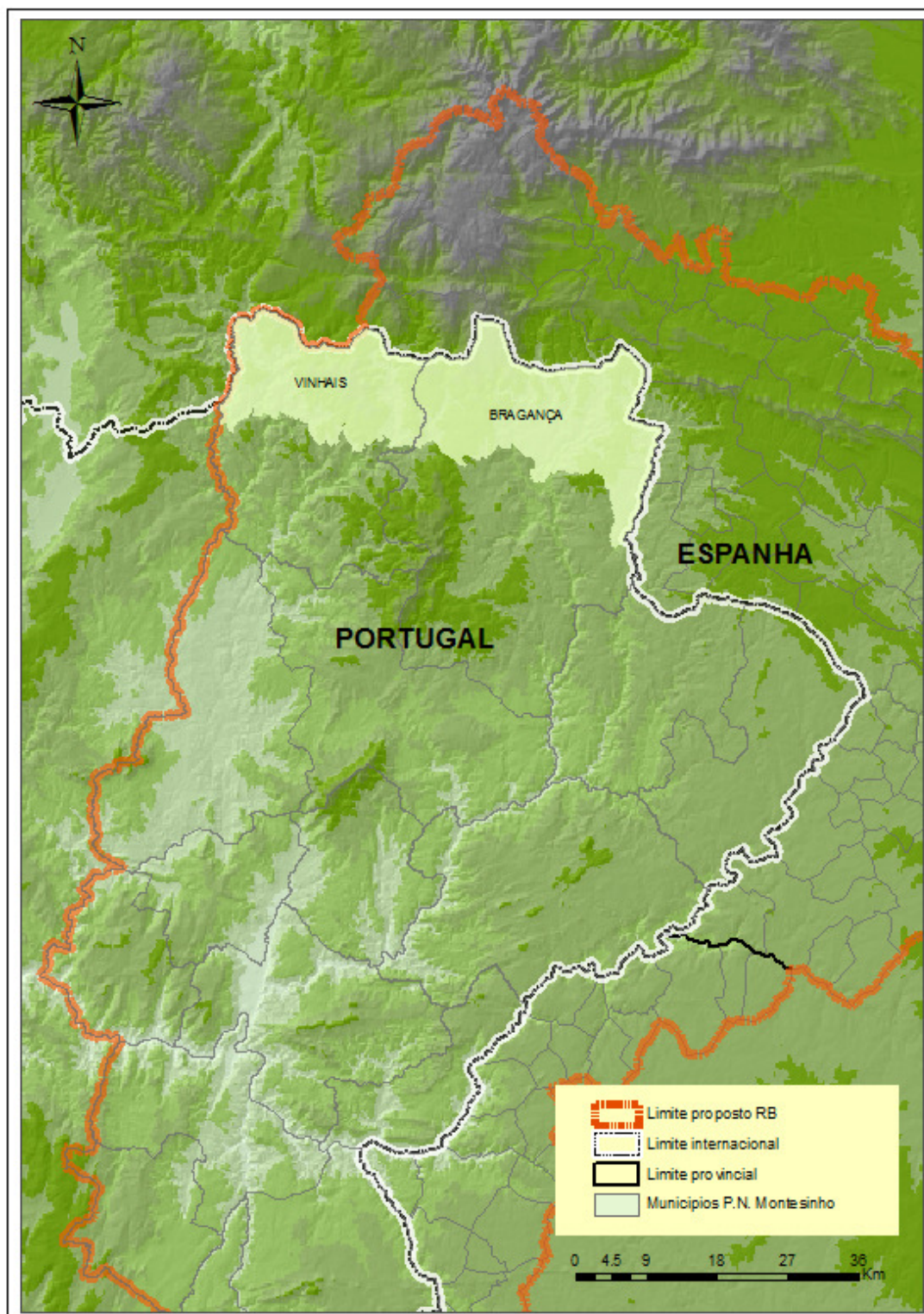
1.1. Localização

O Parque Natural de Montesinho localiza-se no extremo nordeste do território português, na designada Terra Fria Transmontana. Engloba as áreas das Serras de Montesinho e Coroa, fazendo fronteira com Espanha nos seus limites poente, norte e nascente.

Encontram-se total ou parcialmente abrangidos pela área do Parque Natural de Montesinho e, como tal, afectados pelo Plano de Ordenamento desta Área Protegida os seguintes municípios: Bragança e Vinhais.



Figura 8. Floresta mista de pinhal e Carvalho no Parque Natural de Montesinho. Autor: Antonio Sà.



73

Figura 32. Concelhos incluídos no Parque Natural de Montesinho.

1.2. Usos do solo

Globalmente, o território do Parque Natural de Montesinho oferece uma paisagem de montanha, com grandes horizontes e usos condicionados pela altitude e pelo clima, num mosaico diversificado composto por zonas agrícolas, agro-pecuárias ou agro-florestais, combinadas com extensas zonas cobertas por matos e por área florestal. As primeiras incluem essencialmente hortas, áreas de cerealicultura de sequeiro, prados naturais ou lameiros, terrenos incultos e soutos de castanheiro. As zonas de mato são dominadas por urzais e tojais nas zonas mais elevadas e por estevais nas zonas de cota mais baixa. Por último, as áreas florestais são compostas maioritariamente por carvalhais de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), mas também por extensas arborizações de resinosas, algumas das quais de espécies exóticas, e ainda por sardoais (*Quercus rotundifolia*) nas zonas mais baixas e abrigadas, e por vidoais (*Betula celtiberica*) nas zonas mais elevadas. Ao longo das linhas de água do Parque existem também numerosos bosques ripícolas.

2. Finalidade e objectivos do Parque Natural de Montesinho

A classificação desta área como Parque Natural visou fundamentalmente a salvaguarda de valores únicos encontrados no seu território, resultantes quer da alternância de áreas relativamente humanizadas com espaços de elevada naturalidade e complexidade, quer do padrão de utilização do solo, que, associados às variações geomorfológicas, às variações climáticas e ao seu posicionamento geográfico, criaram condições para que possuía, a nível nacional, um dos mais elevados índices de diversidade biológica.

Os objetivos gerais constantes no Plano de Ordenamento do PNM são os seguintes:

1. Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, tendo como objectivo estratégico a conservação da natureza e da biodiversidade;
2. Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a protecção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das actividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida;
3. Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
4. Assegurar a participação activa de entidades públicas e privadas na gestão do Parque Natural de Montesinho, em estreita colaboração com as populações residentes;
5. Determinar, atendendo aos valores em causa, os estatutos de protecção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respectivas prioridades de intervenção;

6. Promover a gestão e valorização dos recursos naturais possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados;
7. Salvar e valorizar o património cultural da região nas suas dimensões material e imaterial;
8. Contribuir para o ordenamento e disciplina das actividades sócio - económicas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região;
9. Assegurar a informação, sensibilização, formação, participação e mobilização da sociedade para a conservação do património natural e cultural presente.

3. Figura de protecção e ano de declaração

Esta área foi declarada Parque Natural no ano de 1979, através do Decreto-Lei nº355/79, de 30 de Agosto. O Plano de Ordenamento desta área protegida foi posteriormente aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº179/2008, de 24 de Novembro.

75

4. Acções e actividades a promover

O Plano de Ordenamento do PNM prevê que os vários objectivos nele constantes, incluindo os seus objectivos gerais e específicos, devam ser alcançados através da concretização das medidas expressas num documento que acompanha o Plano – o Programa de Execução. Este documento lista assim para cada objectivo do PO uma série de medidas e/ou acções de gestão concretas, bem como as instituições intervenientes ou parceiras na realização destas medidas, o seu período de execução, a sua estimativa de custos e a sua prioridade.

No caso do PNM as medidas previstas agrupam-se em três blocos, representando três objectivos globais: Gestão do Património Natural, Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Informação, Comunicação e Educação Ambiental. Seguidamente resumem-se as principais medidas/acções contempladas em cada um destes três eixos.

Gestão do Património Natural: i) aquisição de terrenos ou estabelecimento de contratos de gestão com proprietários por forma a proteger os núcleos mais importantes de carvalhais, sardoais e medronhais, bem como de alguns habitats de

montanha como é o caso das turfeiras e dos cervunais; ii) implementação programas de monitorização anual ou plurianual sobre os habitats e espécies com maior interesse para a conservação como sejam os bosques climácicos, os habitats de montanha, espécies ameaçadas (e.g. águia real *Aquila chrysaetos*, lobo *Canis lupus* ou gato-bravo *Felis silvestris*), fauna de montanha (e.g. cobra-lisa-europeia *Coronella austriaca*, tartaranhão-azulado *Circus cyaneus*, pisco-de-peito-azul *Luscinia svecica*, cartaxo-nortenho *Saxicola rubetra* ou rato dos lameiros *Arvicola terrestris*) e fauna ribeirinha (e.g. lagarto-de-água *Lacerta schreiberi*, toupeira-de-água *Galemys pyrenaicus* e lontra *Lutra lutra*); iii) no caso específico do lobo está igualmente previsto o estabelecimento de um programa de distribuição de cães da raça Cão de Gado Transmontano de forma a diminuir os prejuízos causados por esta espécie, bem como o ressarcimento dos prejuízos comprovados; iv) estabelecimento de um programa de controlo e/ou erradicação de espécies florestais exóticas e promoção de acções de restauro ecológico de habitats naturais degradados incluindo a reconversão de algumas áreas de plantações de resinosas.

Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Informação: i) fornecimento de apoio técnico aos agricultores sobre apoios financeiros e respectivas candidaturas; ii) realização de acções de formação/esclarecimento sobre temas vários; iii) apoio na valorização, promoção, divulgação e comercialização das actividades e produtos locais certificados; iv) requalificação das Casas de Natureza; v) conclusão e dinamização da rede de percursos e circuitos interpretativos; vi) promoção da criação de observatórios da vida selvagem.

76



Figura 9. Rota a pé em Porto Furado. Autor: Miguel Vieira. Creative Commons.

Comunicação e Educação Ambiental: i) elaboração de um projecto de comunicação e marketing para o PNM; ii) realização de um programa de Educação Ambiental direccionando acções junto da população local, da população escolar, dos visitantes e do movimento associativo; iii) instalação de Centros de Interpretação do PNM em Bragança e Vinhais.

5. Zonamento

Para a correcta gestão e ordenamento dos recursos e actividades torna-se necessário estabelecer uma série de usos para cada zona de uma Área Protegida em função das suas características, fragilidades e principais valores que apresenta.

Os diferentes usos devem ser definidos de forma a que se possam conjugar os objectivos de conservação e protecção com os de uso público, de uso agrícola e pecuário tradicionais e com o desenvolvimento sócio-económico sustentável.

Para este efeito estão previstas na legislação portuguesa diferentes tipologias ou níveis de protecção (associadas à permissão/proibição de determinados usos e actividades) que são atribuídos às diferentes zonas que compõem a Área Protegida e que no seu conjunto definem o seu zonamento:

- ÁREAS DE PROTECÇÃO TOTAL (PT);
- ÁREAS DE PROTECÇÃO PARCIAL do tipo I e do tipo II (PP1 e PP2);
- ÁREAS DE PROTECÇÃO COMPLEMENTAR do tipo I e do tipo II (PC1 e PC2).

No caso do PNM não foram definidas áreas de **Protecção Total**.

As áreas de **Protecção Parcial do tipo I** compreendem as áreas que contêm valores naturais e paisagísticos cujo significado e importância são excepcionais ou elevados do ponto de vista da conservação da natureza, sendo igualmente elevada ou moderada a sua sensibilidade ecológica. Englobam essencialmente rios e bosques ripícolas, matos, carvalhais e sardoais, em que a ausência de perturbação é fundamental para a salvaguarda dos valores naturais que encerram, assumindo -se como essenciais à consolidação de áreas nucleares dos habitats naturais, e que se localizam de uma maneira geral, mais afastadas dos aglomerados urbanos.

As áreas de **Protecção Parcial do tipo II** compreendem as áreas que contêm valores naturais e paisagísticos cujo significado e importância, do ponto de vista da conservação da natureza, se assumem no seu conjunto como relevantes, e que dependem dos usos do solo, da água e dos sistemas tradicionais e que desempenham funções de enquadramento ou transição das áreas de protecção parcial do tipo I, podendo ainda conter elementos estruturantes da paisagem e funcionar como corredores ecológicos. Englobam, essencialmente, os mesmos habitats naturais indicados na classe de protecção parcial do tipo I, encontrando -se, na sua maioria, mais próximos dos aglomerados populacionais e ou com maior pressão humana.

No caso do PNM as áreas de **Protecção Complementar** foram todas incluídas numa única classe, integrando áreas que servem de enquadramento, transição ou amortecimento de impactes necessárias à protecção das áreas em que foram aplicados os níveis mais elevados de protecção. Correspondem essencialmente a áreas cerealíferas, a soutos de castanheiros, a áreas de agricultura anual, a lameiros, a pomares, a vinhas e a arborizações.



Figura 34. Castanheiro. Autor: Noelia Martín.

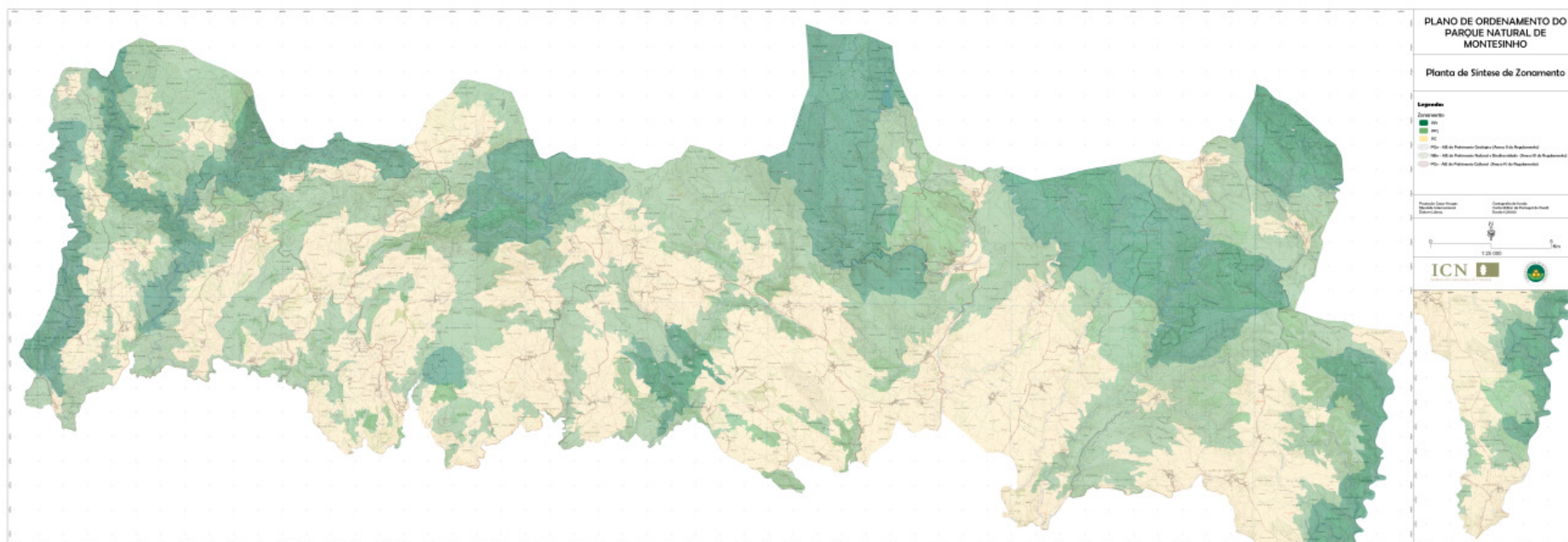


Figura 35. Zonamento do PNM (a verde escuro áreas de PP, a verde claro áreas de PP2, e a amarelo PC). Fonte ICNF. (<http://www.icnf.pt/portal>)

6. Espécies de fauna e flora e habitats mais importantes do ponto de vista da conservação presentes no Parque Natural de Montesinho

O Parque Natural de Montesinho encontra-se entre as áreas de montanha mais importantes para a fauna a nível nacional e europeu. Uma parte muito significativa de toda a fauna terrestre portuguesa está aqui representada, contando-se cerca de duzentas e cinquenta espécies de vertebrados e reconhecendo-se uma elevada riqueza e diversidade também de invertebrados. Muitas das espécies estão ameaçadas, constituem endemismos ibéricos, são raras ou têm uma distribuição muito reduzida em Portugal.

É também uma zona que possui manchas de vegetação extremamente bem preservadas e uma elevada importância florística, nela ocorrendo uma grande diversidade de espécies da flora e de Habitats Naturais (incluindo quatro habitats prioritários) constantes dos Anexos I e II da Directiva Habitats, respectivamente (anexos B-I e B-II do Dec. Lei n.º 49/2005).



Figura 36. Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*). Fonte: CENEAM-OAPN – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.

Seguidamente são apresentadas as espécies de fauna, de flora e os Habitats presentes mais relevantes do ponto de vista da conservação.

6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Flora			
-	<i>Eryngium viviparum</i>	Anexo II, IV	
-	<i>Festuca elegans</i>	Anexo II, IV	
-	<i>Festuca summilusitanica</i>	Anexo II, IV	
-	<i>Linaria intricata</i> (sin. <i>Linaria coutinhoi</i>)	Anexo II, IV	
-	<i>Narcissus asturiensis</i>	Anexo II, IV	
-	<i>Veronica micrantha</i>	Anexo II, IV	
Anfibios e répteis			
Rã-de-focinho-ponteagudo	<i>Discoglossus galganoi</i>	Anexo II	
Cágado-de-carapaça-estriada	<i>Emys orbicularis</i>	Anexo II	
Cágado-mediterrânico	<i>Mauremys leprosa</i>	Anexo II	
Víbora-cornuda	<i>Vipera latastei</i>		
Lagarto-de-água	<i>Lacerta schreiberi</i>	Anexo II	
Peixes			
Panjorca	<i>Achondrostoma arcasii</i>	Anexo II	
Bordalo	<i>Iberocypris alburnoides</i>	Anexo II	
Boga do Norte	<i>Pseudochondrostoma duriensis</i>	Anexo II	
Aves			
Cegonha-preta	<i>Ciconia nigra</i>		Anexo I
Cegonha-branca	<i>Ciconia ciconia</i>		Anexo I
Búteo-vespeiro	<i>Pernis apivorus</i>		Anexo I
Peneireiro-cinzento	<i>Elanus caeruleus</i>		Anexo I
Milhafre-preto	<i>Milvus migrans</i>		Anexo I
Milhafre-real	<i>Milvus milvus</i>		Anexo I
Águia-cobreira	<i>Circaetus gallicus</i>		Anexo I
Tartaranhão-azulado	<i>Circus cyaneus</i>		Anexo I
Tartaranhão-caçador	<i>Circus pygargus</i>		Anexo I
Açor	<i>Accipiter gentilis</i>		
Gavião	<i>Accipiter nisus</i>		
Águia-real	<i>Aquila chrysaetos</i>		Anexo I

Águia-calçada	<i>Aquila pennata</i>	Anexo I
Águia de Bonelli	<i>Aquila fasciata</i>	Anexo I
Esmerilhão	<i>Falco columbarius</i>	Anexo I
Ógea	<i>Falco subbuteo</i>	
Falcão-peregrino	<i>Falco peregrinus</i>	Anexo I
Sisão	<i>Tetrax tetrax</i>	Anexo I
Abetarda	<i>Otis tarda</i>	Anexo I
Alcaravão	<i>Burhinus oedicephalus</i>	Anexo I
Galinholha	<i>Scolopax rustica</i>	
Maçarico-das-rochas	<i>Actitis hypoleucos</i>	
Pombo-bravo	<i>Columba oenas</i>	Anexo I
Rola-brava	<i>Streptopelia turtur</i>	
Cuco-rabilongo	<i>Clamator grandarius</i>	
Bufo-real	<i>Bubo bubo</i>	Anexo I
Bufo-pequeno	<i>Asio otus</i>	
Coruja-do-nabal	<i>Asio flammeus</i>	Anexo I
Noitibó-cinzento	<i>Caprimulgus europaeus</i>	Anexo I
Noitibó-de-nuca-vermelha	<i>Caprimulgus ruficollis</i>	
Andorinhão-real	<i>Apus melba</i>	
Guarda-rios	<i>Alcedo atthis</i>	Anexo I
Rolieiro	<i>Coracias garrulus</i>	Anexo I
Torcicolo	<i>Jynx torquilla</i>	
Calhandra	<i>Melanocorypha calandra</i>	Anexo I
Calhandrinha	<i>Calandrella brachydactyla</i>	Anexo I
Cotovia-escura	<i>Galerida theklae</i>	Anexo I
Cotovia-dos-bosques	<i>Lullula arborea</i>	Anexo I
Petinha-dos-campos	<i>Anthus campestris</i>	Anexo I
Petinha-das-árvores	<i>Anthus trivialis</i>	
Petinha-ribeirinha	<i>Anthus spinoletta</i>	
Alvéola-amarela	<i>Motacilla flava</i>	
Melro-d'água	<i>Cinclus cinclus</i>	
Pisco-de-peito-azul	<i>Luscinia svecica</i>	Anexo I

Cartaxo-nortenho	<i>Saxicola rubetra</i>	
Chasco-ruivo	<i>Oenanthe hispanica</i>	
Melro-das-rochas	<i>Monticola saxatilis</i>	
Tordo-pinto	<i>Turdus philomelos</i>	
Felosa-do-mato	<i>Sylvia undata</i>	Anexo I
Toutinegra-real	<i>Sylvia hortensis</i>	
Felosa-das-figueiras	<i>Sylvia borin</i>	
Papa-moscas-cinzento	<i>Muscicapa striata</i>	
Picanço-de-dorso-ruivo	<i>Lanius collurio</i>	Anexo I
Gralha-de-bico-vermelho	<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>	Anexo I
Corvo	<i>Corvus corax</i>	
Cruza-bico	<i>Loxia curvirostra</i>	
Escrevedeira-amarela	<i>Emberiza citrinella</i>	
Sombria	<i>Emberiza hortulana</i>	Anexo I
Mamíferos		
Toupeira-de-água	<i>Galemys pyrenaicus</i>	Anexo II
Corço	<i>Capreolus capreolus</i>	
Lontra	<i>Lutra lutra</i>	Anexo II
Gato-bravo	<i>Felis silvestris</i>	
Lobo	<i>Canis lupus</i>	Anexo II
Morcego-de-ferradura-pequeno	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Anexo II
Morcego-de-ferradura-grande	<i>Rhinolophus ferrum-equinum</i>	Anexo II
Morcego-de-ferradura-mediterrânico	<i>Rhinolophus euryale</i>	Anexo II
Morcego-de-peluche	<i>Miniopterus schreibersi</i>	Anexo II
Morcego-rato-grande	<i>Myotis myotis</i>	Anexo II
Morcego-rato-pequeno	<i>Myotis blythii</i>	Anexo II
Morcego-lanudo	<i>Myotis emarginatus</i>	Anexo II

6.2. Habitats de interesse comunitário

4020* Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*.

São charnecas de baixa altura dominadas geralmente por *Erica tetralix* e em menor grau por *Erica ciliaris* desenvolvidas sobre solos ácidos com deficiente drenagem e portanto constantemente húmidas e muitas vezes encharcadas. Para além das urzes aparecem algumas giestas prostradas ou de baixa altura como *Genista anglica* e *G. micrantha*. Este habitat aparece geralmente associado a turfeiras, situando-se no limite destas.



Figura 10. Urzedo de *Erica ciliaris* e *Erica australis*. Autor: José Ángel Sánchez Agudo.

6220* Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*

São pastagens de pequena altura e de carácter mediterrânico, dominadas por plantas anuais ou por pequenas gramíneas perenes, que podem ocupar desde pequenos fragmentos a enormes extensões no âmbito de zonas que tradicionalmente se dedicam a pecuária extensiva.

6230* Formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos silicosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental).

Encontra no PNM a sua principal área de ocorrência na região.

Pastagens vivazes dominadas por *Nardus stricta* (cervum), designadas como cervunais, que se desenvolvem principalmente em solos ácidos criados a partir de materiais siliciosos, ainda que ocasionalmente possam desenvolver-se sobre solos descarbonatados do piso montano. Na variada tipologia de cervunais estes são possivelmente os mais ricos em termos de espécies e aqueles em que o domínio de *Nardus stricta* é menor. Para além disso podem ocorrer nestes habitats espécies de origem biogeográfica Atlântica, plantas raras nos cervunais típicos do centro da Península Ibérica como *Potentilla erecta* ou *Polygala vulgaris*.

91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)

Presente na maior parte da superfície em causa, embora sempre ligada aos cursos fluviais dos espaços naturais e áreas protegidas.

São bosques ribeirinhos dominados por amieiros (*Alnus glutinosa*) que se desenvolvem nas margens dos cursos fluviais e também em águas paradas oligotróficas, sobre substratos siliciosos e calcários muito lixiviados, tanto nos territórios atlânticos do oeste peninsular como nos mediterrânicos.



Figura 38. Floresta aluvial. Fonte: AECT ZASNET.

7. Património cultural da área

Na área de estudo estão presentes quatro bens de interesse cultural no domínio do património histórico, arqueológico e arquitectónico classificados como tal pelo organismo português competente nesta matéria (IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). Esta entidade classifica bens de interesse cultural nas seguintes tipologias:

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Monumento de Interesse Municipal
- Imóvel de Interesse Público
- Conjunto de Interesse Público
- Conjunto de Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio de Interesse Municipal
- Interesse Municipal

A tipologia dos bens classificados na área abrangida pelo Parque Natural de Montesinho, por município, é a seguinte:

Tipo de classificação	Município	
	Bragança	Vinhais
Monumento Nacional	1	-
Monumento de Interesse Público	-	-
Monumento de Interesse Municipal	-	-
Imóvel de Interesse Público	3	-
Conjunto de Interesse Público	-	-
Conjunto de Interesse Municipal	-	-
Sítio de Interesse Público	-	-
Sítio de Interesse Municipal	-	-
Interesse Municipal	-	-
TOTAL	3	1

Na tabela seguinte identificam-se individualmente os bens culturais classificados na área em questão, assinalando-se para além da sua denominação e tipologias, a sua localização e a sua data de classificação.

Distrito	Tipo de Sítio	Tipo de Classificação	Designação	Município	Localidade	Data de classificação
Bragança	Arqueologia /Povoado Fortificado	Monumento Nacional	Castro de Sacóias	Bragança	Baçal	1910
Bragança	Arquitectura Religiosa/Capela	Imóvel de Interesse Público	Ruínas da Capela da Senhora da Hera	Bragança	Cova da Lua	1993
Bragança	Arqueologia /Mamoas	Imóvel de Interesse Público	Mamoas de Donai	Bragança	Donai	1951
Bragança	Arqueologia /Gruta	Imóvel de Interesse Público	Gruta de Dine	Vinhais	Saldeana	1997

E. Síntese do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural do Douro Internacional

1. Introdução

1.1 Localização

A área do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) abrange o troço fronteiro do Rio Douro, incluindo o seu vale e superfícies planálticas adjacentes, e prolonga-se para sul através do vale do seu afluente, o Rio Águeda, numa extensão total de cerca de 120 km.

Encontram-se total ou parcialmente abrangidos pela área do Parque Natural do Douro Internacional e, como tal, afectados pelo Plano de Ordenamento desta Área Protegida os seguintes municípios: Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo.



Figura 11. Sobreiro em campo de cereal. Autor: Antonio Sà.

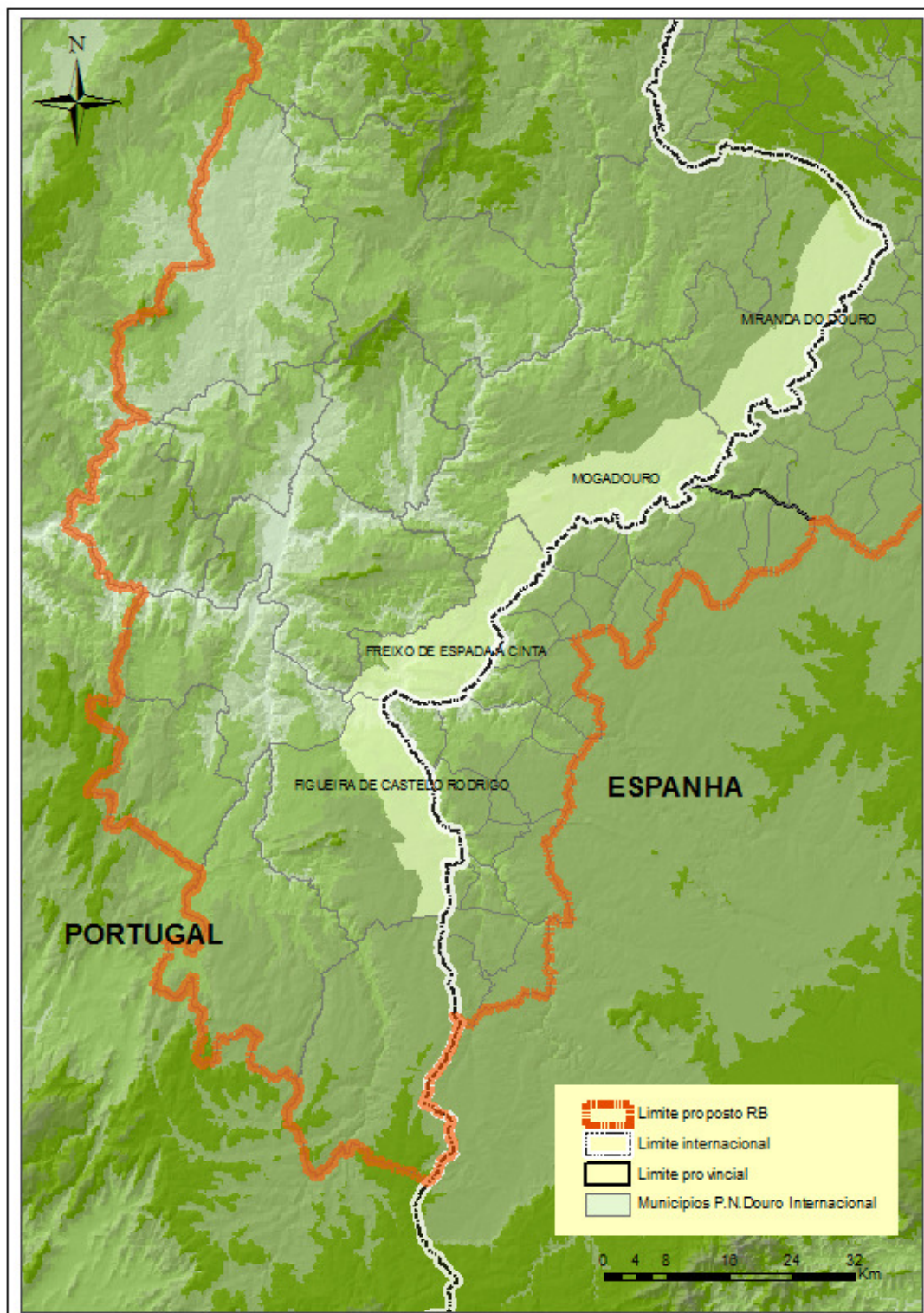


Figura 40. Concelhos incluídos no Parque Natural de Douro Internacional.

1.2 Usos do solo

A área florestal, que é escassa, inclui bosques de carvalho negral e cerquinho, nas zonas de maior altitude e de azinheira e sobreiro, nos terrenos mais secos. Há também zimbrais e lodoais nos vales apertados e em esporões rochosos do Douro e seus afluentes, e bosques de amieiros, salgueiros e freixos junto às linhas de água. Uma faixa de incultos acompanha o escarpado do rio e seus afluentes. Nas zonas planálticas predomina a cultura de cereais; os lameiros ocupam as zonas mais baixas e húmidas dos vales. Nas arribas, predominam as culturas mediterrânicas - a vinha, o olival, o amendoal, a laranjeira. Existem também grandes extensões de giesta e esteva.

2. Finalidade e objectivos do Parque Natural Douro Internacional

O Parque Natural do Douro Internacional foi criado por possuir características únicas em termos geológicos e climáticos, que condicionaram as comunidades florística e faunística locais. Os seus principais objectivos constituem a valorização e conservação do património natural através da sua utilização sustentável, a promoção da qualidade de vida das populações e a valorização do património arquitectónico, histórico e cultural da região.

92

Os objetivos gerais constantes no Plano de Ordenamento do PNDI são os seguintes:

1. Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
2. Enquadrar as actividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, bem como as actividades de recreio e turismo com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada;
3. Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
4. Assegurar a participação activa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes, de modo a serem atingidos os objectivos de protecção e promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais do PNDI.

3. Figura de protecção e ano de declaração

Esta área foi declarada Parque Natural no ano de 1998, através do Decreto Regulamentar n.º8/98, de 11 de Maio. O Plano de Ordenamento desta área protegida foi posteriormente aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº120/2005, de 28 de Julho.

4. Acções e actividades a promover

O Plano de Ordenamento do PNDI prevê que os vários objectivos de ordenamento nele constantes devem ser atingidos, preferencialmente, através da concretização de medidas expressas em Planos de Gestão, elaborados e revistos com carácter periódico, criando incentivos de várias ordens à execução das acções necessárias, bem como, sempre que necessário, à contratualização de intervenções que visem atingir esses mesmos objectivos, entre organismos da Administração Pública, central e autarquias locais, proprietários privados e outras entidades relevantes.

Na data presente o Plano de Gestão desta Área Protegida não se encontra ainda concluído. No entanto, a partir da listagem do tipo de Usos, Actos e Actividades que são passíveis de apoio ou promoção pelo PNDI ao abrigo do Regulamento do PO desta Área Protegida é possível ter uma ideia de alguns tipos de medidas que serão incluídas no respectivo Plano de Gestão, nomeadamente medidas de apoio:

- i) à manutenção de culturas e práticas agrícolas compatíveis com os objectivos de conservação da natureza no âmbito dos Planos Zonais do Douro Internacional e do Douro Vinhateiro¹⁴;
- ii) ao desenvolvimento de actividades turísticas que respeitem e promovam os valores naturais da região;
- iii) à realização de acções de sensibilização aos agricultores, pescadores desportivos e produtores florestais no sentido da adopção de práticas adequadas que não ponham em risco os valores naturais em presença;
- iv) ao estabelecimento de acordos de gestão com agricultores tendo em vista a protecção de determinados habitats;
- v) ao ordenamento da actividade cinegética;
- vi) ao fomento das actividades económicas tradicionais de base regional;
- vii) à divulgação, sinalização e gestão dos percursos estabelecidos.

¹⁴ Região Vinhateira do Alto Douro. Nome descrito na Lista do Património da Humanidade da UNESCO (2001).



Figura 12. Vinhas. Autor: Antonio Sà.

5. Zonamento

Para a correcta gestão e ordenamento dos recursos e actividades torna-se necessário estabelecer uma série de usos para cada zona de uma Área Protegida em função das suas características, fragilidades e principais valores que apresenta.

Os diferentes usos devem ser definidos de forma a que se possam conjugar os objectivos de conservação e protecção com os de uso público, de uso agrícola e pecuário tradicionais e com o desenvolvimento sócio-económico sustentável.

Para este efeito estão previstas na legislação portuguesa diferentes tipologias ou níveis de protecção (associadas à permissão/proibição de determinados usos e actividades) que são atribuídos às diferentes zonas que compõem a Área Protegida e que no seu conjunto definem o seu zonamento:

- ÁREAS DE PROTECÇÃO TOTAL (PT)
- ÁREAS DE PROTECÇÃO PARCIAL do tipo I e do tipo II (PP1 e PP2)
- ÁREAS DE PROTECÇÃO COMPLEMENTAR do tipo I e do tipo II (PC1 e PC2)

No caso do PNDI as áreas de **Protecção Total** definidas destinam-se a garantir componentes fundamentais do habitat de espécies de avifauna rupícola, sendo áreas exclusivamente dedicadas à manutenção dos processos naturais em estado de perturbação mínima. Correspondem a estas áreas as zonas de escarpas rochosas reconhecidamente importantes para a nidificação das comunidades de aves rupícolas.

As áreas de **Protecção Parcial do tipo I** compreendem as áreas que contêm valores naturais e paisagísticos de grande importância para a preservação das espécies de fauna e flora com estatuto de protecção mais restrito. Correspondem às zonas de elevado valor florístico, como os matagais arborescentes de zimbro e os povoamentos de carvalho cerquinho, funcionando como zonas tampão às áreas de protecção total, destinando-se ainda a proteger componentes fundamentais do habitat de algumas espécies de quirópteros ocorrentes no PNDI.

As áreas de **Protecção Parcial do tipo II** compreendem as áreas que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes do ponto de vista da conservação da natureza, que garantem o funcionamento e a viabilidade das áreas de protecção parcial de tipo I e que por isso importa proteger. Correspondem às zonas de elevado valor florístico, como os matagais arborescentes mistos de zimbro, junto às arribas, e os azinhais, funcionando também como zonas tampão às áreas de protecção parcial de tipo I.

As áreas de **Protecção Complementar do tipo I** compreendem as áreas que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes do ponto de vista da conservação da avifauna que dependem do uso do solo, da água e dos sistemas tradicionais. A protecção destas áreas permite a manutenção dos elevados níveis de biodiversidade avifaunística encontrados.

As áreas de **Protecção Complementar do tipo II** correspondem a áreas de enquadramento, transição ou amortecimento de impactes, necessárias à protecção das áreas em que foram aplicados os níveis anteriores e ainda a áreas rurais onde é

praticada agricultura permanente ou temporária, silvicultura, silvo-pastorícia e pastorícia em proporções e intensidade de que resultam habitats importantes no seu conjunto para a conservação da natureza e onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas, a par da promoção do desenvolvimento sustentável das populações, nomeadamente através da melhoria da sua qualidade de vida e incentivo à fixação na área do Parque.

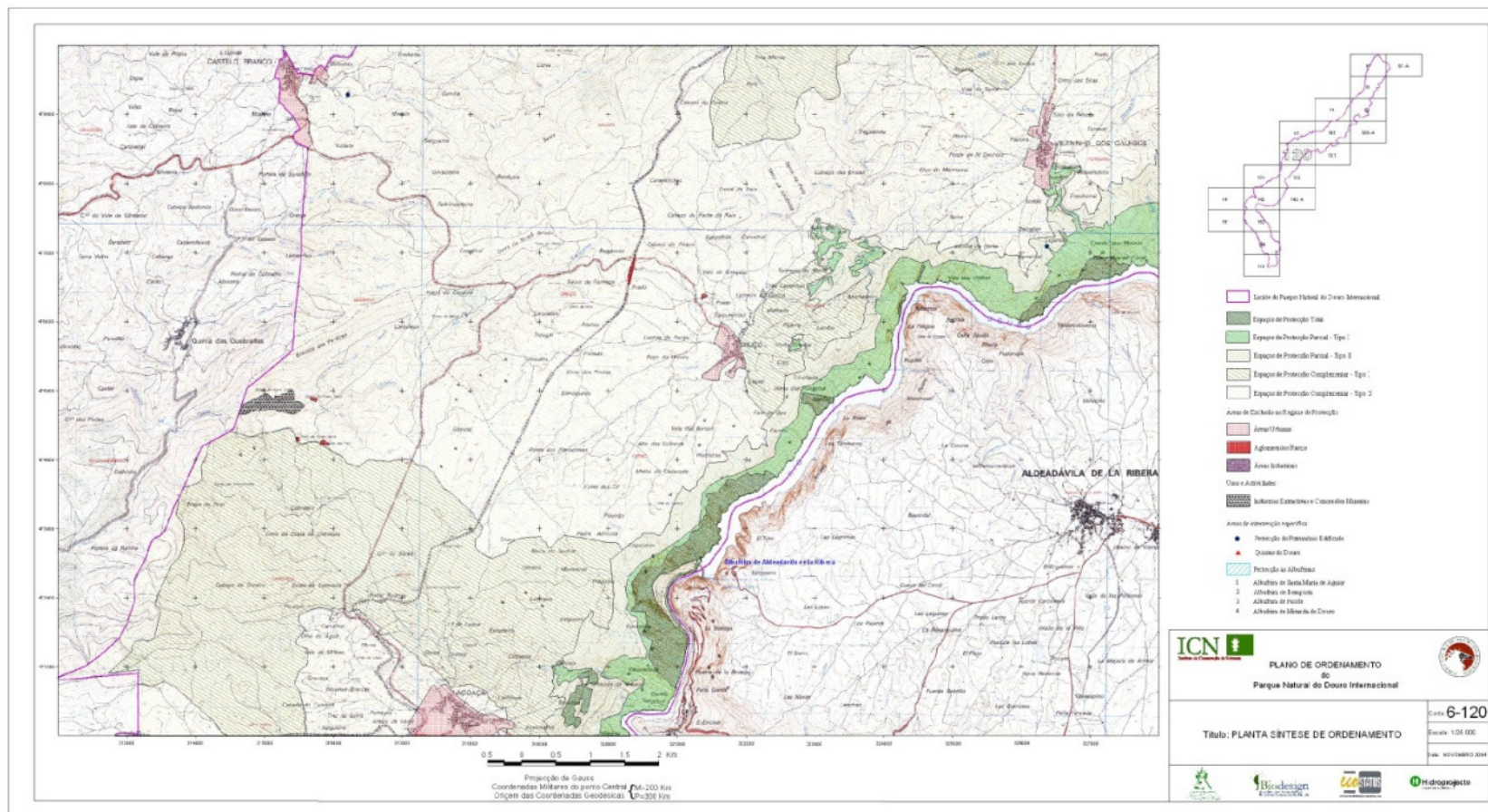


Figura 42.Exemplo de Zonamento do PNDI na zona de Bruçó (os tons mais escuros de verde representam as áreas de uso mais restritivo - PT e PP1 Fonte: Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas (<http://www.icnf.pt/portal>)

6. Espécies de flora e fauna e habitats mais relevantes do ponto de vista da conservação presentes no Parque Natural Douro Internacional

O PNDI constitui, em termos faunísticos, em especial avifaunístico, uma das zonas mais importantes no contexto nacional e mesmo ibérico. A sua riqueza e diversidade de espécies deriva das condições orográficas, climáticas e de ocupação humana que apresentam uma marcada variação ao longo da sua vasta superfície.

É também uma zona que possui manchas de vegetação extremamente bem preservadas e uma elevada importância florística, nela ocorrendo uma grande diversidade de espécies da flora e de Habitats Naturais (incluindo quatro habitats prioritários) constantes dos Anexos I e II da Directiva Habitats, respectivamente (anexos B-I e B-II do Dec. Lei n.º 49/2005).



A. Camoyán / CENEAM - MMA

Figura 43. Víbora cornuda (*Vipera latastei*). Fonte: CENEAM-OAPN – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.

Seguidamente são apresentadas as espécies de fauna, de flora e os Habitats presentes mais relevantes do ponto de vista da conservação.

6.1. Lista de fauna e flora e categoria de protecção

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Flora			
-	<i>Festuca duriotagana</i>	Anexo II, IV	
-	<i>Festuca elegans</i>	Anexo II, IV	
-	<i>Holcus annuus</i> subsp. <i>duriensis</i> (sin. <i>Holcus setiglumis</i> subsp. <i>duriensis</i>)	Anexo II, IV	
-	<i>Linaria intricata</i> (sin. <i>Linaria coutinhoi</i>)	Anexo II, IV	
Anfibios e répteis			
Rã-de-focinho-ponteagudo	<i>Discoglossus galganoi</i>	Anexo II	
Cágado-de-carapaça-estriada	<i>Emys orbicularis</i>	Anexo II	
Cágado-mediterrânico	<i>Mauremys leprosa</i>	Anexo II	
Víbora-cornuda	<i>Vipera latastei</i>		
Peixes			
Panjorca	<i>Achondrostoma arcasii</i>	Anexo II	
Barbo comum	<i>Luciobarbus bocagei</i>		
Boga do Norte	<i>Pseudochondrostoma duriensis</i>	Anexo II	
Escalo do Norte	<i>Squalius carolitertii</i>		
Aves			
Cegonha-preta	<i>Ciconia nigra</i>		
Cegonha-branca	<i>Ciconia ciconia</i>		Anexo I
Milhafre-preto	<i>Milvus migrans</i>		Anexo I
Milhafre-real	<i>Milvus milvus</i>		Anexo I
Britango	<i>Neophron percnopterus</i>		Anexo I
Grifo	<i>Gyps fulvus</i>		Anexo I
Águia-cobreira	<i>Circus gallicus</i>		Anexo I
Tartaranhão-azulado	<i>Circus cyaneus</i>		Anexo I
Tartaranhão-caçador	<i>Circus pygargus</i>		Anexo I
Açor	<i>Accipiter gentilis</i>		
Gavião	<i>Accipiter nisus</i>		
Águia-real	<i>Aquila chrysaetos</i>		Anexo I
Águia-calçada	<i>Aquila pennata</i>		Anexo I
Águia de Bonelli	<i>Aquila fasciata</i>		Anexo I
Águia-pesqueira	<i>Pandion haliaetus</i>		Anexo I
Francelho	<i>Falco naumanni</i>		Anexo I
Falcão-peregrino	<i>Falco peregrinus</i>		Anexo I
Sisão	<i>Tetrax tetrax</i>		Anexo I
Alcaravão	<i>Burhinus oedicnemus</i>		Anexo I
Pombo-das-rochas	<i>Columba livia</i>		Anexo I
Pombo-bravo	<i>Columba oenas</i>		Anexo I
Rola-brava	<i>Streptopelia turtur</i>		
Cuco-rabilongo	<i>Clamator grandarius</i>		
Bufo-real	<i>Bubo bubo</i>		Anexo I
Noitibó-cinzento	<i>Caprimulgus europaeus</i>		Anexo I
Andorinhão-real	<i>Apus melba</i>		

Nome comum	Nome científico	Directiva Habitats (Dir. 92/43/CEE)	Directiva Aves (Dir. 79/409/CEE)
Guarda-rios	<i>Alcedo atthis</i>		Anexo I
Rolieiro	<i>Coracias garrulus</i>		Anexo I
Calhandra	<i>Melanocorypha calandra</i>		Anexo I
Cotovia-escura	<i>Galerida theklae</i>		Anexo I
Cotovia-dos-bosques	<i>Lullula arborea</i>		Anexo I
Melro-de-água	<i>Cinclus cinclus</i>		
Chasco-preto	<i>Oenanthe leucura</i>		Anexo I
Gralha-de-bico-vermelho	<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>		Anexo I
Charneco	<i>Cyanopica cyana</i>		
Corvo	<i>Corvus corax</i>		
Mamíferos			
Rato de Cabrera	<i>Microtus cabrerae</i>	Anexo II	
Corço	<i>Capreolus capreolus</i>		
Lontra	<i>Lutra lutra</i>	Anexo II	
Gato-bravo	<i>Felis silvestris</i>		
Lobo	<i>Canis lupus</i>	Anexo II	
Morcego-de-ferradura-pequeno	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Anexo II	
Morcego-de-ferradura-grande	<i>Rhinolophus ferrum-equinum</i>	Anexo II	
Morcego-de-ferradura-mediterrânico	<i>Rhinolophus euryale</i>	Anexo II	
Morcego-de-peluche	<i>Miniopterus schreibersi</i>	Anexo II	
Morcego-rato-grande	<i>Myotis myotis</i>	Anexo II	
Morcego-rato-pequeno	<i>Myotis blythii</i>	Anexo II	

6.2. Habitats prioritários de interesse comunitário

3170* Charcos temporários mediterrânicos

Este tipo de habitat devido à sua natureza pontual ocorre pontualmente na área do PNDI.

Trata-se de zonas húmidas tipicamente mediterrânicas, de pouca profundidade, que surgem em zonas planas com solos pouco permeáveis, e que são alimentadas principalmente pelas chuvas. Têm carácter sazonal, já que mantêm água apenas entre o final do outono e o início da primavera, perdendo-a total ou parcialmente, geralmente de forma progressiva por evaporação, quando se intensifica o calor da primavera e do verão.

6220* Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*

Este habitat ocorre com alguma frequência na matriz agrícola.

São pastagens de pequena altura e de carácter mediterrânico, dominadas por plantas anuais ou por pequenas gramíneas perenes, que podem ocupar desde pequenos fragmentos a enormes extensões no âmbito de zonas que tradicionalmente se dedicam a pecuária extensiva.



101

Figura 13. Prado florido. Autor: Antonio Sà.

91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)

Presente na maior parte da superfície em causa, embora sempre ligada aos cursos fluviais.

São bosques ribeirinhos dominados por amieiros (*Alnus glutinosa*) que se desenvolvem nas margens dos cursos fluviais e também em águas paradas oligotróficas, sobre substratos siliciosos e calcários muito lixiviados, tanto nos territórios atlânticos do oeste peninsular como nos mediterrânicos.

9560* Florestas endémicas de *Juniperus* spp.

Presente no Parque Natural do Douro Internacional e nos Sítios de Importância Comunitária de Morais, Rios Sabor e Maças, e Romeu.

Tratam-se de formações arbóreas dominadas pelo zimbro rasteiro (*Juniperus oxycedrus*) características das zonas continentais do Mediterrâneo Ocidental. Os zimbrais não são bosques em sentido estrito já que na maior parte deles as árvores não chegam a ter um estrato arbóreo. Trata-se de uma formação original no contexto da Europa Ocidental já que é apenas no Mediterrâneo Oriental que ocorrem formações de bosques de cupressáceas semelhantes.



Figura 45. Zimbral. Fonte: AECT ZASNET.

7. Património cultural da área

Na área de estudo estão presentes 15 bens de interesse cultural no domínio do património histórico, arqueológico e arquitectónico classificados como tal pelo organismo português competente nesta matéria (IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). Esta entidade classifica bens de interesse cultural nas seguintes tipologias:

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Monumento de Interesse Municipal
- Imóvel de Interesse Público
- Conjunto de Interesse Público
- Conjunto de Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio de Interesse Municipal
- Interesse Municipal

A tipologia dos bens classificados na área abrangida pelo Parque Natural de Montesinho, por município, é a seguinte:

Tipo de bem	Município			
	Miranda do Douro	Mogadouro	Freixo de Espada à Cinta	Figueira de Castelo Rodrigo
Monumento Nacional	1	-	1	1
Monumento de Interesse Público	-	-	-	-
Monumento de Interesse Municipal	-	-	-	-
Imóvel de Interesse Público	3	4	3	
Conjunto de Interesse Público	-	-	-	-
Conjunto de Interesse Municipal	-	-	-	-
Sítio de Interesse Público	-	-	1	-
Sítio de Interesse Municipal	-	-	-	-
Interesse Municipal	1	-	-	-
TOTAL	5	4	5	1

104

Na tabela seguinte identificam-se individualmente os bens culturais classificados na área em questão, assinalando-se para além da sua denominação e tipologias, a sua localização e a sua data de classificação:

Distrito	Tipo de Sítio	Tipo de Classificação	Designação	Município	Localidade	Data de classificação
Bragança	Arqueologia /Castro	Monumento Nacional	Castro da Aldeia Nova	Miranda do Douro	Lugar de Aldeia Nova	1910
Bragança	Arqueologia /Povoado Fortificado	Imóvel de Interesse Público	Castro de Vale de Águia ou Castrilhouço	Miranda do Douro	Miranda do Douro	1984
Bragança	Arqueologia /Abrigo	Imóvel de Interesse Público	Abrigo Rupestre da Solhapa	Miranda do Douro	Sítio da Solhapa/ Duas Igrejas	1982
Bragança	Necrópole	Interesse Municipal	Duas Igrejas	Miranda do Douro	Duas Igrejas	1982
Bragança	Arquitectura Religiosa /Igreja	Imóvel de Interesse Público	Igreja de Nossa Senhora da Expectação	Miranda do Douro	Malhadas	1954
Bragança	Arquitectura Militar /Castelo	Imóvel de Interesse Público	Castelo de Oleiros	Mogadouro	Urrós	1990
Bragança	Arquitectura Civil /Pelourinho	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho de Bemposta	Mogadouro	Bemposta	1933
Bragança	Arquitectura Religiosa /Igreja	Imóvel de Interesse Público	Igreja de Algosinho	Mogadouro	Peredo da Bemposta	1955
Bragança	Arte Rupestre	Imóvel de Interesse Público	Fragas do Diabo 5	Mogadouro	Vilarinho dos Galegos	1983
Bragança	Arqueologia /Calçada	Imóvel de Interesse Público	Calçada de Alpajares	Freixo de Espada à Cinta	Poiares	1977
Bragança	Arquitectura Militar/Castelo	Monumento Nacional	Castelo de Freixo-de-Espada-à-Cinta	Freixo de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta	1910
Bragança	Arqueologia /Arte Rupestre	Sítio de Interesse Público	Pinturas Rupestres da Fraga do Gato	Freixo de Espada à Cinta	Poiares	2012

Distrito	Tipo de Sítio	Tipo de Classificação	Designação	Município	Localidade	Data de classificação
Bragança	Arqueologia /Arte Rupestre	Imóvel de Interesse Público	Carneiro	Freixo de Espada à Cinta	Mazouco	1983
Bragança	Arquitectura Militar/Castelo	Imóvel de Interesse Público	Castelo de Alva	Freixo de Espada à Cinta	Lugar de Alva, Poiares	1955
Guarda	Arqueologia/Cidade	Monumento Nacional	Ruínas de Almofala	Figueira de Castelo Rodrigo	Almofala	1977



Figura 14. Torre do Castelo de Freixo Espada à Cinta. Autor: João Martin. Creative Commons.

8. O caso do Parque Natural do Douro Internacional e Parque Natural Arribes del Duero

As problemáticas sócio - económicas e ecológicas das duas margens do Rio Douro na região abrangida pelas duas áreas protegidas são muito semelhantes. Os valores naturais a conservar são na essência os mesmos, com ameaças muito semelhantes e com uma interacção entre as actividades humanas e a conservação (produção de energia, agricultura nas arribas e planalto e actividades turísticas, incluindo as que ocorrem no Rio Douro) muito semelhante, e por vezes comuns, dos dois lados da fronteira.

Considerando apenas a conservação da biodiversidade pode afirmar-se que a componente dos valores naturais “avifauna rupícola” depende para a sua conservação da coordenação de esforços coordenados das duas áreas protegidas, e que o conjunto de todos os outros valores naturais constituem um contínuo cuja conservação constitui um problema comum.

Considerando as questões do desenvolvimento rural, existe desde há muito a consciência que o estudo de soluções semelhantes para problemas semelhantes no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural dos dois lados da fronteira poderia constituir um caso de alto valor demonstrativo à escala europeia quanto à eficácia da dimensão ambiental dessas políticas. Em Portugal existem desde há quase duas décadas medidas agro-ambientais e silvo-ambientais territorializadas (e.g. Intervenção Territorial Integrada do Douro Internacional e, logo em 1994, o Plano Zonal de Castro Verde) que visam obter impactos ambientais positivos, partindo da acção e compromisso das explorações agrícolas em territórios específicos. A existência de políticas semelhantes e coordenadas dos dois lados da fronteira, no âmbito alargado da cooperação transfronteiriça, seria a forma mais moderna e eficaz de encarar de forma integrada os problemas da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento na região do Douro Internacional.

Os objectivos de ambos os espaços são totalmente coerentes entre si. O Parque de Arribas do Douro inclui objectivos explícitos de cooperação com Portugal e entre as duas províncias espanholas incluídas (Zamora e Salamanca), o que não acontece com os objectivos do PNDI.

Como resultado da organização política e administrativa dos dois países, a gestão do PNDI depende directamente da Administração Central, enquanto que o PNAD depende da Administração Autónoma. Na região espanhola, existem mais representantes de outras entidades envolvidas (inclusive ONGs).

Actualmente em Portugal, a responsabilidade directa de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural recai sobre o Ministério da Agricultura, Mar, Meio Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), que também salvaguarda as áreas protegidas. A Junta de Castilla-León, em Espanha, é a responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural da Comunidade Autónoma. Esta protecção ou tutela é especialmente importante dada a relevância que as medidas associadas com o

desenvolvimento rural têm na administração e gestão dos Espaços Naturais Protegidos.

Órgãos de Gestão	
Parque Natural Douro Internacional (PNDI)	Parque Natural Arribes del Duero (PNAD)
Comissão Directiva com um Presidente e dois vogais. O presidente e um dos vogais são nomeados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), o segundo vogal é indicado pelos municípios abrangidos pelo Parque.	Conselho de Administração , formado pelo Director Conservador, eleito pela Consejería de Medio Ambiente, e representantes da Junta de Castilla-León, dos municípios em que se localiza, as autoridades locais envolvidas, das Universidades do âmbito de Castilla-León e associações dedicadas à conservação da natureza.

Nos planos de ordenamento de cada um dos espaços naturais estão referidos actos e actividades interditas, apresentadas na tabela seguinte:

Actos e actividades interditas no PNDI	
1	Operações de loteamento fora das áreas definidas nos PDM em vigor como áreas urbanas ou industriais ou de outras previstas no presente Regulamento
2	A alteração à morfologia do solo pela instalação ou ampliação de depósitos de ferro-velho, de sucata, de veículos, de inertes ou de outros resíduos sólidos que causem impacte visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água, bem como pelo vazamento de lixos, detritos, entulhos ou sucatas fora dos locais para tal designados
3	O lançamento de águas residuais industriais ou domésticas não tratadas nos cursos e planos de água, no solo ou subsolo
4	O lançamento de excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas e de águas de lavagem com uso de detergentes
5	A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies de flora e fauna selvagens protegidas, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou destruição dos seus habitats, com excepção das acções levadas a efeito pelo PNDI e das acções devidamente autorizadas pelo mesmo
6	A prática de actividades desportivas motorizadas fora das estradas, caminhos municipais, arrifes ou aceiros ou locais devidamente autorizados
7	A realização de competições desportivas motorizadas fora dos perímetros urbanos ou locais devidamente autorizados
8	A introdução ou reintrodução de espécies não autóctones, animais ou vegetais, no estado selvagem, designadamente de espécies cinegéticas ou não, invasoras ou infestantes, em particular de acácia (<i>Acacia</i> spp.), ailanto (<i>Ailanthus altissima</i>), pitosporo (<i>Pittosporum undulatum</i>), ou a introdução de novos povoamentos de eucaliptos (<i>Eucalyptus</i> spp.), ou de outras espécies exóticas
9	Na zona reservada das albufeiras classificadas, qualquer construção que não seja de apoio à utilização das albufeiras

Actividades interditas no PNAD	
1	Fazer fogo salvo em locais autorizados
2	Descarga ou abandono de objectos e resíduos fora de locais autorizados, bem como a sua queima não autorizada
3	Descarga de líquidos ou sólidos que possam degradar ou contaminar o domínio público hidráulico
4	A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de animais de espécies não incluídas na lista das que podem ser objecto de caça e pesca, excepto para estudos científicos devidamente autorizados, assim como a comercialização de exemplares vivos ou mortos, de seus despojos e fragmentos, das espécies não incluídas na lista de animais cinegéticos e piscícolas comercializáveis
5	A colocação de cartazes, placas e qualquer outro tipo de publicidade comercial em terrenos não urbanizados – terras actualmente rurais – de âmbito de protecção
6	Campismo fora dos locais assinalados para o efeito
7	A destruição, mutilação, corte ou arranque assim como a colheita de propágulos, pólen ou esporos de espécies vegetais pertencentes a alguma das listas incluídas nos Catálogos de Espécies Ameaçadas
8	A utilização de motos todo-terreno salvo em locais destinados para o efeito
9	A introdução no meio natural de espécies não autóctones da fauna selvagem e flora silvestre

110

Os actos e actividades condicionados ou sujeitos a autorização em ambos os parques são os seguintes:

Usos Condicionados no PNDI	
1	Construções e demolições de qualquer natureza com excepção das normais obras de conservação
2	Instalação das infraestruturas eléctricas e telefónicas aéreas e subterrâneas de telecomunicações, de gás natural, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis
3	Instalação de novas actividades industriais fora das áreas previstas para esse fim, nomeadamente extração de minerais e inertes
4	Instalação de novas actividades agrícolas, florestais e pecuárias, em regime de estabulação, de semi-estabulação e com intensidades de pastoreio superiores a 2 CN por ha, bem como todas aquelas actividades sujeitas a financiamento público
5	Alterações do uso actual do solo que abranja áreas contínuas superiores a 5 ha
6	Alterações à morfologia do solo ou coberto vegetal com excepção das decorrentes da normal exploração agrícola, silvícola ou pastoril
7	Prospecção, pesquisa e exploração de recursos geológicos, incluindo a transmissão de licenças válidas
8	Campismo e caravanismo fora dos locais destinados a esse fim
9	Sobrevoo por aeronaves com motor abaixo dos 1000 pés, salvo por razões de

	vigilância ou combate a incêndios e operações de salvamento
10	Provas de pesca desportiva de competição e aquicultura
11	Prática de actividades desportivas ou recreativas
12	Recolha de pedras e minerais com fins comerciais
13	Intervenções nos elementos tradicionais do património arquitectónico popular
14	Destruição de muros de pedra e sebes vivas dos campos agrícolas em extensão superior a 50 m
15	Abertura de novas estradas, caminhos ou acessos (excepto os situados exclusivamente em zonas agricultadas), bem como o alargamento de vias existentes
16	A realização de cortes rasos de maciços florestais superiores a 5 ha ou de vegetação arbórea ripícola até à entrada em vigor do plano de gestão florestal
17	Instalação de ancoradouros e embarcadouros e de locais de atracagem, ancoragem e amarração de embarcações

Usos autorizados submetidos a avaliação de impacto ambiental no PNAD	
1	Estradas
2	Barragens e mini-centrais
3	Linhas de transporte de energia
4	Actividades extractivas a céu aberto
5	Arroteamento de florestas
6	Emparcelamento
7	Modificações do domínio público hidráulico
8	Instalação de depósitos
9	Primeiros repovoamentos florestais
	As transformações do uso do solo rústico que afectem superfícies superiores a 5 ha
	Projectos de exploração comercial ou recreativa de navegação no Espaço Natural
	Instalação de infra-estruturas de geração eléctrica com potência superior a 1.000 KW., que apenas se poderão localizar nas Zonas de Uso Compatível ou Zonas de Uso General

A formulação dos “usos permitidos” no PNAD é mais geral e abrangente que a secção correspondente no PNDI (“actos e actividades de apoio e promoção”) que é mais extensa e detalhada, ainda que contenham princípios semelhantes. No entanto, a maioria dos assuntos referidos nesta secção estão também incluídos na legislação espanhola em normativa específica, com um capítulo no próprio Plano de Ordenamento em que se desfiaram os usos permitidos/proibidos por sectores e actividades e em casos concretos, a cada tipo de zona do espaço natural Arribes del Douro.

A cooperação entre os dois espaços naturais traduz-se na prática, sobretudo nas acções conjuntas de monitorização biológica, em particular das aves, no seguimento das actividades sobre o rio Douro e em outros temas de interesse comum.

No entanto, será conveniente uma maior cooperação no quadro regulamentar e administrativo existente na actualidade. De seguida apresenta-se a síntese das classes de zonamento existentes no PNDI e PNAD.

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)	
Áreas de protecção total Projectado para garantir as componentes fundamentais de habitat para espécies de avifauna rupícola, com zonas dedicadas exclusivamente à manutenção dos processos naturais em um estado de perturbação mínima, que também inclui as áreas de habitat prioritário. O acesso a estas áreas está condicionado e depende da autorização expressa do PNDI, excepto para o acesso à prática de actividades agropecuárias e florestais incluídas no mesmo; Correspondem a zonas não edificáveis, não sendo permitida tampouco a implantação de infra-estruturas.	Zonas de reserva Equivalente a protecção total: "Estarão constituídas por aquelas áreas dos Espaços Naturais Protegidos com maior qualidade biológica, ou que contenham no seu interior os elementos bióticos mais frágeis, ameaçados ou representativos. A estas zonas não se poderá aceder livremente".	No PNDA não há áreas equivalentes à de protecção total portuguesa, ainda que esta classe esteja prevista na legislação nacional.

¹⁵ Parque Natural do Douro Internacional

¹⁶ Parque Natural Arribes del Duero

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
Áreas de protecção parcial de tipo I Estas áreas incluem aquelas com valores naturais e paisagísticos de grande importância para a conservação de espécies de flora e fauna com estado de protecção mais restrito. Nestas áreas podem manter-se os usos do solo existentes a data de publicação do Regulamento, e as suas modificações estão sujeitas à opinião vinculante do comité de gestão do PNDI. Proibida a prospecção ou extração de materiais inertes, parques eólicos e a prática de desportos motorizados. Zona não edificável excepto para herdades e assentamentos rurais já existentes.		Nas classes de zonamento do PNDA não há nenhuma equivalência a Protecção Parcial I.	
Áreas de protecção parcial de tipo II Compreende as áreas que contêm valores	Zonas de uso limitado (ZUL) As zonas “onde o medio natural mantém uma alta	Estas classes de zonamento são bastante equivalentes. Ao consultar os dois níveis de protecção anteriores é tido em conta o	

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)	
naturais e paisagísticos relevantes do ponto de vista de conservação da natureza, que garantam o funcionamento e a viabilidade das zonas de protecção parcial tipo I e, portanto, devem ser protegidas. Nestas áreas devem permanecer os usos da terra existentes na data de publicação do Regulamento, estarão sujeitos à opinião vinculante do comité de gestão PNDI as alterações em superfícies maiores a 1 ha, até à entrada em vigor do plano florestal. Nos edifícios existentes é permitida a construção, a manutenção e a reconstrução sem aumentar a área. Estão proibidas as actividades de prospecção e extração de inertes, parques eólicos e a prática de desportos motorizados. São zonas não edificáveis, excepto para	qualidade, mas as suas características permitem um moderado uso público, que não requeira instalações permanentes”. A autorização de instalação de infraestruturas para o uso recreativo fluvial depende da opinião da administração do Espaço Natural. Nas secções fluviais das ZUL que não constituam fronteira com Portugal, não será permitida a construção de novas barragens nem mini-centrais hidroeléctricas. Proibidas as extrações a céu aberto, instalações de depósitos ou entulho. Não será permitida a queima de vegetação como forma de manuseamento com fins agrícolas, pecuárias ou florestais. São proibidos os cortes em superfícies contínuas maiores a 0.5 ha para os aproveitamentos de massas arbóreas (excepto em populicultura). A abertura de clareiras ou outras actividades de controlo de matos, em terrenos florestais, precisarão de parecer da Administração	desenvolvimento das zonas núcleo considerando estas classes.

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
instalações de herdades, áreas rurais existentes e estruturas de apoio agropecuário, vinícolas e lagares de azeite.	do Espaço Natural, que poderá fixar regras ou condições. É permitido o aproveitamento agrícola tradicional nas parcelas encaixadas nas zonas ocupadas actualmente, por cultivos lenhosos (olivais, vinhas, amendoal, etc.) ou herbáceos, com a intensidade, técnicas e em locais que se realiza habitualmente. Não será permitida a caça no período de meia estação. Apenas serão permitidas construções para uso público interpretativo, reabilitação de construções tradicionais para os usos a que estavam destinadas o para actuações relacionadas com o uso público. Estradas, pistas e caminhos – é proibida a construção de novas estradas, pistas e caminhos, salvo os propostos e autorizados expressamente pela Administração do Espaço Natural; qualquer modificação das existentes necessita de informação favorável da Administração.		

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
	Paisagem – linhas de transmissão e gasodutos: é proibida a instalação de novas linhas de transporte de energia, excepto as que tenham carácter transfronteiriço, que requererão parecer favorável da Administração do Espaço Natural. A melhoria ou substituição das linhas aéreas de transporte de energia e telefone existentes requererá o parecer favorável da Administração do Espaço Natural, tal como qualquer tipo de condução subterrânea (art.º 56º). Uso público, trânsito de pessoas – O acesso e trânsito de pessoas por estas áreas será livre, podendo ser restringido pela Administração do Espaço Natural quando preciso para a conservação de seus valores. O uso público se efectuará através de pistas, caminhos, trilhas ou caminhos de escalada sinalizados e delimitados adequadamente (art.º 59º).		

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)	
	Uso público. Práticas desportivas – A realização de competições desportivas com veículos motorizados deverá contar com a autorização da Administração do Espaço Natural (art.º 61º). Uso público. Navegação fluvial – a navegação livre não será permitida (art.º 63º). Uso público. Investigação. Actividades de fotografia, cinema – As actividades de investigação requererão comunicação prévia da Administração do Espaço Natural (art.º 64º).	
Áreas de protecção complementar do tipo I As áreas de protecção complementar de tipo I incluem as áreas que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes do el ponto de vista da conservação da avifauna que depende do uso do solo, da água e dos sistemas tradicionais. A protecção destas zonas permite a manutenção	Zonas de Uso Compatível A legislação indica que deverão ser incluídas aqui “a maior parte do território do Espaço Natural”. “Foram assinaladas com esta denominação aquelas áreas em que as características do meio natural permite a compatibilização de sua conservação com as actividades educativas e	Estes tipos de zonamento são razoavelmente compatíveis. Apesar de que os objectivos da sua criação são algo diferentes (em Portugal mais centrados no valor natural, em Espanha mais na possibilidade de desenvolvimento das actividades humanas), na prática trata-se de zonas em que as restrições e permissões relativamente aos usos do solo são parecidos.

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)	
dos elevados níveis de biodiversidade faunística existentes. Estão sujeitas a opinião vinculante do comité de gestão PNDI a alteração de cobertura ou uso do solo na agricultura, a agro-silvo-pastoril e florestal segundo PMOT vigente, as instalações ou alterações nos estabelecimentos industriais das classes C e D, já que funciona de acordo com as técnicas tradicionais, as instalações e alimentos compostos (moagem e mistura de cereais sem a adição de aditivos), nos estabelecimentos pequenos. São admitidos vários tipos de edifícios com diversas limitações (art.º 23º). Nos edifícios existentes é permitida a construção, manutenção, reconstrução e ampliação até um máximo estabelecido.	recreativas, permitindo um moderado desenvolvimento de serviços com finalidades de uso público ou de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da zona”. Dios tipos: Zonas de Uso Compatível de Meio Natural e Zonas de Uso Compatível Agropecuário. Geologia, Geomorfologia e Solo: novas actividades de extração a céu aberto com EIA. São proibidos os cortes em superfícies contínuas maiores de 0.5 ha para os aproveitamentos de massas arbóreas (excepto na populicultura). A abertura de clareiras ou outras actividades de controlo de matos, em terrenos florestais, precisarão de parecer da Administração do Espaço Natural, que poderá fixar regras ou condições. É permitido o aproveitamento agrícola tradicional	

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
Na ausência de localização alternativa fora da AP é permitida a construção de infraestrutura rodoviárias no âmbito do Plano Rodoviário Nacional de 2000, sujeito a EIA.	nas parcelas encaixadas nas zonas ocupadas actualmente, por cultivos lenhosos (olivais, vinhas, amendoal, etc.) ou herbáceos, com a intensidade, técnicas e em locais que se realiza habitualmente. O arroteamento de terras para seu aproveitamento agrícola requererá parecer favorável da Administração do Espaço Natural. É proibida a instalação de explorações pecuárias intensivas, entendidas como aquelas que superem 100 unidades de gado maior e precisem em condições normais de um suplemento alimentar externo à exploração superior a 75% (art.º 50º). Caça: O Conselho Territorial de Caça proporá, anualmente, mediante decisão fundamentada, o regime de meia estação. Paisagem - Usos constructivos excepcionais em solo rústico: ZUC Meio Natural - Nas Florestas de Utilidade Pública se aplicará a mesma normativa		

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)	
	prevista para os ZUL. Nas restantes áreas com parecer favorável prévio – construções para pecuária extensiva, actuações de interesse público. ZUC Agropecuária – construções várias, inclusive vivendas propriedade da actividade agrícola (art.º 54º). Estradas, trilhas e caminhos – novas construções ou modificação do traçado apenas com parecer favorável da Administração do Espaço Natural. Paisagem – linhas de transmissão e gasodutos: a autorização de novas linhas de transporte ou distribuição de energia eléctrica de média ou alta tensão requererá parecer favorável da Administração do Espaço Natural, assim como a instalação de qualquer outro tipo de transmissão ou infraestruturas aéreas. - Uso público. Práticas desportivas. Sobrevoos de	

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
	aeronaves (art. 9 61º). = ZUL.		
Áreas de protecção complementar do tipo II Correspondem a áreas de enquadramento, transição ou amortização de impactos, necessárias para a protecção das áreas em que foram aplicados os níveis anteriores e também as zonas rurais onde a agricultura se pratica de forma permanente ou temporal, silvicultura, silvopastoral e pastoral em proporções e intensidade que resultam habitats importantes no seu conjunto para a conservação da natureza e onde a estrutura e componentes da paisagem devem ser mantidos ou recuperados, juntamente com a promoção do desenvolvimento sustentável das populações, em particular mediante a melhoria da qualidade de vida e a fixação na área do PNDI. -Tem como objectivos principais a dedicação à agricultura, silvicultura e a conservação da		Não existe nenhuma classe de zonamento espanhol tão semelhante a esta classe portuguesa. Pode equivaler à PC1 portuguesa as ZUCs. Mas estas ZUC são ainda mais restritivas que a PC2 – na legislação portuguesa é a classe menos restritiva, já que existe uma figura de áreas que não estão sujeitas a regimes de protecção, enquanto a legislação espanhola tem uma classe menos restritiva que as ZUC, trata-se das ZUG.	

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
natureza. - A manutenção da estrutura e das componentes da paisagem deve conseguir-se fundamentalmente através de mecanismos de incentivos, sob a coordenação da conservação da natureza com a política de desenvolvimento rural. - Várias actividades condicionadas: alterações no uso do solo, instalações industriais C e D, campismo e caravanas, instalação de zonas de banho recreativas. São permitidos diferentes tipos de edificações com limitações, menos restritivas que nas áreas PCI (Art. 25).			
Áreas não abrangidas por nenhum regime de protecção Incluem solos urbanos, assentamentos rurais e zonas destinadas a actividades industriais,	Zonas de Uso Geral (ZUG) Os terrenos nos quais se devem localizar a maior parte dos usos que necessitam o desenvolvimento	Os objectivos de cada uma destas classes são bastante semelhantes no sentido de que nestes locais os valores naturais são muito baixos. Abrange o mesmo tipo de infraestruturas humanas. No entanto, em Portugal consideram-se zonas não cobertas ou abrangidas pelos sistemas	

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
integrados no solo rural (Art. 31)	de construções e edificações. ZUG – as zonas urbanas e sua envolvente, ou seja, os terrenos classificados ou que se classifiquem pelo planeamento como solo urbano, urbanizável ou apto para urbanizar da anterior normativa ou como solo urbano e solo urbanizável delimitado da actualmente em vigor, dentro das ZUG Agropecuário. (...) áreas ocupadas por usos construtivos para a realização dos aproveitamentos hidroeléctricos. A delimitação precisa destas ZUG corresponde, portanto, às Normas Urbanísticas Municipais, tendo a delimitação estabelecida no Mapa de Limites e Zonamento deste Plano um carácter suplementar enquanto não existam aquelas. - A instalação de infraestruturas de geração eléctrica com potência superior a 1.000 KW unicamente se poderão localizar nas ZUC ou	de protecção, enquanto que em Espanha tem a sua própria classe de zonamento. No entanto, sendo pequenas áreas de valor natural, considera-se que estas diferenças podem constituir incompatibilidades.	

PNDI ¹⁵	PNAD ¹⁶	Comentários	
Plano de Ordenamento do Parque Natural Douro Internacional (POPNDI)	Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural de Arribas do Douro (PORN PNAD)		
	ZUG. - Paisagem. Urbanismo – A definição nas Normas Urbanísticas Municipais de áreas de solo urbanizável delimitado deverá efectuar-se de modo que as mesmas fiquem suficientemente próximas e integradas nos núcleos urbanos existentes (art. º 53º). - Uso público. Venda ambulante – É proibida a venda ambulante, excepto nas ZUG ou em pontos de celebração de romarias, onde estará regulada pelas Ordenanças municipais (Art. º 65º).		

3. ESTUDO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA EXISTENTE

3.1. Introdução

O turismo uma actividade que mantém uma sólida tendência de crescimento nos dois países e na região que abrange a área da Reserva da Biosfera em particular. Para além do turismo em sentido lato, o turismo de natureza e, mais recentemente o conceito de turismo responsável, são actividades emergentes e com grande potencial de desenvolvimento na região. Encontrando-se o turismo em sentido lato, obviamente mais desenvolvido que estes sectores mais particulares desta actividade, é consensual que na região este tem ainda bastante potencial de desenvolvimento e qualificação.



126

Figura 15. Igreja da Madalena (Zamora) Autor: Antonio Sà.

Por estes motivos, o Eixo 3 do Plano de Acção a *Promoção da economia na cultura*, tem no turismo uma das actividades mais potenciadoras de desenvolvimento e promoção do património, contudo não se esgotando nele. Os dados seguidamente apresentados fornecem uma visão geral da actividade na região.

O turismo representa uma fonte de rendimentos de muitos países e algumas ocasiões é fundamental para compensar o balanço económico, principalmente nos países que se encontram em vias de desenvolvimento.

A proposta como Reserva da Biosfera conta com 6 Espaços Naturais declarados, pelo que o turismo nos últimos anos tem aumentado nestas zonas ainda que o número de visitantes tenha sido desigual.

Não existe uma estimativa rigorosa do número de visitantes que ocorrem anualmente ao conjunto do território, particularmente em alojamentos não considerados pelas estatísticas do turismo; contudo, as informações dos centros de recepção de visitantes nos Espaços Naturais e Áreas Protegidas facilitam essa estimativa do número de visitantes anuais. Assim, no caso da área da Reserva incluída em território espanhol são apresentados valores de visitação baseados nas entradas no conjunto dos seus cinco centros de recepção de visitantes, chamados “casas del parque”. No caso de Portugal existem igualmente estatísticas de visitação das principais Áreas Protegidas da região (Parque Natural de Montesinho e Parque Natural do Douro Internacional), com origem nas sedes e centros de interpretação dessas estruturas. Esse registo é efectuado desde 1997 e tem em conta o número de utilizadores dos alojamentos geridos pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o número de utentes em visitas enquadradas pelos serviços da Área Protegida, pedidos de informação e vendas de folhetos e publicações nestes locais. Há que ter em conta, no entanto, que, quer no caso espanhol, quer no caso português, estes dados constituem essencialmente o registo de serviços prestados localmente pelas Áreas Protegidas e devem ser lidos principalmente como indicadores, já que não permitem reflectir todo o universo da visitação. Na realidade, estes valores deverão constituir subestimativas dos valores reais de visitação. Ainda assim, são extremamente importantes, pois permitem detectar padrões temporais da evolução da procura destes espaços e a inferência de tendências de variação nesses valores.



128

Figura 16. Antigo convento de S. Francisco e actual “Casa del Parque” de Famoselle em Arribes del Duero. Creative Commons.

Na área espanhola estima-se uma média de mais de 111.278 visitantes anuais, nos últimos três anos, no conjunto dos seus cinco centros de recepção, designadas por “casas del parque”.



Figura 49. Número de visitantes nas "Casas del Parque" dos EENN espanhóis. A azul estão representadas as Lagunas de Villafáfila; a vermelho o Lago de Sanabria e envolência e a verde os Arribes del Duero.

O número de visitantes nestes centros aumentou nos últimos anos, tal como se observa no gráfico seguinte.



Figura 50. Evolução do número de visitantes EENN Espanha. Foram utilizados dados de 2006-2010 para os quais as horas de abertura das casas de parque são similares e comparáveis.

130

Segundo indicam os dados anteriores, os números de visitantes tendem a aumentar nos Espaços Naturais declarados do território espanhol. Este aumento é coerente com uma alteração de mentalidade dos visitantes destes centros de recepção, com uma visão e objectivos cada vez mais focados nos valores naturais.

Na área proposta para a Reserva do lado português, estima-se com base nestes indicadores, uma evolução semelhante para período homólogo. Isto é, quer para o Parque Natural do Douro Internacional, quer para o Parque Natural de Montesinho, há evidências de que a procura das suas sedes/centros de interpretação e dos seus “produtos” tem aumentado de forma progressiva nos últimos anos.

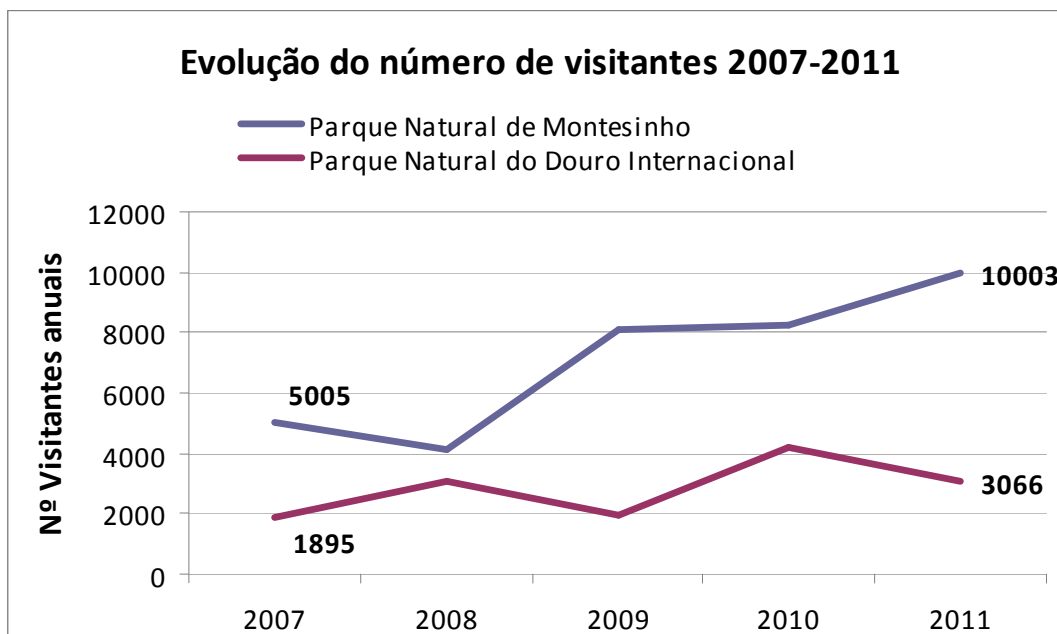


Figura 51. Evolução do número de visitantes nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional no período 2007 – 2011 (Fonte: ICNF).

131

Não obstante a existência destas tendências positivas, as Áreas Protegidas integradas na área da Reserva da Biosfera, dada a sua qualidade e unicidade, têm potencial para atrair um número de visitantes muito superior ao actual e assim contribuir de forma clara para o desenvolvimento da economia local. Para tal são necessárias, no entanto, várias melhorias, nomeadamente ao nível da informação disponibilizada ao turista nos vários canais de divulgação existentes, em particular nos canais *online*, que constituem actualmente a forma mais eficaz de disponibilização deste tipo de informação; ao nível da criação de produtos/pacotes turísticos atractivos e específicos deste sector; e, sobretudo, ao nível da coordenação e articulação dos diferentes agentes envolvidos neste sector específico de actividade.

O grande desafio que se coloca futuramente, no que respeita a esta questão, é o de atingir um equilíbrio eficaz entre o desejável aumento do número de visitantes a estas áreas e o consequente aumento do dinamismo da economia local, juntamente com a preservação da qualidade e unicidade dos valores naturais presentes. Para isso, é fundamental assegurar um controlo e uma planificação da actividade turística sensível a estas questões. A criação desta Reserva da Biosfera será um contributo decisivo para a concretização deste objectivo de crescimento sustentável do turismo verde na região.

A oferta cultural também atrai muitos turistas; a título de exemplo, a Estação Arqueológica de Siega Verde (Villar de la Yegua, Salamanca) recebe uma média de 4000 visitantes anuais e Zamora recebe este mesmo número durante a celebração da Semana Santa.



132

Figura 52. Detalhe de uma das gravuras da Estação Rupestre de Siega Verde. Creative Commons.

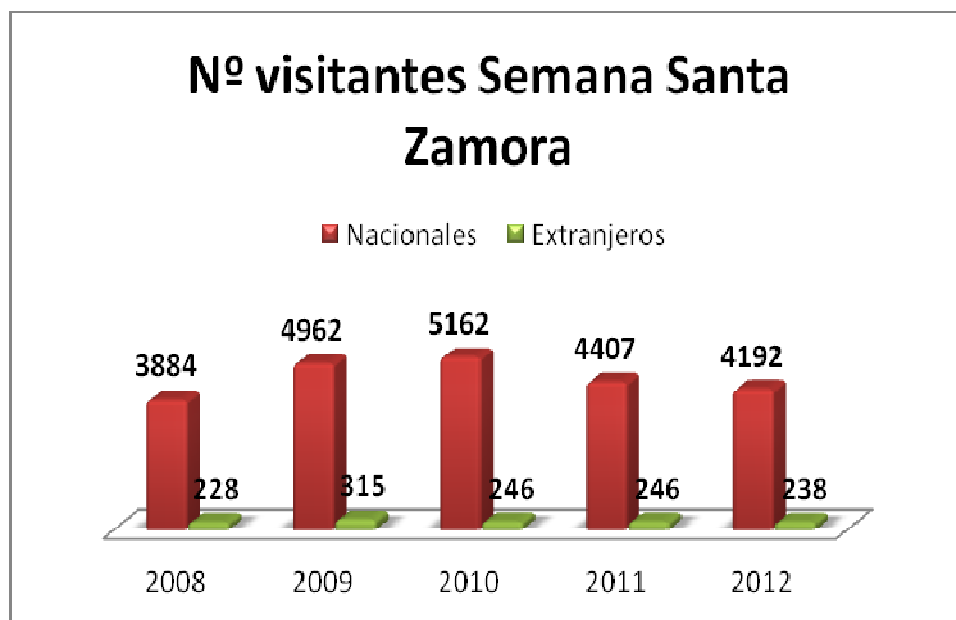


Figura 53. Número de visitantes de Zamora na Semana Santa. Dados: Ayuntamiento de Zamora.



Figura 5417. Irmandade Penitencial do Santíssimo Cristo de la Buena Muerte (Zamora). Creative Commons.

133

Já na área portuguesa destacam-se como principais pólos de atracção cultural as cidades de Bragança, Miranda do Douro e a zona de Foz Côa. A primeira, por ser capital de distrito e pela sua importância histórica; a segunda pelo seu centro histórico, a língua mirandesa, a gastronomia e a sua localização no contexto raiano com Espanha; e a terceira por deter um conjunto de gravuras rupestres declarado Património da Humanidade pela UNESCO. Só estes três locais são responsáveis por mais de 80.000 hóspedes anuais nos diferentes tipos de estabelecimentos de hotelaria disponíveis.



Figura 185. Detalhe de gravura rupestre no Sítio Arqueológico Foz Côa.

3.2. Tipos de actividades turísticas

Na última década a diversificação deste sector cresceu consideravelmente, com o objectivo de chegar a um maior número de pessoas e oferecer uma ampla gama de serviços que cobrissem as necessidades e expectativas dos visitantes. Este crescimento da variedade da oferta turística está bem expresso nos dados seguidamente apresentados.

Turismo de natureza

O turismo de natureza proporciona uma ampla oferta de serviços no sector espanhol da área a propor para Reserva da Biosfera, sendo um dos principais produtos desta região, a par da oferta cultural. No que diz respeito às actividades passíveis de usufruto, destacam-se o senderismo, o ciclismo e a canoagem como as mais representadas em termos de oferta por parte das empresas e entidades que promovem o turismo activo na região, salientando-se ainda, nos últimos anos, a observação de fauna.

A área conta com uma boa Rede de Trilhos incluídos na *Red de Grandes Senderos Naturales de Castilla y León*, devidamente sinalizados e catalogados segundo o seu nível de dificuldade. No Parque Natural del Lago de Sanabria, por exemplo, existem 10 destes trilhos:

- El lago y los monjes. 9 km. Dificuldade baixa;
- Cañón del Tera. 10 km. Dificuldade alta;

- Cañón del Forcadura: 7 km. Dificuldade média;
- Cañones del Cárdena y Segundera: 9 km. Dificuldade média-alta;
- Ribadelago Nuevo-Sotillo de Sanabria: 11 km. Dificuldade média;
- De Peces a Trevinca: 24 km. Dificuldade alta;
- Cascadas de Sotillo: 6 km. Dificuldade média;
- Camino de Porto: 10 km. Dificuldade média;
- Laguna de Yeguas: 10 km. Dificuldade baixa.



135

Figura 196. Montanhista na Laguna de los Peces. P.N. Lago de Sanabria y alrededores. Fonte: Antonio Sà.

Na Reserva das Lagunas de Villafáfila existe um trilho denominado La Salina Grande, com 10 km (dificuldade baixa).

Outro serviço disponível nos Espaços Naturales de Castilla y León são os voos de balão, que desde 2007 promovem a Fundación Patrimonio Natural, sobrevoando os Arribes del Duero; para além do seu cariz de actividade de aventura, constitui também uma actividade educativa e de interpretação da natureza.



136

Figura 57. Globo aerostático Fundación Patrimonio Natural. Autor: Rodelar. Creative Commons.

Os grupos de acção local e associações desenvolvem diferentes projectos que promovem actividades de turismo de natureza como os Circuitos BTT, para a prática do desporto com bicicleta de montanha. Exemplo disso são os existentes no oeste salmantino nos Arribes del Duero, contando com dois centros BTT (www.bttperena.es e www.banobarez.es), com várias rotas circulares que também podem ser utilizadas pelas actividades de senderismo e equitação.

Nos últimos anos, perante o aumento notável do interesse do público em geral face aos valores naturais da área, foram promovidos diversos projectos baseados no aproveitamento dos mesmos para turismo de interior, ornitológico e de observação de fauna em geral. O projecto trino (<http://www.birdwatchinginspain.com>), por exemplo, é uma proposta de vários Grupos de Acção Local, suportado pelo programa LEADERCAL, cujo principal objectivo é promover o turismo ornitológico em Castilla y León. Estas comarcas contam com mais de 500 km de rotas/trilhos sinalizados, observatórios e outras infraestruturas para a observação de avifauna.

Numerosas empresas de turismo ornitológico-ecoturismo aderiram a este interesse crescente, e embora a maioria ofereça serviços denominados de turismo activo, como *trekking*, parapente, *paintball*, equitação, caminhadas, etc., já existem algumas especializadas na observação de fauna. Na Serra de la Culebra, por exemplo, é proporcionada a actividade de observação do lobo ibérico, e nas Lagunas de Villafáfila, a observação de aves. De igual forma, os recursos associados ao meio aquático também são alvo de actividades recreativas, como a vela, a canoagem em todas as suas modalidades, e aluguer de motos de água nas albufeiras e lagos onde estes usos são permitidos. Têm também surgido novas iniciativas, recentemente, como cruzeiros ambientais nos Arribes del Duero e no Lago de Sanabria; neste último podem ser usufruídos passeios num *catamaran* inovador, que funciona com energia eólica e solar.



Figura 208. Rota em caiaque em Ribadelago. Autor: Lantur. Creative Commons.

Na parte portuguesa da área a propor para Reserva da Biosfera e, em particular, no interior dos limites dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Interacional, existe também actualmente uma ampla oferta de actividades de Turismo de Natureza, incluindo uma rede de percursos mantida pelos serviços destes parques. Estes têm diferentes características e graus de dificuldade e incluem percursos pedestres, para BTT e para automóvel. Por exemplo, no Parque Natural de Montesinho estão sinalizados pelo menos três percursos pedestres, quatro percursos para BTT e um percurso para automóvel. Para além disso, o número de empresas de animação turística vocacionadas para este tipo de actividades tem vindo a crescer nestas áreas. Estas surgem no âmbito de legislação recente, criada especificamente para este efeito, e necessitam de licenciamento específico por parte da autoridade competente em questões de Conservação da Natureza em Portugal (ICNF). As actividades actualmente desenvolvidas por estas empresas são muito diversas, incluindo caminhadas/pedestrianismo, *Birdwatching*, BTT, *Canyoning*, Eno-turismo, Escalada Artificial, Espeleologia, Observação de fauna e flora, Orientação, Passeios de bicicleta, Percursos Interpretativos, Canoagem, Passeios equestres, Passeios de Burro ou Parapente.

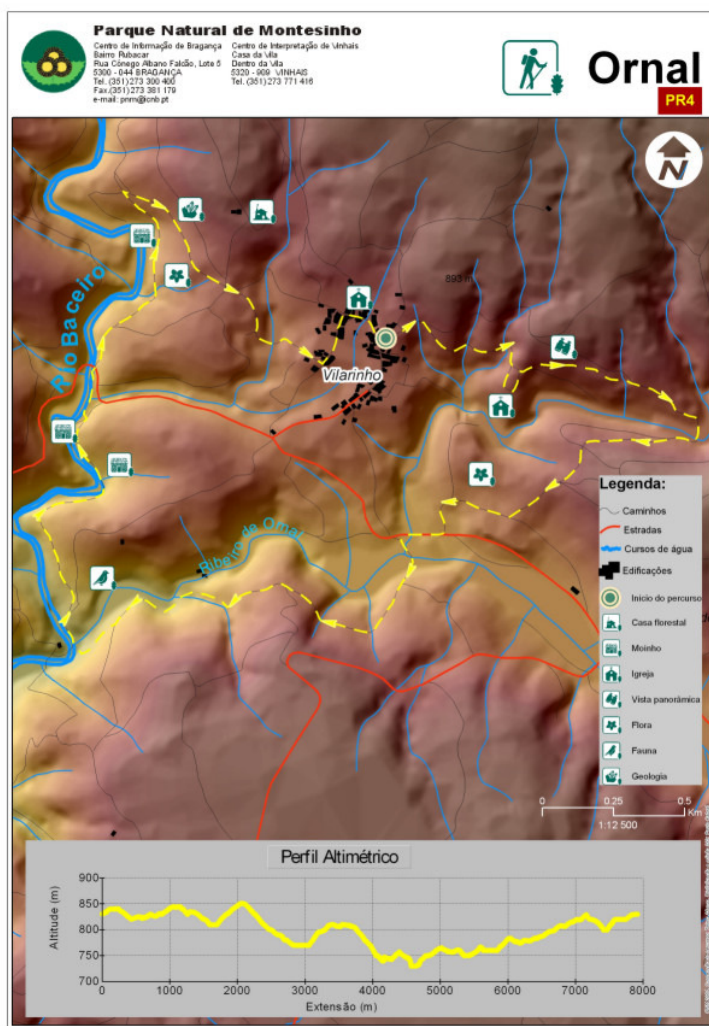


Figura 59. Exemplo de um percurso pedestre que se encontra sinalizado no Parque Natural de Montesinho.

Turismo cultural

A parte espanhola da área a propor para Reserva da Biosfera é atravessada pela Via de la Plata. A estrada romana é uma construção militar dos sécs. II e I a.C., que se estende ao longo de 313 milhas (463 km). Ao longo do caminho existem uma série de elementos comuns com outras *vías* similares: miliários e *mansiones*.

Esta área conta com um rico património arquitectónico, do qual são exemplo os castros pré-romanos, castelos fronteiriços e cidades muralhadas. Entre a oferta cultural da área é ainda de referir a arquitectura rural tradicional e a gastronomia típica, como os *habones* de Sanabria, a truta sanabresa, o cabrito assado dos Arribes del Duero e o *hornazo* salmantino.



Figura60. Hornazo salmantino. Creative Commons.

Na parte portuguesa da área merece destaque o Parque Arqueológico do Vale do Côa, reconhecido pela UNESCO como Património Mundial. Trata-se de um local único no mundo, por apresentar manifestações artísticas de ar livre inseríveis em diversos momentos da Pré-História, Proto-história e épocas subsequentes; inclui o mais importante conjunto de figurações paleolíticas de ar livre até hoje conhecido. Merecem igualmente destaque os diversos castros, castelos e cidades muralhadas da região, bem como a sua rica gastronomia, de onde se pode destacar, de entre outros pratos, a Posta à Mirandesa.

140



Figura 61. Queijaria Quinta da Veiginha. Autor: Antonio Sà.



Figura 62. Edifício da Câmara Municipal de Mirandela. Autor: Antonio Sà.

141

Turismo religioso

As festas e tradições religiosas também constituem um dos atractivos turísticos da região, entre as quais se contam o Caminho de Santiago, a Semana Santa e inúmeras romarias. Estas festividades geram um aumento de visitantes nas datas mais importantes. Merece especial destaque a Semana Santa de Zamora, que gera grande expectativa a nível internacional, tal como exposto no ponto anterior.

3.3. Serviços turísticos existentes na área da candidatura

O turismo rural na zona espanhola na área proposta tornou-se num dos maiores atractivos para os viajantes. Com a finalidade de cobrir as necessidades dos visitantes da zona, abrem diversos tipos de alojamentos rurais que permitem o contacto directo com as gentes da zona, cultura, tradições e natureza. Localizam-se em zonas com claro interesse turístico e em ocasiões complementam-se com outras ofertas de actividades e normalmente em municípios rurais com menos de 3.000 habitantes e inclusive em ambientes isolados. Os tipos de oferta vão desde casas rurais e pousadas, com uma capacidade limitada; centros de turismo rural, com uma capacidade maior que as anteriores e pousadas reais com serviços para os turistas mais exigentes.

O número destes alojamentos tem aumentado como consequência do aumento das ajudas destinadas ao turismo, concretamente estabelecimentos, dos programas Leader+ entre outros.

Na área espanhola da proposta encontramos um total de 234 alojamentos rurais dos três tipos, oito campings e dois albergues.

De igual modo a zona dispõe de outros alojamentos com maior capacidade, 78 hotéis, dos quais 26 se encontram na cidade de Zamora.

142



Figura 63. Vista geral da cidade de Zamora. Autor: Antonio Sà.

A gastronomia é outro dos pilares fundamentais do atractivo turístico da zona, para isso o sector de restauração conta na zona com um total de 225 restaurantes, 99 deles na cidade de Zamora.

Na área portuguesa da área proposta para Reserva da Biosfera existe uma razoável oferta de alojamento nas diferentes tipologias de estabelecimentos hoteleiros, como se pode observar na tabela seguinte.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Estabelecimentos hoteleiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual									
	Período de referência dos dados - 2011									
	Tipo (estabelecimento hoteleiro)									
	Total		Hotéis		Pensões		Estalagens		Pousadas	
	N.º	C	N.º	C	N.º	C	N.º	C	N.º	C
Carrazeda de Ansiães	1	24	1	24	0	0	0	0	0	0
Freixo de Espada à Cinta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Torre de Moncorvo	2	81	0	0	2	81	0	0	0	0
Vila Flor	1	40	1	40	0	0	0	0	0	0
Vila Nova de Foz Côa	1	76	1	76	0	0	0	0	0	0
Alfândega da Fé	2	85	0	0	2	85	0	0	0	0
Bragança	11	1055	5	808	5	191	0	0	1	56
Macedo de Cavaleiros	1	48	0	0	1	48	0	0	0	0
Miranda do Douro	9	374	2	128	6	222	1	24	0	0
Mirandela	5	456	1	222	4	234	0	0	0	0
Mogadouro	3	93	2	52	1	41	0	0	0	0
Vimioso	1	22	1	22	0	0	0	0	0	0
Vinhais	1	36	0	0	1	36	0	0	0	0
Almeida	3	168	1	74	1	52	0	0	1	42
Figueira de Castelo Rodrigo	2	67	0	0	1	44	1	23	0	0
Pinhel	1	46	0	0	1	46	0	0	0	0

144

Estabelecimentos hoteleiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Empresas de turismo activo

O turismo activo é uma forma diferente, divertida e dinâmica de desfrutar do contacto com a natureza realizando actividades ao ar livre.

Há muitas possibilidades na zona proposta: caminhadas, montanhismo, passeios em bicicleta de montanha, rotas equestres, canoagem, *paintball*, tiro com arco, rotas em 4x4, cruzeiros fluviais (Tabela 14). Para além disso, pessoas com mobilidade reduzida podem também desfrutar do Turismo Activo na zona espanhola já que muitas empresas oferecem actividades adaptadas.



145

Figura 64. Barco turístico Arribes del Duero. Fonte: AECT-ZASNET.

Município (Província)	Nº empresas turismo activo	Actividades oferecidas	Lugar de desenvolvimento das actividades
Galende (Zamora)	2	Paintball, hidropedais	P.N. Lago de Sanabria.
Torregamones (Zamora)	1	Parapente, Bicicleta de montanha, Paintball, caminhada, trekking.	Arribes del Duero, Cañones del Duero.
Villalcampo (Zamora)	1	Canoagem, vela, rotas em barco, passeios de burro, rapel, tirolesa, ponte tibetana, cicloturismo, orientação, caminhada.	Aliste y Sayago
Villardecervos (Zamora)	1	Observação de fauna (lobo em particular)	Sierra de la Culebra
Zamora (Zamora)	5	Hidropedais, canoagem, rotas em barco, rotas em todoterreno, caminhada, bicicleta de montanha, parapente, rapel, tirolesa, orientação, paintball, tiro com arco, rafting, descida em bote, raquetes de neve, snowboard.	Lagunas de Villafáfila, Arribes del Duero, Duero-Douro, P.N. Montesinho, Sierra de la Culebra, Terras frías, Lago de Sanabria

146

Em todo o território, as dez empresas especializadas neste tipo de turismo, adaptaram-se à normativa de turismo activo Ordem CYT/1865/2007 de 15 de Novembro que se desenvolveu no Decreto 96/2007 de 27 de Setembro, que permitem realizar todas estas actividades com a máxima segurança, ajudados por profissionais e com equipas adequadas.

Estas empresas realizam as suas actividades na maioria dos espaços naturais da área proposta espanhola chegando algumas à zona portuguesa.

Do lado português existem 17 empresas com características semelhantes, mas que têm a denominação de empresas de “Animação Turística” ou de Operador Marítimo Turístico quando a oferta envolve actividades com embarcações a motor de grande porte. As actividades desenvolvidas por estas empresas, quando desenvolvidas em áreas protegidas, carecem de reconhecimento como actividades de “Turismo de Natureza” pelas entidades oficiais competentes. Na tabela seguinte encontra-se listada o número de empresas de Animação Turística por município, bem como as actividades para as quais estão capacitadas e devidamente reconhecidas e licenciadas.

Município (Distrito)	Nº empresas Animação Turística / Operador Marítimo Turístico	Actividades oferecidas reconhecidas como “Turismo de Natureza”
Bragança (Bragança)	2	Observação fauna e flora, Organização de eventos, Visitas a monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, Animação de espaços, Birdwatching, Percursos Interpretativos, Passeios de bicicleta, Jogos tradicionais, Orientação, Pedestrianismo/Caminhada, Passeios em veículos TT, Passeios equestres
Miranda do Douro (Bragança)	3	Observação fauna e flora, Pedestrianismo/Caminhada, Canoagem, Passeios marítimo-turísticos, Birdwatching, Percursos Interpretativos, Passeios de bicicleta, Escalada Natural, Jogos tradicionais, Montanhismo, Paintball, Rappel, Slide, Passeios em veículos TT, Passeios de burro, Organização de eventos, Visitas a monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, BTT, Teambuilding, Passeios/Rotas Temáticas
Mirandela (Bragança)	1	Passeios de bicicleta, Canyoning, Escalada Natural, Jogos tradicionais, Marcha, Montanhismo, Moto 4, Observação fauna e flora, Orientação, Paintball, Pedestrianismo/Caminhada, Rappel, Slide, Sobrevivência, Tiro, Passeios em veículos TT, Passeios em veículos automóveis, Passeios de burro, Passeios equestres, Canoagem, Parques temáticos, Salas de congressos e eventos, Centros equestres e hipódromos destinados à prática de equitação desportiva e de lazer, Organização de eventos, Visitas a monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, Animação de espaços, Eno-turismo, Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo, Outras actividades com cordas, Go Kart, BTT, Espaços Museológicos/Exposições, Rally paper, Jogos de dardos, Birdwatching, Escalada Artificial, Passeios de segway, Passeios em atrelagens de tracção animal, Percursos de obstáculos, Percursos Interpretativos, Pontes, Teambuilding, Passeios de Comboio, Kartcross, Actividades Equestres
Mogadouro (Bragança)	2	Pedestrianismo/Caminhada, Visitas a monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, Aluguer de embarcações com tripulação, Passeios marítimo-turísticos, Passeios de barco,
Torre de Moncorvo (Bragança)	1	Passeios de bicicleta, Moto 4, Observação fauna e flora, Orientação, Pedestrianismo/Caminhada, Passeios em veículos TT, Canoagem, Visitas a

Município (Distrito)	Nº empresas Animação Turística / Operador Marítimo Turístico	Actividades oferecidas reconhecidas como “Turismo de Natureza”
		monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, BTT, Birdwatching
Vila Flor (Bragança)	1	Passeios de bicicleta, Canyoning, Escalada Natural, Espeleologia, Jogos tradicionais, Marcha, Observação fauna e flora, Orientação, Paintball, Pedestrianismo/Caminhada, Rappel, Slide, Sobrevivência, Canoagem, Organização de eventos, Visitas a monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, Eno-turismo, Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo, Outras actividades com cordas, Go Kart, BTT, Rally paper, Birdwatching, Escalada Artificial, Percursos de obstáculos, Percursos Interpretativos, Pontes, Teambuilding, Geocaching
Vimioso (Bragança)	1	Parapente, Passeios de bicicleta, Canyoning, Escalada Natural, Espeleologia, Jogos tradicionais, Observação fauna e flora, Orientação, Paintball, Pedestrianismo/Caminhada, Rappel, Slide, Tiro, Passeios em veículos TT, Passeios de burro, Passeios equestres, Canoagem, Hidrospeed, Rafting, Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo, BTT, Passeios de segway, Passeios em atrelagens de tracção animal, Percursos de obstáculos, Percursos Interpretativos, Pontes, Teambuilding
Guarda (Guarda)	3	Passeios de bicicleta, Espeleologia, Montanhismo, Moto 4, Actividades de Neve, Observação fauna e flora, Orientação, Pedestrianismo/Caminhada, Sobrevivência, Passeios em veículos TT, Passeios em veículos automóveis, Organização de eventos, Visitas a monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, BTT, Rally paper, Birdwatching, Percursos de obstáculos, Percursos Interpretativos, Pontes, Teambuilding, Actividades Agrícolas, Passeios/Rotas Temáticas, Geocaching, Actividades Desportivas
Vila Nova de Foz Côa (Guarda)	1	Observação fauna e flora, Pedestrianismo/Caminhada, Percursos Interpretativos
Sabugal (Guarda)	2	Parapente, Ultraleve, Passeios de bicicleta, Canyoning, Escalada Natural, Jogos tradicionais, Montanhismo, Moto 4, Actividades de Neve, Observação fauna e flora, Orientação, Paintball, Pedestrianismo/Caminhada, Rappel, Slide, Sobrevivência, Passeios em veículos TT, Passeios em veículos automóveis, Passeios

Município (Distrito)	Nº empresas Animação Turística / Operador Marítimo Turístico	Actividades oferecidas reconhecidas como “Turismo de Natureza”
		de burro, Passeios equestres, Motociclos, Canoagem, Mergulho, Pesca desportiva, Rafting, Remo, Skimming, Visitas arqueológicas, Wakeboard, Organização de eventos, Visitas a monumentos, museus e outros locais de relevante interesse turístico, Animação de espaços, Eno-turismo, Passeios marítimo-turísticos, Aluguer de embarcações com tripulação, Aluguer de embarcações sem tripulação, Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo, Outras actividades com cordas, Balonismo, Go Kart, BTT, Rally paper, danças de salão, Aeromodelismo / Automodelismo / Nautimodelismo, artes gráficas, Asa delta sem motor, Birdwatching, Escalada Artificial, Passeios de segway, Passeios em atrelagens de tracção animal, Percursos de obstáculos, Percursos Interpretativos, Pontes, Snorkeling, Mergulho, Visitas arqueológicas, Visitas arqueológicas, Kartcross, Actividades Equestres, Passeios em carros a pedais, Passeios/Rotas Temáticas, Actividades Desportivas, Aluguer de equipamentos de animação

Centros de interpretação e turismo

A zona conta com vários centros de interpretação, recepção de visitantes e oficinas de turismo.

Cada espaço natural da zona espanhola, em Castilla y León, conta pelo menos com um centro de recepção de visitantes chamadas Casas del Parque, como referido no ponto anterior.

NOME	LOCALIZAÇÃO	PROVÍNCIA / DISTRITO	ESPAÇO NATURAL
Casa del Parque Torreón de Sobradillo	Sobradillo	Salamanca	Arribes del Duero
Casa del Parque "Convento de San Francisco"	Fermoselle	Zamora	Arribes del Duero
Casa del Parque "Lago de Sanabria y alrededores"	Galende	Zamora	Lago de sanabria
Casa del Parque "San Martín de Castañeda"	San Martín de Castañeda	Zamora	Lago de sanabria
Casa del Parque "El Palomar"	Villafáfila	Zamora	Lagunas de Villafáfila

Para além destas, vários municípios contam com centros de informação ao visitante ou de turismo, um total de 17 na parte espanhola da área de estudo.

NOME	LOCALIZAÇÃO	PROVÍNCIA / DISTRITO	ESPAÇO NATURAL
Oficina de Información Turística de Zamora	Zamora	Zamora	
Oficina de turismo municipal de Zamora	Zamora	Zamora	
Patronato Provincial de Turismo de Zamora	Zamora	Zamora	
Oficina de turismo de Alcañices	Alcañices	Zamora	
Oficina de Turismo de El Puente de Sanabria	Galende	Zamora	Lago de sanabria
Oficina de Turismo de Torregamones	Torregamones	Zamora	Cañones del Duero
Oficina de Turismo de Puebla de Sanabria	Puebla de Sanabria	Zamora	Lago de sanabria
Oficina de Turismo de Fermoselle	Fermoselle	Zamora	Arribes del Duero
Centro de Visitantes de Lumbrales	Lumbrales	Salamanca	Arribes del Duero
Centro de Recepción de Visitantes del Parque Natural Arribes del Duero	Trabanca	Salamanca	Arribes del Duero
Oficina de Turismo Municipal de Aldeadávila de la Ribera	Aldeadávila de la Ribera	Salamanca	Arribes del Duero
Oficina de Turismo en La Fregeneda	La Fregeneda	Salamanca	Arribes del Duero
Oficina de Turismo municipal de Barruecopardo	Barruecopardo	Salamanca	Arribes del Duero
Oficina de Turismo municipal de San Felices de los Gallegos	San Felices de los Gallegos	Salamanca	Arribes del Duero
Oficina Transfronteriza de Saucelle	Saucelle	Salamanca	Arribes del Duero
Oficina de Turismo de Villarino	Villarino de los Aires	Salamanca	Arribes del Duero
Oficina de Turismo Municipal de Vilvestre	Vilvestre	Salamanca	Arribes del Duero

150



Figura 5." Casa del Parque Torreón de Sobradillo". Arribes del Duero. Creative Commons.

151

Os museus são os templos do saber, que completam a oferta cultural descrita na secção 14.2.1., na zona espanhola encontramos 9 museus, 5 deles na cidade de Zamora.

MUSEU	MUNICÍPIO	PROVÍNCIA
Museu têxtil	Lumbrales	Salamanca
Museu arqueológico	Lumbrales	Salamanca
Museu do azeite El Lagar del Mudo	San Felices de los Gallegos	Salamanca
Museu de gigantes y cabezudos	Puebla de Sanabria	Zamora
Museu Diocesano	Zamora	Zamora
Museu de la Semana Santa	Zamora	Zamora
Museu Etnográfico de Castilla y León	Zamora	Zamora
Museu Catedralicio de Zamora	Zamora	Zamora
Museu Baltasar Lobo	Zamora	Zamora



Figura 66. Museu provincial de Zamora. Creative Commons.

152

Na parte portuguesa da área de estudo a oferta de museus é também bastante razoável com 20 unidades identificadas. Salientam-se os municípios de Bragança e de Macedo de Cavaleiros com 7 unidades museológicas, cada. Salienta-se igualmente pela sua grande procura e número de visitantes anuais o Museo do Côa, onde é possível observar as gravuras rupestres do Vale do Côa – classificadas como património da humanidade pela UNESCO.

MUSEU	MUNICÍPIO	DISTRITO
Museu Militar	Bragança	Bragança
Museu do Abade de Baçal	Bragança	Bragança
O Núcleo Museológico da CP	Bragança	Bragança
Museu Ibérico da Máscara e do Traje	Bragança	Bragança
Centro de Arte Contemporânea Graça Morais	Bragança	Bragança
Centro de Ciência Viva/Casa da Seda	Bragança	Bragança
Museu Municipal	Mirandela	Bragança
Museu Etnográfico de Suções	Mirandela	Bragança
Museu de Curiosidades do Romeu	Mirandela	Bragança
Museu Rural de Salselas	Macedo de Cavaleiros	Bragança
Museu de Arte Sacra	Macedo de Cavaleiros	Bragança
Casa do Careto	Macedo de Cavaleiros	Bragança

Museu Religioso de Balsamão	Macedo de Cavaleiros	Bragança
Núcleo Museológico do Azeite	Macedo de Cavaleiros	Bragança
Real Filatório de Chacim	Macedo de Cavaleiros	Bragança
Museu do Mel e da Apicultura	Macedo de Cavaleiros	Bragança
Museu da Terra de Miranda	Miranda do Douro	Bragança
Museu Municipal de Pinhel	Pinhel	Guarda
Museu do Côa	Vila Nova de Foz Côa	Guarda
Casa Grande de Freixo de Numão - Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	Guarda



153

Figura 67. Museu do Côa – Vila Nova de Foz Côa. Creative Commons.

3.4. Avaliação da qualidade turística e repercussões sobre o meio

Apesar do número considerável de visitantes que afluem anualmente à região, não se colocam ainda repercussões negativas conhecidas de massificação do turismo. De ressaltar, contudo, que os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas portuguesas e dos Espaços Naturais Protegidos espanhóis que integram a Reserva da Biosfera contêm na generalidade condicionantes à actividade turística nalgumas zonas, com um objectivo fundamentalmente preventivo, de forma a assegurar a protecção de espécies e habitats mais sensíveis do ponto de vista da conservação da natureza e mais vulneráveis a actividades turísticas.

Da mesma forma, nos Espaços Naturais protegidos da área espanhola, encontramos Planos de Ordenamento dos Recursos Naturais que limitam certas actividades nas zonas mais sensíveis para as espécies e habitats à presença e actividades humanas.



154

Figura 68. Produção artesanal de "amêndoa coberta". Autor: Antonio Sà.

Tendo em consideração que se trata de uma actividade em expansão, e cujo estabelecimento da Reserva da Biosfera foi inclusivamente estruturado de forma a propiciar o desenvolvimento desta actividade (de forma sustentável), é fundamental garantir um planeamento adequado da actividade turística, incluindo uma rigorosa e completa caracterização na actividade na região (até à data inexistente).

A Reserva da Biosfera baseia-se fortemente no conceito de « economia verde », e neste âmbito, prevê-se que as tipologias de turismo de natureza e turismo responsável venham a ter um incremento significativo na região. Estas tipologias turísticas constituem aquelas que mais sinergias encontram com as características da região e a sua orientação para a conservação da biodiversidade, deste modo, prevê-se que o seu desenvolvimento venha a ter essencialmente repercussões positivas, tais como o aumento da visibilidade da região, seu desenvolvimento económico, servindo simultaneamente como veículo de sensibilização do público para os valores culturais e naturais da região.

Vantagens das actividades económicas para a população local

A importância e utilidade da Reserva da Biosfera proposta, e do seu Plano de Acção é constituir, tal como citado neste último documento, *uma proposta moderna de uma região piloto para o desenvolvimento sustentável, com acções focadas na adaptação às alterações climáticas e conservação da biodiversidade, tirando partido das suas características naturais e sócio – económicas, das iniciativas pré-existentes e das tendências fortes do tempo que vivemos à escala nacional, ibérica, europeia e global.* Neste contexto, e no âmbito das vantagens das actividades económicas para a população local, estas estão expressas de forma clara nos objectivos específicos traçados para esta Reserva da Biosfera:

1. Aumentar a notoriedade da região, atraindo pessoas e investimento;
2. Apoiar uma política de comunicação conjunta que mostre a orientação da cooperação transfronteiriça para contribuir para uma “economia verde”;
3. Reforçar o projecto de cooperação transfronteiriça entre Bragança - Zamora e Salamanca, para o desenvolvimento e emprego através do património natural da cultura e do turismo, atraindo desta forma mais apoio da política de coesão da União Europeia;
4. Inovar na criação de emprego e formação profissional ligados à conservação da natureza e à economia do carbono, valorizando as explorações agrícolas e florestais dos dois lados da fronteira;

5. Estimular políticas conjuntas na área do desenvolvimento rural que apoiem a inovação e a criação de emprego na área da conservação da natureza e à economia do carbono;
6. Apoiar projectos de conservação da biodiversidade que sejam emblemáticos, compatíveis com as actividades pré-existentes como a caça e a pesca e que valorizem o turismo de natureza;
7. Apoiar projectos de valorização turística conjunta do riquíssimo património histórico e cultural;
8. Promover a cooperação técnica e científica nas áreas do património natural, património cultural e do turismo, diferenciando ainda mais a região e o projecto de cooperação;
9. Promover políticas públicas de conservação da biodiversidade que promovam uma adequada remuneração dos serviços das explorações agrícolas e florestais da área;
10. Promover a permanência no tempo destes benefícios para o desenvolvimento humano e a conservação da biodiversidade.

156

Estes objectivos procuram potenciar os valores já existentes e reconhecidos, promovendo abordagens inovadoras. Neste âmbito, deverão ser realçadas:

- As actividades primárias no sector agrícola e pecuário, relativamente a vários produtos de grande valor regional, com potencial de desenvolvimento e investimento, do ponto de vista gastronómico, turístico e industrial – no âmbito da Acção 3.1 do Eixo 3 do Plano de Acção salienta-se a oportunidade que irá representar a criação e divulgação da marca “Reserva da Biosfera ZASNET”, incluindo a sua certificação;
- O grande potencial de desenvolvimento do turismo, sector em crescendo nas últimas décadas, destacando-se aqui a Acção 3.2 do Eixo 3, mas não se reunindo a ela, a criação e divulgação de rotas turísticas temáticas ao longo de toda a área integrada na Reserva da Biosfera;
- A forte componente de formação e qualificação, presente no Plano de Acção, nomeadamente nas Acções adstritas ao Eixo 4.

3.5. Análise da oferta turística dos espaços naturais no âmbito da garantia de qualidade do ponto de vista da sustentabilidade

A Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) é um instrumento de importância estratégica para a área de estudo, sendo conveniente, analisar os procedimentos necessários para integrá-la nas estruturas e infraestruturas turísticas presentes na zona proposta a Reserva da Biosfera, em particular no contexto das Áreas Protegidas.

A Carta Europeia é um documento que estabelece os padrões de qualidade para os quais os estabelecimentos turísticos e infraestruturas existentes na área proposta a Reserva da Biosfera devem convergir, particularmente no que diz respeito às áreas naturais presentes na sua envolvente.

Nos espaços naturais protegidos acreditados pela CETS, os gestores em colaboração com os administradores locais, desenvolvem acções concretas para melhorar a sustentabilidade do turismo. Para garantir a adesão à Carta de Turismo Sustentável das empresas turísticas, estas deverão tornar os seus negócios mais sustentáveis recebendo, como resultado, os benefícios de actuar nestes espaços acreditados, distinguindo-se do resto dos mercados pelo seu compromisso com a sustentabilidade.

O objectivo da adesão à Carta por parte das empresas turísticas é fortalecer os laços e alargar o conhecimento mútuo entre os gestores dos espaços naturais protegidos e as empresas relacionadas com o sector turístico.

157

Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas em Portugal

Certificação Europeia concedida aos parques que reúnam as condições necessárias para compatibilizar o desenvolvimento turístico e a preservação do património natural e cultural.

Os trabalhos relativos ao sistema de adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável pelas Áreas Protegidas iniciaram-se em 2001. Desde 2001 até Dezembro de 2012, foram acreditadas 107 Áreas Protegidas europeias em 13 países.

Portugal tem acreditadas, desde 2002, duas Áreas Protegidas, o Parque Nacional de Peneda-Gerês e o Parque Natural da Serra de São Mamede.

Na conferência anual da Federação EUROPARC, realizada a 12 de Setembro de 2009 na Suécia, foram entregues os Certificados de adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) a três novas adesões de áreas protegidas portuguesas e uma revalidação: Parque Natural do Douro Internacional, Parque Natural de Montesinho, Parque Natural de Alvão e Parque Natural de Peneda-Gerês, que revalidou a Carta com êxito.

Esta certificação europeia é concedida aos parques que reúnam as condições necessárias para compatibilizar o desenvolvimento turístico e a preservação do património natural e cultural, através da aplicação de critérios de sustentabilidade nas

actividades ligadas ao o turismo e com a participação de todos os agentes que operam nestes sectores.

O então ICNB apresentou uma candidatura para a elaboração simultânea das Cartas Europeias de Turismo Sustentável dos quatro Parques de montanha sa região Norte de Portugal acima referidos e, em consequência, o então Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Norte estabeleceu uma estratégia comum para estas Áreas Protegidas, no sentido de todas poderem obter a certificação CETS aos mesmo tempo.

Embora as quatro candidaturas tenham tido uma matriz comum, cada território (correspondente à superfície total dos municípios abrangidos por cada Parque) constituiu a sua própria Equipa Técnica Local, interdisciplinar e suprainstitucional, representativa das principais entidades do território, que procedeu à recolha de informação, elaboração dos documentos, organização de Reuniões Concelhias e de 3 Fóruns, desenvolvimento de Linhas de Atuação e definição das ações que integraram o Plano de Ação de cada candidatura à CETS.

Carta Europeia de Turismo Sustentável nos Espaços Naturais Protegidos de Espanha

158

Tal como Portugal, desde 2001 Espanha tem trabalhado activamente na certificação de Espaços Naturais Protegidos mediante CETS.

Até 2012, Espanha conta com 38 espaços acreditados:

Parque Natural Fragas do Eume (2012)
Parque Natural Sierra Espuña (2012)
Parque Natural de Sant Llorenç del Munt i L'Obac (2011)
Parque Natural de Redes (2011)
Parque Natural Montseny (2011)
Parque Natural Monfrague (2011)
Paraje Natural Marismas del Odiel (2011)
Parque Natural Sierra de Hornachuelos (2011)
Parque Natural de las Sierras de Tejeda, Almijara y Alhama (2010)
Parque Natural Bahía de Cádiz (2010)
Parque Natural del Alto Tajo (2009)
Parque Nacional de Cabañeros (2009)
Reserva Natural Valle de Iruelas (2009)
Parque Regional Sierra de Gredos (2009)

Parque Natural Hoces del Río Riaza (2009)
Monumento Natural Ojo Guareña (2009)
Parque Natural Sierra de Andújar (2009)
Parque Natural Baixa Limia – Serra do Xurés (2008)
Parque Nacional Garajonay (2008)
Parque Natural del Estrecho (2008)
Parque Natural Las Batuecas – Sierra de Francia (2008)
Parque Natural de las Sierras Subbéticas (2008)
Parque Natural de Cabo de Gata – Níjar (2008)
Parque Natural de Somiedo (2007)
Parque Natural del Delta del Ebro (2007)
Parque Natural de la Breña y Marismas de Barbate (2007)
Parque Natural Sierra de las Nieves (2007)
Parque Natural Sierra Norte de Sevilla (2007)
Parque Natural Sierra Mágina (2007)
Parque Natural Sierra de Cardena y Montoro (2007)
Parque Natural Sierra María – Los Vélez (2007)
Espacio Natural Doñana (2006)
Parque Natural y Nacional de Sierra Nevada (2004)
Parque Natural de la Sierra de Aracena y Picos de Aroche (2004)
Parque Natural de la Sierra de Grazalema (2004)
Parque Natural de los Alcornocales (2004)
Parque Natural de Cazorla, Segura y las Villas (2004)
Parque Natural de la Zona Volcanica de la Garrotxa (2001)

De todos eles, cinco correspondem à comunidade autónoma de Castilla y León, acreditados entre 2008 e 2009 e, neste momento, contam com um Plano de Acção:

- Parque Natural Las Batuecas – Sierra de Francia (Salamanca). Acreditado em Setembro de 2008;
- Parque Regional Sierra de Gredos (Ávila). Acreditado em Setembro de 2009;
- Reserva Natural VALle de Iruelas (Ávila). Acreditado em Setembro de 2009;
- Monumento Natural Ojo Guareña (Burgos). Acreditado em Setembro de 2009;

- Parque Natural Hoces del Río Riaza (Segovia). Acreditado em Setembro de 2009.

Em Maio de 2010 foram acreditados com a CETS, 12 empresas turísticas do Parque Natural Las Batuecas – Sierra de Francia (Salamanca).

As empresas tiveram que elaborar um Programa de Acção por três anos (2010-2013), com cinco objectivos fundamentais para cumprir:

- Colaboração com o Parque Natural Las Batuecas – Sierra de Francia;
- Melhoria da Qualidade Ambiental da empresa;
- Contribuição para o desenvolvimento socioeconómico da área;
- Melhoria na acessibilidade de seus equipamentos e serviços;
- Potenciar o comportamento ambiental da população local e empresariado.

À data de 2012, não existe nenhum espaço acreditado CETS na área de candidatura a Reserva da Biosfera.

Origens

A Carta Europeia de Turismo Sustentável¹⁷ teve a sua origem num estudo sobre o Turismo nos Espaços Protegidos realizado pela Federação EUROPARC, que culminou com a publicação, em 1993, do relatório *Loving Them to Death?*¹⁸, em que se defende um turismo menos intensivo que compatibilize ou integre os aspectos naturais, culturais e sociais com o desenvolvimento económico nestas zonas.

A fim de implementar as conclusões do relatório, a Federação de Parques Regionais de Francia, formou um grupo com representantes europeus dos espaços protegidos, operadores turísticos e ONGs ambientais, que redigiram a Carta, unindo assim as prioridades mundiais expressadas nas recomendações da Agenda 21 (aprovada na Convenção do Rio de Janeiro de 1992) e o 6º Programa de Acção Comunitária para o desenvolvimento sustentável.

A Carta constitui uma das prioridades do programa de acções “Parques para a vida” da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Para além disso, cumpre os princípios enunciados na Carta mundial do turismo sustentável elaborada em Lanzarote em 1995.

¹⁷ <http://www.european-charter.org/home/>

¹⁸ **Loving them to death?**, traducido en francés *Passion fatale* (Pasión fatal). Editado por la Federación Europarc - Kröllstrasse 5, D-94481 Grafenau, Bundesrepublik Deutschland. Tel 49 85 52 9 61 00. Email: europarc@t-online.de

Objectivos

O objectivo principal da Carta Europeia de Turismo Sustentável baseia-se no desenvolvimento sustentável da região, com a finalidade de responder às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

A Carta é, definitivamente, a criação de uma aliança entre o Espaço Natural com todos aqueles que têm um papel preponderante no desenvolvimento do turismo na região, com o objectivo de incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável.

Esta aliança inicia-se a partir da definição de uma estratégia para o turismo que é estabelecido entre o espaço natural e os sócios aderentes, os operadores turísticos e as empresas de turismo, em que se desenvolvem actividades, alojamentos e produtos turísticos que sejam social, económica e ecologicamente sustentáveis e que, ao mesmo tempo, contribuam para um desenvolvimento económico da região.

Esta estratégia baseia-se em quatro objetivos principais:

- Conservação e melhoria do património;
- Desenvolvimento social e económico;
- Conservação e melhoria da qualidade de vida da população local;
- Gestão do fluxo de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística.

Signatários

Actualmente qualquer tipo de Espaço Natural Protegido pode solicitar individualmente a Carta, cujo processo de adesão desenvolve-se em três partes, divididas entre os três grupos seguintes:

- **Espaço Protegido:**

Elaborar um diagnóstico do território e um planeamento da actividade turística (pontos fortes e fraquezas), que deverão ser aceites pelas diferentes partes interessadas através de um Plano de Acção.

- **Empresa turística e Operador Turístico:**

Elaborar um diagnóstico das suas actividades, definindo cada estratégia baseada nos princípios da Carta, que integra tanto as expectativas dos visitantes como a conservação e melhoria do meio natural, social e cultural.

Benefícios

Espaço protegido:

- Ser distinguido na Europa como território de excelência em matéria de turismo sustentável;
- Fixar objectivos ambiciosos em matéria de turismo sustentável;
- Trabalhar melhor com os seus associados;
- Incluir mais os profissionais do turismo na sua política;

- Reforçar a sua acção de sensibilização aos visitantes;
- Promover o desenvolvimento socioeconómico que respeite o meio ambiente no seu território;
- Desenvolver produtos turísticos autênticos, de qualidade e que respeitem o meio ambiente;
- Possuir um instrumento de controlo para realizar um seguimento e avaliar a política turística levada a cabo no seu território;
- Reforçar a sua credibilidade diante a opinião pública e perante os que os financiam.

Empresa turística:

- Ser reconhecida a nível europeu;
- Desenvolver novas oportunidades comerciais mediante:
 - O acesso a novos clientes atraídos pelos espaços protegidos;
 - Uma nova oferta orientada para a descoberta do meio ambiente;
 - A criação de uma oferta fora de temporada;
 - A constituição de uma associação comercial juntamente com os agentes económicos da região;
 - Um bom conhecimento da frequência turística no espaço protegido e das expectativas dos clientes actuais e futuros (mediante a disponibilização de dados estatísticos).
- Reforçar a qualidade da sua oferta turística mediante:
 - Uma melhor organização do turismo no conjunto do território;
 - Uma informação de qualidade sobre o espaço protegido.
- Racionalizar os gastos mediante:
 - Uma melhor gestão do consumo de água, de energia e de recursos mediante a compra e uso de produtos e serviços próximos;
 - Aconselhamento e apoio para adoptar os métodos de gestão meio ambientais.

162

Agências de viagens / Operadores turísticos:

- Ser reconhecida a nível europeu;
- Desenvolver novas oportunidades comerciais mediante:
 - O acesso a clientes sensibilizados ao meio ambiente;
 - Uma oferta que responda às expectativas de novos clientes europeus;

- A constituição de uma associação comercial com os organizadores de viagens de outros países europeus.
- Reforçar a qualidade da sua oferta mediante:
 - Uma recepção melhor organizada nos espaços protegidos incluídos nos seus programas;
 - A intervenção de agentes locais em suas viagens;
 - Apoio ao espaço protegido na elaboração dos seus produtos (identificação de locais de paragem, disponibilidade do pessoal do espaço protegido, ajuda na identificação das personalidades locais que possam intervir durante la estadia, ...).
- Reforçar a satisfação dos visitantes mediante:
 - O seu compromisso formal a favor do desenvolvimento turístico sustentável dos espaços protegidos;
 - A participação em grupos reduzidos acompanhados por guias qualificados.

Estratégias

As prioridades estratégicas e os programas de acção devem ser determinados a nível local, entre a área protegida e as partes interessadas, tendo em conta as diferenças existentes entre as áreas protegidas. No entanto, os seguintes pontos deverão ser desenvolvidos na estratégia a seguir:

1º. Proteger e melhorar o património natural e cultural da área protegida:

- ✓ Monitorização dos impactos na flora e fauna e controlo do fluxo de visitantes nas áreas mais sensíveis;
- ✓ Desenvolvimento de actividades de apoio à manutenção do património histórico, cultural e tradições locais;
- ✓ Redução das actividades que afectam a qualidade das paisagens, da água e do ar;
- ✓ Alertar os visitantes e a indústria turística a contribuir através de boas práticas para a conservação do património.

2º. Proporcionar aos visitantes uma experiência de qualidade durante a sua visita:

- ✓ Averiguando quais são as expectativas dos visitantes (actuais e potenciais);
- ✓ Respondendo às necessidades específicas de determinados visitantes (deficientes, idosos, crianças).

3º Facilitar informação aos visitantes sobre as qualidades específicas da área protegida:

- ✓ Facultar aos visitantes, com rapidez, informação de qualidade dentro e fora da área protegida, com a ajuda dos associados turísticos;

- ✓ Criar uma rede de serviços educativos baseados nos serviços de interpretação do património natural e cultural da zona protegida, não apenas aos visitantes, mas também à população local, em particular, a grupos e centros escolares ou de formação.

4º. Estimular a oferta de produtos turísticos específicos que permitam o conhecimento e compreensão do meio natural e cultural do espaço protegido:

- ✓ Criação e apoio de actividades, eventos e pacotes turísticos destinados à interpretação da natureza e património.

5º. Assegurar que o turismo apoia ou fomenta e não reduz a qualidade de vida dos habitantes locais:

- ✓ Envolver as comunidades locais no planeamento do turismo na região;
- ✓ Assegurar um bom diálogo entre o espaço protegido, a população local e os visitantes;
- ✓ Identificar e reduzir os conflitos que possam surgir.

6º. Aumentar o conhecimento da zona protegida e sobre as questões de sustentabilidade entre todos os agentes envolvidos no turismo:

- ✓ Criar e apoiar programas de capacitação para o pessoal da área protegida e para a indústria turística.

7º. Aumentar os benefícios do turismo na economia local:

- ✓ Promover a compra de produtos locais (gastronomia, artesanato, actividades e serviços locais) pelos visitantes e pelo comércio turístico;
- ✓ Fomentar o emprego da população local no turismo.

8º. Realizar um seguimento do fluxo de visitantes para reduzir os impactos negativos:

- ✓ Efectuar um registo contínuo do número de visitantes, no tempo e espaço;
- ✓ Criar e colocar em prática uma gestão de visitantes;
- ✓ Promover o uso d transporte público, a bicicleta e caminhar como uma alternativa ao veículo privado.

Independentemente ou paralelamente à adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável por parte dos operadores, esta figura estabelece de forma precisa e adequada os requisitos que devem cumprir os estabelecimentos turísticos com a finalidade de garantir a sua qualidade, tendo em conta a sua localização em espaços naturais protegidos.

Os dados disponíveis sobre a oferta turística na zona de estudo são escassos e não permitem uma análise exaustiva dos requisitos enumerados nos pontos 1-8 expostos anteriormente, cuja análise em profundidade está fora do alcance deste relatório.

No entanto, é possível fazer uma breve análise sobre o turismo, enquadrando-o nos requisitos mencionados anteriormente.

Rede da Carta Europeia de Turismo Sustentável de Espanha e Portugal

A Rede da Carta Europeia de Turismo Sustentável de Espanha e Portugal é criada com a finalidade de facilitar a comunicação entre os agentes envolvidos no projecto e potenciar as acções e o trabalho em rede. Os principais objectivos da rede são:

- Promover a Carta Europeia de Turismo Sustentável no Estado espanhol e em Portugal;
- Criar canais de comunicação entre todos os agentes implicados na CETS (áreas protegidas, grupos de desenvolvimento rural, empresários, agências de viagem);
- Apoiar a implantação no terreno da CETS em Espanha e Portugal a nível de Rede;
- Divulgar os trabalhos da Rede em diferentes fóruns;
- Identificar linhas comuns de trabalho entre os distintos agentes para partilhar programas de actuações;
- Sensibilizar e capacitar os empresários de turismo, os gestores locais, as administrações turísticas e os turistas sobre as vantagens de um espaço protegido com a CETS;
- Contribuir para o desenvolvimento das outras etapas ou fases da CETS (compromissos das empresas de turismo e agências de viagens);
- Articular mecanismos de financiamento para o trabalho em rede.

Para apoiar o desenvolvimento da Rede Ibérica EUROPARC-Espanha foi lançada a Lista de distribuição Carta Europeia de Turismo Sustentável em Espaços Naturais Protegidos (CETS-ENP) no âmbito da Rede Iris do Conselho Superior de Investigações Científicas. A subscrição da lista é realizada por convite prévio.

Como parte das actividades da Rede da Carta Europeia de Turismo Sustentável de Espanha e Portugal, todos os anos é realizada uma reunião das áreas protegidas portuguesas e espanholas que participam no projecto. La ilha canária de La Gomera acolheu em 2009 a celebração das IV jornadas da rede e Jaén em 2011, as V jornadas.

- V Jornadas CETS Espanha e Portugal (Jaén, 2011);
- IV Jornadas CETS Espanha e Portugal (La Gomera, 2009);
- III Jornadas CETS Espanha e Portugal;
- II Jornadas CETS Espanha e Portugal.

4. BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

Samuel Recio. (2009) El patrimonio geológico y las herencias culturales; casos de estudio en las Arribes del Duero. TG Universidad de Salamanca.

Cabero Diéguez, V. (1992): Diagnóstico socioeconómico y ambiental del Arribe del Tormes (Salamanca-Zamora). Universidad de Salamanca. Salamanca. 88 págs.

Cabero Diéguez, V. y Martín Jiménez M^a I. (1995): Salamanca y sus comarcas. Ed. Agedime, S.L. Editorial Mediterráneo. Madrid. Págs. 113 – 128.

Cabero Diéguez, V. (1998): Salamanca en el umbral del S. XXI en el marco de la Unión Europea. Estudios y debates para el desarrollo de la provincia de Salamanca. España. Salamanca. 245 págs.

Cabero Diéguez, V. (Ed.) (1998): Paisaje y Medio Ambiente. Universidad de Valladolid. Valladolid. 152 págs.

Cabero Diéguez, V. (2004): Participación social en Espacios Naturales Protegidos. I Simposio Hispano-Suizo: La integración Social de los Espacios Naturales Protegidos. Universidad de Salamanca. MiraSuiza -JCyL. Salamanca 17 – 19 Mayo de 2004.

Cabero Diéguez, V. y Sánchez López, F. (1994): La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: La región fronteriza de Salamanca. Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología. C.S.I.C y Universidad de Salamanca. Salamanca. 274 págs.

Escudero Alcántara A. & al. 2008. Guía básica para la interpretación de los hábitats de interés comunitario en Castilla-León. Junta de Castilla-León. Consejería de Medio Ambiente. Valladolid. 432 pág.

Comisión Europea. DG. de Medioambiente, Naturaleza y Biodiversidad (2003). Manual de interpretación de los hábitats de la Unión Europea.

Mariano Rodríguez Alonso; Jesús Palacios Alberti (2008) Programas Europeos en la Reserva de Las Lagunas de Villafáfila.

Aguiar, C. (2000). Flora e vegetação da Serra de Nogueira e do Parque Natural de Montesinho. Tese de Doutoramento em Engenharia Agronómica. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia. Lisboa. 659 pp.

EUROPARC-España. 2008 Planificar para gestionar los espacios naturales protegidos. Ed. Fundación Interuniversitaria Fernando González Bernáldez para los espacios naturales. Madrid. 120 páginas

ICN (2007). Estudios de Caracterización y Diagnóstico del Plan de Ordenación del PNM.

ICN (2007). Programa de Ejecución del Plan de Ordenación del PNM.

ICN (2001). Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Plano de Ordenamento do PNDI.

Ficha informativa de los Humedales Ramsar (FIR) Lagunas de Villafáfila.

Legislação:

Directiva 79/409/CEE del Consejo, de 2 de Abril de 1979, relativa a la conservación de las aves silvestres (Directiva Aves). Traspuesta a la legislación nacional de Portugal por el Decreto Ley nº 140/99 de 24 de abril, modificado por el Decreto Ley nº49/2005 de 24 de febrero.

Directiva 92/43/CEE del Consejo, de 21 de Mayo de 1992, relativa a la conservación de los hábitats naturales de fauna y flora silvestres (Directiva Hábitats). Traspuesta a la legislación nacional de Portugal por el Decreto Ley nº 140/99, de 24 de abril, modificado por el Decreto Ley nº 49/2005 de 24 de febrero.

Ley 8/1991 de Espacios Naturales de la Comunidad de Castilla-León

Ley 5/2002, de 11 de abril, de Declaración del Parque Natural Arribes del Duero (Salamanca-Zamora)

Decreto 164/2001, de 7 de junio, por el que se aprueba el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales del Espacio Natural (Salamanca-Zamora)

Ley 6/2006, de 5 de julio, de Declaración de la Reserva Natural de Lagunas de Villafáfila (Zamora).

Decreto 7/2005, de 13 de enero, por el que se aprueba el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales del Espacio Natural de Lagunas de Villafáfila (Zamora).

Decreto 122/1985, de 12 de septiembre, por el que se modifica el Real Decreto 3061/1978, de 27 de octubre, de creación del Parque Natural del Lago de Sanabria.
Decreto 121/1990, de 5 de unió, por el que se modifican los límites y se adecuan la regulación y ordenación del Parque Natural del Lago de Sanabria y alrededores.

Plan de Ordenación de los Recursos Naturales del Espacio Natural Lago de Sanabria y alrededores (Zamora). Tomo II. Parte dispositiva. (2009)

Declaración de creación del PNDI. Decreto nº8/98 de 11 de mayo.

Reglamento del Plan de Ordenación del PNDI. Resolución del Consejo de Ministros nº120/2005, de 28 de Julio.

Declaración de creación del PNM. Decreto Ley nº355/79, de 30 de Agosto.

Reglamento del Plan de Ordenación del PNM. Resolución del Consejo de Ministros nº179/2008, de 24 de Noviembre.

Páginas web:

www.anthos.es

www.ine.es

www.jcyl.es

www.patrimonionatural.org